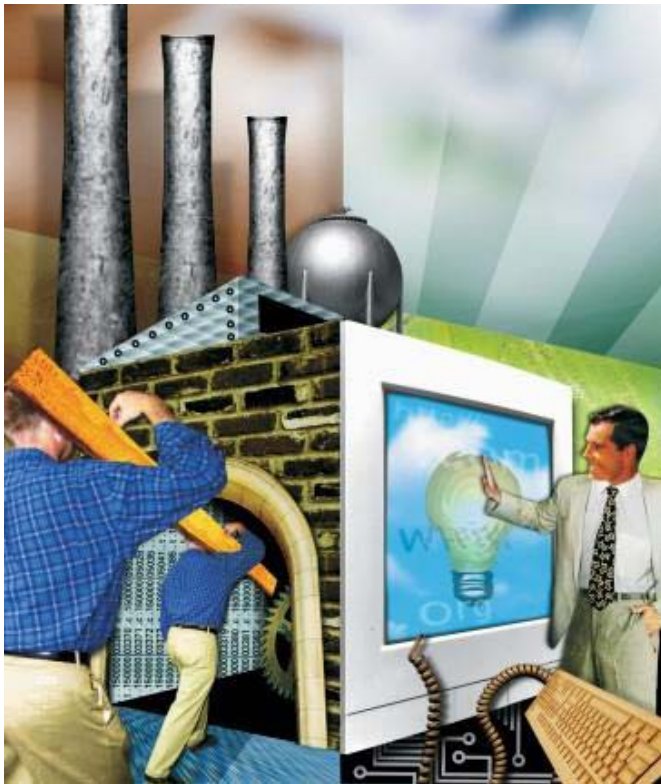


O trabalho no capitalismo contemporâneo



“Se o capitalismo industrial podia ser caracterizado pela produção de mercadorias, o capitalismo cognitivo produz conhecimentos por meio de conhecimento e vida por meio de vida”, constata Yann Moulier-Boutang, economista e redator-chefe da revista *Multitudes*. Segundo ele, “há simultaneamente uma produção de vida e, portanto, uma bioprodução”. Para entender a mutação do trabalho aí implicada, além do autor do livro *Le capitalisme cognitif. La nouvelle grande transformation*, recém-lançado na França, contribuem nesta edição, Carlo Vercellone e Giuseppe Cocco. Úrsula Huws, crítica dos conceitos “capitalismo cognitivo” e “trabalho imaterial”, também participa desta edição comemorativa do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora.

Mas os vários depoimentos de cortadores de cana do interior paulista mostram como, no Brasil, “o moderno se concilia com o lado perverso do arcaico, numa mistura diabólica, que garante ainda mais o poder e a riqueza dos poderosos”, afirma Maria Aparecida de Moraes Silva,

Editorial

da UNESP. “Este é o quadro “normal” neste país”, constata. A situação dos trabalhadores assalariados na agricultura é comentada pelo engenheiro agrônomo Otávio Valentim Balsadi, pesquisador da *Embrapa*. Marcio Pochmann, como o faz anualmente por ocasião do 1º de Maio, contribui mais uma vez nesta edição, debatendo as mudanças do mundo do trabalho no Brasil.

Por sua vez, *Da sociedade industrial à sociedade informacional. A metamorfose da subjetividade operária* é o tema do IHU Idéias desta quinta-feira. Cesar Sanson, pesquisador do CEPAT, parceiro estratégico do IHU, será o conferencista. Na entrevista publicada nesta edição, refletindo sobre a dualidade presente na sociedade do trabalho, ele constata que “não é incomum no corte da cana encontrar-se, de um lado, um trabalhador em condições aviltantes e degradantes de trabalho e, ao lado dele, outro trabalhador que pilota as sofisticadas colheitadeiras com altíssima tecnologia de bordo. Juntam-se aqui, no mesmo espaço geográfico, o trabalho de características do século XIX e o do século XXI”.

A leitura e o debate desta edição podem contribuir para uma melhor compreensão da mutação, tomando o termo na sua acepção das ciências biológicas, do mundo do trabalho, na sociedade contemporânea, pois, segundo Yann Moulier-Boutang, “a grave crise de proposições que enfrenta a esquerda contemporânea, é que ela não chega a sair do horizonte da economia de mercado. O seu programa político, repleto de boas intenções, repousa sobre a velha economia política”.

Devido ao 1º de maio, a próxima edição impressa da

IHU On-Line circulará a partir das 8h do dia 2 de maio, quarta-feira. A edição eletrônica, no entanto, estará disponível, normalmente, no final da tarde do dia 30 de abril, segunda-feira.

A todas e todos uma ótima leitura e uma excelente semana!

Leia nesta edição

PÁGINA 01 | Editorial

A. Tema de capa

» ENTREVISTAS

PÁGINA 03 | Gilberto Santos: “Eu me surpreendi porque achei que o serviço seria mais fácil”

PÁGINA 05 | Yann Moulier-Boutang: A bioprodução. “O capitalismo cognitivo produz conhecimentos por meio de conhecimento e vida por meio de vida”

PÁGINA 14 | Carlos Lemos: “A gente ganha o que faz na metragem”

PÁGINA 16 | Carlo Vercellone: “É na reversão das relações de saber e poder que se encontra o principal fator da passagem do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo”

PÁGINA 21 | Giuseppe Cocco: “Já saímos da sociedade salarial”

PÁGINA 28 | Ursula Huws: “O que mudou foi a divisão do trabalho”

PÁGINA 32 | Silvério Ferreira dos Santos: “Os cortadores de cana me deram uma lição de vida”

PÁGINA 34 | Marcio Pochmann: “Há uma transformação no mundo do trabalho, que veio para ficar”

PÁGINA 39 | Otavio Valentim Balsadi: O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira

PÁGINA 43 | Maria Aparecida de Moraes Silva: “Os cortadores são pessoas estropiadas”

B. Destaques da semana

» Entrevistas da semana

PÁGINA 46 | Ian Hacking: Há muita informação genética codificada nas raças tradicionais

PÁGINA 52 | Judith Baker: Racionalidade sem razões

» Análise de Conjuntura

PÁGINA 54 | Destaques On-Line

PÁGINA 57 | Frases da Semana

C. IHU em Revista

» EVENTOS

PÁGINA 60 | Agenda de Semana

PÁGINA 61 | César Sanson: A metamorfose da subjetividade operária

PÁGINA 67 | Márcia Eckert Miranda: Desmundo, de Alain Fresnot

» PERFIL POPULAR

PÁGINA 69 | Leonel Luis da Rosa

» IHU Repórter

PÁGINA 73 | Sandra Margarete de Flores

“Eu me surpreendi porque achei que o serviço seria mais fácil”, afirma cortador de cana

O CORTADOR DE CANA, GILBERTO SANTOS, CONCEDEU DEPOIMENTO À *IHU ON-LINE* POR TELEFONE

Acostumado a trabalhar na lavoura de subsistência desde os oito anos de idade, Gilberto Santos¹, 23, natural de Tinguiras, Maranhão, há dois anos vive na cidade de Guarariba, São Paulo. Segundo ele, a falta de oportunidades para os jovens no município foi decisiva para a sua partida. “Eu vim para cá em busca de um recurso financeiro para fazer alguns cursos para ver se mudo de função na vida”, conta. Gilberto diz que se surpreendeu quando chegou aos canaviais. “Achei que o serviço seria mais fácil. Mas na verdade é uma batalha difícil. É uma jornada muito grande, geralmente é de sete meses para quem faz só safra e para quem faz parada e safra dá nove meses direto”.

Rotina

De segunda a sábado, Gilberto acorda às três e meia da manhã, prepara a comida que leva dentro de uma marmitex e às 5 horas sai de casa para ir à roça. “A gente leva carne, feijão. A gente varia porque, quando vai lá pelo final da safra, você não quer mais comer quase nenhum tipo de comida, porque já come ela fria”.

O percurso até as lavouras, segundo ele, muda bastante. “Geralmente a ida para o campo leva de 40

minutos até uma hora e vinte, depende da distância. Às vezes, chega até a duas horas de relógio. Você pega o ônibus às 5 horas, para chegar na roça quase oito horas”. Ele conta que o trajeto da cidade até os canaviais está piorando e que as condições do transporte são bastante precárias. “Tem ônibus que vai com 49 pessoas, outros com 50, 52. Às vezes, vem ônibus com a cadeira muito apertada, muito próxima uma da outra e você vai com a perna encolhida o tempo todo. Eles pegam e vão diminuindo o espaço da poltrona e conseguem colocar duas vagas a mais. Daí a gente vai muito apertado. Não é o espaço normal que você tem direito”, revela.

Enquanto corta cana, Gilberto diz que homens supervisionam as atividades e exigem bastante dedicação dos bóias-frias. “A realidade lá no campo é dura. Às vezes, você está fazendo um serviço e aí quem comanda fala que está errado. Geralmente o trabalhador não tem valor. Você nunca é bem visto. Se o serviço está bom, ele nunca elogia. Só fala com você se o serviço está ruim”. Essa cena já se repetiu muitas vezes no cotidiano do jovem que confessa não gostar das reclamações. “Eles falam que o serviço está errado e tem que fazer de novo, se não fizer a gente tem que ficar três dias em casa”.

A renda diária nunca é fixa, depende de quanto cada um trabalha por isso “a produção varia. Tem dias que a gente ganha R\$ 20, às vezes R\$ 45, às vezes você

¹ O nome do entrevistado foi trocado para preservar sua identidade.
(Nota da *IHU On-Line*)

passa um pouco mais. Mas depende de você”, afirma. No ano passado, como a produção era baixa, Gilberto diz que conseguiu levar para casa cerca de R\$ 2500,00.

“Com esse dinheiro eu tirei a carteira de habilitação. Era um sonho que eu tinha e eu falei que na hora que eu tivesse oportunidade eu ia fazer. Esse aí eu já consegui”, conta emocionado. Quando terminar a safra da cana, ele não pretende ficar na cidade natal e já planeja o futuro. “Pretendo viajar pra outros estados, ou para São Paulo, capital. Mas não mais para o corte de cana”, garante.

Um dos maiores problemas do trabalho nos canaviais, segundo ele, é a necessidade de ter muita resistência. “Você tem que forçar muito o seu corpo”, diz. Na usina em que eles trabalham uma pessoa já morreu este ano, outras três no ano passado e muitos ficaram adoentados. “Eu mesmo, graças a Deus não fiquei doente. Mas tem pessoas que, de tanto forçar, acabam morrendo. Às vezes, têm outros que são obrigados a ser carregados até o ônibus porque não conseguem andar. No serviço não tem limite para o corpo”, conta.

Além das dificuldades enfrentadas na lavoura, os maranhenses são vítimas de preconceito na região. “Eles falam assim, eles botam no geral, falam que o maranhense não tem como sobreviver lá, que

maranhense é morto de fome” e em seguida revidam: “mas na verdade não é isso. Eles não moram no estado e não sabem o que acontece. Se você está pronto para assumir um trabalho desses, então você não estava morrendo de fome. Geralmente a gente vem para ver se consegue um dinheiro a mais, porque o estado nosso não oferece pra nossa cidade”, desabafa.

De 15 em 15 dias, ele liga para mãe e nesse intervalo de tempo, quando bate a saudade liga de novo. Embora saiba que o trabalho é exaustivo, a família incentiva e apóia a decisão dele de trabalhar nos canaviais. “Minha mãe fala assim: Meu filho, se você acha que é melhor para você, então pode ir que eu abençôo você e que seja feliz. E que você consiga o que pretende. Ela dá força, porque lá não tem como conseguir um dinheiro assim”, afirma. Gilberto garante que não quer mais viver nessa rotina e diz que pretende que esse seja o último ano de bóia-fria. “Se Deus permitir, nos outros anos eu creio que não corto mais”.

A bioprodução. “O capitalismo cognitivo produz conhecimentos por meio de conhecimento e vida por meio de vida”

ENTREVISTA COM YANN MOULIER-BOUTANG

Yann Moulier-Boutang é economista e político francês. Participou ativamente do movimento de 1968. Em 1973, encontrou Antonio Negri, de quem permanece parceiro intelectual. Em 1974, criou a revista Camaradas, que sucede a Materiais e desenvolve os temas da autonomia operária, conceito adotado então na Itália por militantes procedentes do operariado (Autonomia Operária). Camaradas é um dos primeiros grupos do movimento autônomo na França.

Após a autodissolução da revista Camaradas, Boutang participa, de 1979 a 1981, do Centro Internacional para Novos Espaços de Liberdade (CINEL), uma iniciativa de Félix Guattari. Atualmente é redator chefe da revista Multitudes. Por e-mail, Boutang fez à IHU On-Line uma reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho.

De sua vasta produção intelectual, destacamos: Des entreprises pas comme les autres: Benetton en Italie, le Sentier à Paris. Paris: Publisud, 1993 (escrito com Maurizio Lazzarato e Antonio Negri); De l’esclavage au salariat. Économie historique du salariat bridé. Paris: PUF, 1998; e Le droit dans la mondialisation: une perspective critique. Paris: PUF, 2002. Le capitalisme cognitif. La nouvelle grande transformation. Editions Amsterdam, 2007. Ele concedeu uma entrevista para a IHU On-Line na edição número 177, de 24 de abril de 2006, sob o título Trabalho. As mudanças depois de 120 anos do 1º de maio.

IHU On-Line - Provocativamente, o senhor afirma que estamos vivendo uma transição não para o socialismo, mas para um novo tipo de capitalismo. O que o faz pensar dessa maneira, uma vez que outros pensadores são capazes de detectar nessa mudança traços socialistas? Gorz, por exemplo, fala em “comunismo do saber”...

Yann Moulier-Boutang - A transição ao capitalismo me parece evidente: 1) o socialismo real foi completamente desfeito na Rússia, depois na China. Para Cuba e a Coreia do Norte, é agora questão de pouco tempo. Isso não quer dizer que o socialismo tenha sido inútil; como método de realização de um tipo de acumulação industrial do capital, ele pôde sustentar a comparação com os países



liberais. Na verdade, o socialismo real realizou nos países em vias de desenvolvimento, onde ele conquistou seu lugar político, o equivalente a um regime de economia mista que se encontra na França, na Suécia, na Alemanha. Mas, em troca, quando apareceu uma nova modalidade de acumulação do capital, o socialismo real se revelou totalmente inadequado. Para mim, há um elo entre o capitalismo cognitivo, apoiado sobre os NTIC em rede e um desenvolvimento democrático da sociedade, como não era possível fazer funcionar o mercado do trabalho industrial dependente numa sociedade escravista. O desmoronamento do socialismo real (1989-1991) é totalmente contemporâneo da revolução informática, da Internet, da descentralização. Para fazer foguetes, locomotivas, centrais hidrelétricas, armas nucleares, o socialismo podia fazer o negócio, não para a informática, a eletrônica, as nanotecnologias, a mídia. Meu amigo André Gorz fala de um comunismo do saber, de uma dissidência numérica. Eu também, mas é uma perspectiva de libertação, de êxodo, de dissidência no seio deste capitalismo cognitivo. É a contradição entre uma sociedade do conhecimento (ele diz “do saber”) e um capitalismo cognitivo.

IHU On-Line - O senhor sustenta que o aumento da importância que o conhecimento vem tendo hoje não é simplesmente um estágio a mais do capitalismo industrial, mas implica uma “grande transformação”, uma alusão a Polanyi. Quais são as características da economia do imaterial?

Yann Moulier-Boutang - Até o mês de junho, eu vou publicar nas edições Amsterdã um pequeno livro (*Le capitalisme cognitif. La nouvelle grande transformation*. Editions Amsterdam, 2007) sobre o capitalismo cognitivo que fará a ponte nesta questão. Há 13 características, a meu ver, desta nova modalidade da acumulação capitalista:

a) A virtualização da economia, ou seja, o papel do imaterial e dos serviços ligados à produção deste

imaterial é certamente uma das características mais evidentes. O volume do investimento referente ao imaterial ultrapassou, desde 1985, o dos equipamentos materiais.

O peso do imaterial se apóia nas NTIC (Novas tecnologias da informação e da comunicação), portanto, na numerização dos dados. Ele exige a captação da informação, seu tratamento, sua estocagem sob forma numerizada na produção de conhecimento e na produção como tal.

Entre estes imateriais, um é promovido a um papel decisivo no crescimento econômico. Trata-se do processo de captação da inovação presente nos processos cognitivos interativos de cooperação social, dos saberes tácitos, tanto para a empresa como para o mercado e o poder público. O conhecimento e a ciência, que tinham sido incorporados na valorização do capital industrial, porém permanecendo distintos (E. Rullani¹), tornam-se um lugar estratégico, eles assumem a liderança do processo do sistema. São duplamente hegemônicos: a) ciência e conhecimento condicionam as possibilidades de inovação; eles são a condição necessária (do lado do valor de uso); b) ambos cristalizam nos produtos e serviços a parte essencial do valor de troca. Eles comandam o elo decisivo da valorização capitalista. O trabalho material não desaparece, mas ele perde seu papel central de ativo estratégico.

Disso decorre que o progresso técnico não é mais uma fonte exógena que a empresa pode procurar num mercado spot (instantâneo) dos produtos ou dos serviços, como o supunham apressadamente os economistas do desenvolvimento. Ele toma a forma de um sistema sociotécnico caracterizado pelas NTIC. A apropriação dos conhecimentos (um fenômeno infinitamente mais

¹ Enzo Rullani (1947-): Economista, professor na Universidade de Veneza. As suas pesquisas falam sobre o papel do conhecimento no pós-fordismo, tema sobre o qual publicou vários livros, entre os quais *Capitalismo e conoscenza. L'astrazione del lavoro nell'era telematica* (Manifestolibri, 1998). (Nota da IHU On-Line)

complexo do que a aquisição de informação) e o uso das técnicas são variáveis determinantes do progresso técnico e da inovação. É a contribuição da teoria evolucionista.

O modelo da divisão do trabalho que servira de base à economia política na célebre descrição feita por Adam Smith¹ da manufatura de alfinetes e que fora aperfeiçoado pelo taylorismo foi novamente posto em questão, em três pontos maiores: a) a redução do trabalho complexo ao trabalho simples; b) a separação da execução manual junto com a concepção intelectual concebida para diminuir o tempo de aprendizagem; c) a especialização em função da dimensão do mercado perde sua pertinência num universo de produção de pequena série, de uma “economia de variedade”.

A crescente complexidade dos mercados não é mais controlável somente com a utilização das economias de escala, que continuam sendo procuradas por razões ligadas à busca de produção de valor econômico pelo e para o mercado. Ela exige um crescente recurso às economias de aprendizagem que permitem fazer a diferença nos mercados e numa concorrência intercapitalista agudizada pela abertura neoliberal de

¹ Adam Smith (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. *A Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal, ao invés do mercantilismo até então vigente. Outra faceta de destaque no pensamento de Smith é sua percepção das sofríveis condições de trabalho e alienação às quais os trabalhadores encontravam-se submetidos com o advento da Revolução Industrial. O Instituto Humanitas Unisinos promoveu em 2005 o I Ciclo de Estudos **Repensando os Clássicos da Economia**. No segundo encontro deste evento a professora Ana Maria Bianchi, da USP, proferiu a conferência *A atualidade do pensamento de Adam Smith*. Sobre o tema, concedeu uma entrevista à *IHU On-Line* número 133, de 21-03-2005. Ainda sobre Smith, confira a edição 35 do *Cadernos IHU Idéias*, de 21-07-2005, intitulado *Adam Smith: filósofo e economista*, escrito por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível para download no site do IHU. (Nota da *IHU On-Line*)

todos os mercados (com exceção do mercado de trabalho muito mais fortemente segmentado).

Assiste-se a uma subversão das seqüências produtivas, ou seja, da divisão do trabalho e de seus componentes. A seqüência clássica concepção / produção / comercialização é invertida. É a inovação profunda que comporta a “produção flexível” e o *just in time*. Observa-se esta transformação nas indústrias que pertencem ao coração do fordismo², como a indústria automobilística com os princípios de organização do toyotismo desenvolvidos a partir das concepções do engenheiro japonês Ohno³. Mas, a produção flexível, tal como pode ser descrita a partir do “ciclo curto” da confecção e do *prêt à porter* ou das indústrias culturais fazem aparecer ainda mais claramente o caráter produtivo do consumo como produzindo informação e regulação em tempos reais de produção. Enfim, os dispositivos do numérico permitem que o usuário de dispositivos técnicos numéricos se torne co-produtor da inovação.

Quando a mercantilização parece ser a regra universal, sua escala de medida a partir do capital ou do trabalho perde a escala e é posta em questão em vista da

² **Fordismo**: método de produção idealizado pelo empresário norte-americano Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company. Caracteriza-se pela produção em série, sendo um aperfeiçoamento do taylorismo. Ford introduziu em suas fábricas as chamadas linhas de montagem, nas quais os veículos a serem produzidos eram colocados em esteiras rolantes e cada operário realizava uma etapa da produção, fazendo com que a produção necessitasse de altos investimentos e grandes instalações. O método de produção fordista permitiu que Ford produzisse mais de 2 milhões de carros por ano, durante a década de 1920. O veículo pioneiro de Ford no processo de produção fordista foi o mítico Ford Modelo T, mais conhecido no Brasil como “Ford Bigode”. (Nota da *IHU On-Line*)

³ **Taiichi Ohno**: engenheiro, que em 1975 tornou-se vice-presidente executivo da Toyota Motor Company, autor das idéias que hoje conhecemos como “toyotismo” e principal mentor das mudanças implantadas na Toyota. Ohno é autor de *O Sistema Toyota de Produção - Além da Produção em Larga Escala* (Porto Alegre, Bookman, 1997). (Nota da *IHU On-Line*)

pluralidade irredutível dos inputs (recursos que contribuem para a produção). Assiste-se a uma dissolução das linhas de partilha tradicionais entre capital e trabalho e entre trabalho qualificado e trabalho não-qualificado. O fato de que as expressões de capital humano ou capital intelectual se tenham tornado de uso corrente é disso um sintoma. A inscrição da utilização técnica do numérico está no ponto forte em que a corrente evolucionista em economia chega a propor uma nova distinção, para todo bem ou serviço, de três tipos de inputs: o hardware (a camada material), o software (a camada lógica ou logística) e o wetware (a camada cerebral ou do vivente).

Mas, a esta característica se deve acrescentar igualmente o irresistível aumento dos modelos de cooperação social e produtiva de um quarto componente, o netware ou rede. A sociedade de redes é possibilitada pela informática, isto é, a combinação num conjunto coerente da numerização, da programação informatizada, da eletrônica pela difusão do computador pessoal a partir de 1986 e, enfim, pela constituição da Internet, que se torna o novo bem comum planetário da inteligência coletiva. Voltaremos a este papel da rede numérica que representa uma novidade radical.

Este aumento da “cooperação entre os cérebros” comporta um declínio do paradigma energético e entrópico da força de trabalho, bem como da transformação das mercadorias materiais na produção de riquezas. Ela se produz em ponto fixo, isto é, no momento em que o dispêndio energético por dissipação de energia consubstancial no modelo mecânico do capitalismo industrial chega aos limites da biosfera terrestre e do ecossistema planetário.

Mas, o capitalismo cognitivo não se contenta em fazer mais apelo ao trabalho vivo do que ao trabalho morto (cristalizado nas máquinas, para retomar a terminologia de Marx). O reino da ciência tinha sido amplamente

antecipado por Marx nos *Grundrisse*¹ (1857-1858). Segundo ele, viria o tempo em que o poder do capital acumulado e detido pelos capitalistas se apresentaria sob a forma do caráter necessário e indiscutível da ciência. No entanto, a novidade à qual nós assistimos, é o caráter central do trabalho vivo não-consumido e não-reduzido a trabalho morto no maquinismo. Esta importância da atividade viva que co-produz o trabalho como atividade viva vai a par com aquelas dos saberes implícitos irredutíveis a maquinismos, mas a capital humano padronizado e codificado. Nas sociedades cuja forma se aproxima do capitalismo cognitivo, o trabalho vivo e a consumação “viva” ocupam ambas um lugar central². Este é o aspecto “bioprodutivo” da força inventiva³ a sobrepor-se à força de trabalho e, portanto, à captação, e, como veremos, define a forma específica de exploração e de mais-valia extraída pelo capitalismo cognitivo.

¹ *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (1857-1858), ou seja, *Elementos fundamentais para a crítica da economia política*, conhecidos simplesmente como *Grundrisse* é um manuscrito com cerca de mil páginas, no qual Marx aborda temas que, mais tarde, iriam constituir os Livros I e II de *O Capital*, que tratam dos processos de produção e de circulação do capital. (Nota da *IHU On-Line*)

² Nenhum problema se Y. Benker cita em destaque de seu livro fundamental, *The Wealth of Networks* (2006), Yale, University Press, @ http://en.wikipedia.org/wiki/The_Wealth_of_Networks esta passagem de J. S. Mill: “Human nature is not a machine to be built after a model, and set to do exactly the work prescribed for it, but a tree, which requires to grow and develop itself on all sides, according to the tendency of the inward forces which make it a living thing [A natureza humana não é uma máquina a ser construída segundo um modelo, e destinada a realizar exatamente o trabalho para ela descrito, mas uma árvore que requer poder crescer e desenvolver-se sob todos os aspectos, de acordo com a tendência das forças intrínsecas que a tornam uma coisa viva](sublinhado por nós)”. (Em Liberty, 1859). (Nota do entrevistado)

³ Lazzarato, M., (1997), *Lavoro Immateriale, Forme di vita e produzione di soggettività*, Ombre Corte edizionim, Verona. Em português confira a versão *Trabalho Imaterial - formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. (Nota do entrevistado)

Tal transformação vai ao ar com o declínio dos conceitos de performance individual no seio da empresa, que se baseava nas balizas da produtividade elaboradas durante o capitalismo industrial. Ela desclassifica igualmente a performance fatorial: os indicadores mais pertinentes se tornam os do excedente de uma produtividade global, o que corresponde, do lado contábil, à questão do valor que não aparece nos livros contábeis e que é, portanto, avaliado pelo *fair value*, isto é, a cotação em bolsa¹. Enfim, a avaliação da performance global se estende aos territórios produtivos, diversamente nomeados de excelência territorial: é assim que toda a literatura sobre os *clusters*² ou sistemas de produção locais gira em torno do fora da empresa que gera a inovação produtiva. A inovação não está mais somente na empresa, ela está toda onde o território faz território ou rede produtiva³.

O caráter imaterial dos bens produzidos no capitalismo cognitivo induz uma forte especificidade dos bens “informação” ou dos bens “conhecimento” quanto à sua aprendizagem, ao seu uso, à sua amortização, a seu enriquecimento e às condições de sua apropriação exclusiva. Estas características repercutem, por sua vez,

¹ Rébiscoul, Antoine (2005), *Le problème du goodwill, La firme fluide: Montée de l’immatériel, délocalisation et nouvelle territorialisation des savoirs*, Séminaire international Inter-semestriel, Université de Technologie de Compiègne, 27-28, janvier 2005. (Nota do entrevistado)

² **Clusters**: pode ser definido como um sistema onde vários computadores dividem tarefas de processamento e trabalham como se fossem um único computador. Segundo Michael Porter, um dos maiores especialistas no assunto, o Clusters sugere integração, entrelaçamento e afinidades entre as empresas. De acordo com Porter, o que uma empresa faz no clusters, a outra fica sabendo por canais de comunicação e também adota. Isso contribui para aumentar a competitividade da região e acontece automaticamente, simplesmente pelo fato de as empresas estarem concentradas. (Nota da *IHU On-Line*)

³ P. Vetz (1994), *Des territoires pour apprendre et innover*, Editions de l’Aube, Paris. Ibid., (1996), *Mondialisation, Villes et Territoires - L’économie de l’Archipel*, PUF, Paris. (Nota do entrevistado)

sobre a maneira pela qual a informação e os conhecimentos circulam na empresa e na sociedade (prevalece uma horizontalização muito mais forte, que origina um questionamento muito radical das formas hierárquicas aceitáveis), mas também em tensões crescentes sobre a questão dos direitos de propriedade intelectual. Essa característica, que faz emergir, no próprio seio das relações de mercado, o conhecimento como bem público ou bem “livre”, isto é, o livre acesso não é separável da revolução das NTIC.

No capitalismo cognitivo, o que nós definimos como as externalidades (ou efeitos externos) deixam de ser marginais e ligadas a simples fenômenos parciais de indivisibilidade de bens públicos. Se o coração do valor a extrair conduz ao trabalho inteligente, inventivo e inovador e que este último mobilize a cooperação em rede dos cérebros, a captação de externalidades positivas constitui o problema número um do valor. É o trabalho fora do tempo de trabalho, é o conhecimento implícito, a capacidade de contextualização que se trata de revelar e de tratar. Este deslocamento da economia política e da administração da cadeia do valor é tanto mais facilitado do que a dívida que dois séculos frenéticos de capitalismo industrial (incluindo a vertente do “socialismo realizado”) deixada na cesta de herança é constituída pelas externalidades negativas a controlar e a saldar. A economia política é condenada a regrar esta relação com seu lado externo. E tudo o que não serve para tal em sua caixa de ferramentas nos é mais ou menos tão útil como a escolástica pôde servir à Renascença.

Se o capitalismo industrial podia ser caracterizado pela produção de mercadorias, o capitalismo cognitivo produz conhecimentos por meio de conhecimento e vida por meio de vida. Há simultaneamente uma produção de vida e, portanto, uma bioprodução. A produção de novos conhecimentos só se pode obter na base de uma acumulação de conhecimentos que não se reduza aos

meios técnicos materiais. Mas ela só pode, então, se operar com a atividade cerebral coletiva mobilizada em redes numéricas interconectadas. Tal tipo de capitalismo corresponde a um desenvolvimento da sociedade que se chamará de sociedade do conhecimento. Na medida em que é a força de invenção muito mais do que a força de trabalho que se encontra mobilizada especificamente pelo capitalismo cognitivo, ele é conduzido a produzir o conhecimento e a vida através da produção da população. Esta produção da vida pode ser chamada de bioprodução. E o poder que tem por função o controle desta bioprodução será chamado de biopoder¹.

IHU On-Line - Quais são os grandes limites da economia política que nasce com Smith?

Yann Moulier-Boutang - A economia política de Adam Smith e de todos os clássicos (igualmente Marx) e neoclássicos subseqüentes se situam num mundo em que é o capital que é raro, como o trabalho. Ela só chega a raciocinar com rendimentos decrescentes. No mundo da sociedade do conhecimento, a raridade está no tempo, na atenção e no capital intelectual. A economia política clássica não chega a pensar as interações múltiplas e, portanto, as externalidades só ocupam um lugar marginal. Ela não compreende a rede que ela restringe ao mercado ou à hierarquia (a empresa e o Estado). Ela se obstina em raciocinar nos termos da permuta do equivalente. Ela só compreende muito mal a questão crucial da formação dos públicos e de sua captação. Finalmente, ela de uma grosseria vulgar por trás do refinamento de seus modelos matemáticos e sua escolástica em face dos fenômenos complexos, em face da atividade cerebral, da vida e da cooperação dos cérebros em rede. O mais grave é que ela propõe, além

¹ Além das referências a M. Foucault já indicadas, M. Lazzarato (2000), *“Du biopouvoir à la biopolitique”*, in: *Multitudes*, Editions Exils, n° 1, Paris, pp. 45-57, Online no site da revista. (Nota do entrevistado)

disso, soluções essencialmente retrógradas e reacionárias de eficácia. A grave crise de proposições que enfrenta a esquerda contemporânea em suas proposições, é que ela não chega a sair do horizonte da economia de mercado, porque ela situa um programa político repleto de boas intenções sobre a velha economia política.

IHU On-Line - O capitalismo cognitivo impacta também a natureza do território produtivo. Quais são as principais alterações?

Yann Moulier-Boutang - Dois impactos:

O papel fundamental da questão das externalidades negativas e positivas (estas últimas são em geral esquecidas) é o primeiro ponto.

O papel crucial da ordem espontânea produzido pela cooperação das multidões em rede faz atualmente a inovação estar ela própria no coração da riqueza e, por conseguinte, de sua captação em valor pelos dispositivos do capitalismo cognitivo. O consumidor é produtor de informação, mas também de contextualização, de usos inovadores e, da mesma forma, os atores produtivos são diretamente os territórios. É uma chance incrível para reabilitar políticas públicas e empregos públicos sobre uma base totalmente diferente daquela pela qual existiram e foram devastadas pela contra-revolução neoliberal.

IHU On-Line - Que impactos essas mudanças todas têm sobre o trabalhador, sua maneira de organizar a vida e sua subjetividade?

Yann Moulier-Boutang - O trabalhador como instituição e convenção de emprego (o produto de difíceis compromissos que fizeram os Trinta Anos Gloriosos²) sofre uma verdadeira desconstrução. Ele é

² Os Trinta anos Gloriosos do pós-Segunda Guerra (1945-1975) foi um período excepcional dentro da história do capitalismo, no qual verificou-se um crescimento das políticas desenvolvimentistas da época. (Nota da *IHU On-Line*)

demolido, decomposto. Mas no coração desta desconstrução aparecem múltiplas novas formas de atividade e de trabalho produtivo que ainda não encontrou meios de expressão política. A classe operária perdeu seu papel hegemônico e o cognitivismo se defronta com uma incrível desenvoltura da esquerda institucional. Diversos exemplos o mostram: 1) a questão do tempo de trabalho contínuo (as 35 horas) como se a duração do trabalho cognitivo fosse mensurável por outro critério além daquele da vida - ora, a vida não é um relógio; 2) a competência, a qualificação, o emprego contínuo sendo mensurado segundo critérios hierárquicos de outra época; 3) a precariedade e a atividade do trabalho cognitivo sendo tratados como seres inferiores; a metade de empregos que se trataria de transformar em bons empregos; portanto, retornar ao emprego assalariado sob a autoridade do contra-mestre ou de seu equivalente. Convém reverter a ótica: partir da realidade atual da cooperação produtiva, das necessidades dos intermitentes, dos intermediários, dos precários e reconstruir a convenção ou o pacto de emprego sobre a base de um direito à vida e à remuneração como pedestal de proteção ao mesmo tempo eficaz, decisivo, igualitário e democrático.

IHU On-Line - O capitalismo cognitivo erosiona o estatuto do assalariamento canônico que definia os empregos. Tornou-se impossível remunerar hoje a produtividade individual do trabalho. Ao mesmo tempo, o sistema de proteção social vigente foi concebido com base numa sociedade do pleno emprego. De que maneira uma sociedade pode produzir a riqueza socialmente produzida com cada vez menos trabalho, ao menos assalariado?

Yann Moulier-Boutang - Respondi na questão precedente à primeira parte da questão. Para a segunda parte, eis a resposta: O problema que você propõe é tipicamente a ilustração da maneira de raciocinar da velha economia política. Não há senão as pessoas

empregadas na produção nas empresas que produzem riqueza. Eu diria mesmo, que um ponto de vista ecológico radical poderia fazer-nos considerar que uma boa parte da produção industrial é radicalmente nociva e que, conseqüentemente, em vez de produzir riqueza, ela a destrói e distribui renda. Em troca, uma parte crescente da atividade que ainda não tem o estatuto de emprego é a fonte de uma grande parte da riqueza: ela fornece externalidades positivas sem as quais a biosfera, como a noosfera, nem sequer poderiam ser reproduzidas. Se a produtividade é global e coletiva, que ela realce cada vez mais o que Pierre Lévy¹ chama de inteligência coletiva, devendo esta ser retribuída e não redistribuída, sob a forma de uma remuneração universal ou social garantida, que também se pode chamar de “bio-renda” ou “bio-remuneração”. Os Pobres o chamaram de “direito à vida”, a legislação de Speenhamland², a última lei sobre os Pobres criada na Inglaterra em 1795 (o governo inglês tinha muito medo da contaminação pela Revolução Francesa). Isso correspondeu (veja meu livro *De l’esclavage au salariat*³ (tradução espanhola Akales

¹ Pierre Lévy: filósofo da informação que estuda as interações entre a Internet e a sociedade. Mestre em História da Ciência e doutor em Sociologia e Ciência da Informação e Comunicação, pela Universidade de Sorbonne, França, Lévy é titular da cadeira de pesquisa em inteligência coletiva na Universidade de Ottawa, Canadá. Entre outras obras, escreveu *A ideografia dinâmica: rumo a uma imaginação artificial?*. São Paulo: Loyola, 1998. e *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996. (Nota da *IHU On-Line*)

² Lei Speenhamland: foi implantada na Grã Bretanha a partir de políticas sociais e determinou mudanças nas formas de proteção social que eram adotadas na Inglaterra desde 1536. A lei garantia ao homem um mínimo de subsistência independente de sua contribuição em impostos. Era baseada no preço do pão e no número de filhos de cada família. Essa legislação está comentada no livro *A Grande Transformação - as origens de nossa época*, de Karl Polanyi. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980. Tradução de Fanny Wrobel. (Nota da *IHU On-line*)

³ De l’esclavage au salariat. Économie historique du salariat bridé. Paris: PUF, 1998

Ediciones 2006 Madri) a 3% do PIB britânico e permitiu à Inglaterra vencer Napoleão.

IHU On-Line - O senhor afirma que as transformações simultâneas na natureza do trabalho, da substância e da forma do valor levam a uma instabilidade de proporções tais que fazem o capitalismo voltar em seu conjunto a uma situação pré-keynesiana. Qual é a contradição fundamental posta pela emergência do regime de capitalismo cognitivo?

Yann Moulier-Boutang - A instabilidade intrínseca do capitalismo cognitivo faz este último ainda não ter encontrado um “regime” regular. Por enquanto se “regula” através de minicrises financeiras e de exigências vertiginosas de taxas de lucro.

A que se deve sua instabilidade?

1º) Em primeiro lugar, ao fato de que o coração da exploração do capitalismo cognitivo repousa sobre a exploração do 2º degrau da força de invenção do trabalho vivo cooperando em rede e que ela só pode se desenvolver pela produção de bens de conhecimento; ora, esses bens são bens quase públicos. Eles são indivisíveis, não rivais nem excludíveis. Da mesma forma, sua mercantilização levanta bem mais problemas do que a dos bens de mercado materiais.

2º) A segunda contradição, que vem exasperar a primeira, é que a apropriação das NTIC pelo maior número, que é uma condição *sine qua non* da produção de bens cognitivos, em vez de reforçar a mercantilização, torna cada vez mais difícil e ilegítima a execução dos direitos de propriedade privados. Processos para telecarregamentos, na gigantesca batalha dos medicamentos genéricos no quadro de um ciclo de Doha¹, passando pela batalha dos DRM (Digital Rights

¹ **Doha**: A rodada de **Doha** das negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio) começou em novembro de 2001. O objetivo era a adesão à Agenda de Desenvolvimento de **Doha**, e a partir daí negociar a abertura dos mercados agrícolas e industriais. A rodada de **Doha** visa diminuir as barreiras comerciais em todo o mundo, com foco no livre

Management²), o mundo global está de cheio na batalha das “new enclosures”³

3º) A terceira contradição é uma crise de medida: do tempo, da atenção, da hierarquia, do que se chamava de valor no sentido dos marginalistas⁴. O tempo de produção de um produto não se mensura mais pelo tempo de trabalho consagrado à sua produção industrial. A reprodução de um bem cognitivo e de um bem informacional não é seu valor, que ele deriva do incremento de inovação e de conhecimento em direção e no aval do estreito feixe da produção de produto. Ela se situa no processo e no halo de intangíveis, que não é sequer o conhecimento codificado.

4º) O preço de uma informação ou de um bem cognitivo oscila, então, do incomensurável, do infinito, ao nada, ao gratuito. As empresas confrontadas com este problema só podem reagir procurando, ainda mais do que no capitalismo industrial, adquirir uma posição monopolista que permita praticar preços astronômicos.

Imediatamente, o setor da distribuição de bens materiais, da circulação financeira, da circulação de informação (a mídia) são igualmente levados a praticar

comércio para os países em desenvolvimento. As conversações centram-se na separação entre os países ricos, desenvolvidos, e os maiores países em desenvolvimento (representados pelo G20). (Nota da *IHU On-Line*)

² **Digital Rights Management**: DRM, que traduzido significa Gerenciamento de Direitos Digitais é um conjunto de tecnologias implantadas em arquivos de computador para impedir que o usuário faça cópias do conteúdo. Ele pode ser utilizado tanto em músicas ou filmes digitais quanto em discos como CDs ou DVDs. (Nota da *IHU On-Line*)

³ **New enclosures**: métodos alternativos para aumentar o monopólio das corporações e a biosservidão no século XXI. (Nota da *IHU On-Line*)

⁴ **Marginalistas**: Os marginalistas forneceram modernos conceitos macroeconômicos utilizando ferramentas básicas de demanda e oferta, satisfação dos consumidores e uma base matemática para utilização destas ferramentas. Os marginalistas diziam que numa economia aberta, as pessoas ganhavam exatamente o que elas ou suas propriedades contribuíam para a produção. (Nota da *IHU On-Line*)

preços muito elevados e estabelecer taxas de lucro que a economia material é incapaz de produzir, salvo explorando ferozmente, segundo os esquemas mais badalados do capitalismo industrial que reinava em Manchester, a força de trabalho do Terceiro Mundo e dos países gigantescos como o Brasil, a China, a Índia, a Nigéria.

Após vinte anos, com a queda do segundo mundo socialista, a rentabilidade financeira exigida das empresas se regula pela rentabilidade do setor de ponta do capitalismo cognitivo. O rendimento sobre o investimento de 14 a 15% produz uma incoerência muito forte entre o capitalismo industrial submetido sem cessar a novas reestruturações, ao desemprego crescente dos assalariados da velha economia e o capitalismo cognitivo que nem sempre produz um modelo de recomposição.

***IHU On-Line* - Que perspectivas se abrem para o movimento dos trabalhadores no contexto de relações de trabalho cada vez mais fluidas, flexíveis e descentralizadas?**

Yann Moulier-Boutang - Este desequilíbrio está a ponto de provocar uma reação de retorno nacionalista, “industrial” e corporativista. Ele só poderá ser superado por aquilo que eu chamo de um New Deal¹ que consistirá

¹ **New Deal**: Traduzido para o português significa “novo pacto” ou “novo acordo”. New Deal foi o nome dado à série de programas implementados nos Estados Unidos entre os anos 1933 e 1937, sob o governo do Presidente Franklin Delano Roosevelt com o objetivo de

em reconstruir um compromisso, e este compromisso consistirá em enfraquecer o assalariado pela construção de um novo Estado-providência que assegurará uma renda incondicional e a proteção do novo trabalho produtivo precário.

Toda a estratégia de recomposição do assalariado sobre a base do emprego fixo (de matriz industrial), do tempo de trabalho regulamentado sobre a base de 40 ou 35 horas, é votada ao fracasso. Somente impondo a garantia de uma bio-renda de mobilidade que o “cognitariado” (F. Bérardi), o Pronetariado² (Joël de Rasnay) ou o “Netariado” poderão encontrar os instrumentos de agrupamento dos assalariados.

Não é sobre a empresa, mas sobre a rede e o território que esta recomposição poderá produzir-se.

recuperar e reformar a economia norte-americana. (Nota da *IHU On-Line*)

² **Pronetariado**: Junção de pro+net+proletariado. É uma nova classe de usuários das redes virtuais capazes de produzir, difundir, vender conteúdos digitais não-proprietários. São capazes de competir com os infocapitalistas, através de produtos e mercados auto-regulados que criam e administram. Informar-se, ouvir música, ler um livro, escutar músicas, são operações cada vez mais mediadas por mídias criadas pelo pronetariado, as chamadas mídias das massas. (Nota da *IHU On-Line*)

“A gente ganha o que faz na metragem”

UM DEPOIMENTO DE CARLOS LEMOS*, CORTADOR DE CANA, COM SEGUNDO GRAU COMPLETO

Milhares de migrantes, principalmente jovens, deixam suas cidades e vão em busca de oportunidades para retornar com uma renda extra. Carlos Lemos¹, 20 anos, é um deles. Há dois anos, o rapaz natural de Timbira, Maranhão, segue para São Paulo, a fim de trabalhar nos canaviais na cidade de Guariba, noroeste do estado. “Estou aqui por falta de oportunidade de empregos na nossa região e também por falta de investimentos do governo pra juventude”, disse, por telefone, à *IHU On-Line*. Quando não tem safra de cana, Carlos diz que retorna ao dia-a-dia normal da sua cidade de origem. “Lá a gente vai para lavoura na roça, no interior. Aí quando aparece algum serviço a gente trabalha como ajudante de pedreiro. Qualquer serviço que aparecer a gente faz”. Ele disse que foi para a cidade de Guariba com destino certo. “Você sabe que veio para cortar cana, mas chega aqui você tem que lutar para arranjar uma casa para você se hospedar, mercado pra comprar, geladeira para guardar alguma comida e água fria para você beber e tudo você vai comprando fiado, melhor dizendo assim, para pagar quando começar a trabalhar”. Atualmente, ele divide uma casa alugada com outros rapazes. “Eu estou na cidade, mas tem muita gente que vai para alojamentos das usinas. Os alojamentos são péssimos”, conta.

Dia-a-dia cortando cana

Trabalhando pelo segundo ano nos canaviais, Carlos diz que a vida de cortador de cana é desgastante e que tem

¹ Carlos Lemos. O nome foi substituído para preservar a identidade da fonte. (Nota da *IHU On-Line*)

que ter muito preparo físico para agüentar as jornadas de trabalho. “A vida no campo é dura. Você acorda três e meia, quatro horas da manhã para preparar o almoço. Aí a gente toma café e às 5h já vai para o ponto pra pegar o ônibus para ir para lavoura. Quando chega na roça, a gente merenda um pouco do almoço antes de começar a trabalhar. Quando dá meio dia, a gente almoça. A tarde, só em casa a gente janta novamente”, descreve. Carlos trabalha oito horas de segunda a sábado e revela que há muita exigência nos canaviais. “A exigência é muito grande aqui. Você não pode fazer nada que compense para você tirar uma boa metragem a mais. Tem que cortar mais e seguir a regra deles: cana limpa, ponteiro bem aparado. Se você não cumprir as ordens deles, desobedecer acontece de você levar um gancho² e é descontado R\$ 100,00 do seu salário”, aponta.

Mesmo com as dificuldades que encontra, Carlos assegura que trabalhar na lavoura é melhor do que ficar no Maranhão. “Compensa por um lado, porque na nossa cidade a geração de emprego é pouca. Renda, dinheiro para gente, quase nada. Aqui compensa que você vai ganhar o que você faz. Você tem que se esforçar. Mas se você se esforçar muito, tem o risco ter um ataque ou alguma coisa”. Segundo ele, nos últimos anos a situação melhorou um pouco porque eles adquiriram o direito a três descansos por dia. Além disso, ele conta que a fiscalização do Ministério Público tem aumentado nos últimos dias. “Às 9 horas você tem os 10 minutos de descanso. Meio-dia também já tem uma hora de

² Levar um gancho é ficar três dias em casa, sem poder trabalhar.

descanso. E à tarde às 2 horas também tem 10 minutos. É um serviço muito puxado”, relata.

Em relação ao salário, Carlos diz que ganha por produção. “A gente ganha o que a gente faz na metragem. Eles colocam o preço na cana e dependendo o tanto de metros que você fizer, eles multiplicam vezes o metro e é o seu pagamento que vai sair por mês ou por quinzena”, conta. Ele explica que os valores por metro quadrado variam de acordo com o tipo de cana. Se a cana for fina, fraca, vai de dez a quinze centavos o metro. Se for uma cana mais pesada, mais forte, vai de 25 a 35 centavos o metro. A cana chega até 50 e 60 centavos. a até 50 e 60 centavos. Por mês, ele diz que ganha uma média de R\$ 800,00 e que no fim do ano retorna pra casa com uma renda um pouco mais alta. “A

gente leva para casa só o acerto no fim do ano e as parcelas do seguro. O que a gente leva mais de concreto é isso: cerca de R\$ 2000,00, mais as parcelas, que variam de R\$ 300,00 a R\$ 600,00”.

Além dos problemas vivenciados no campo, Carlos ainda tem que driblar a saudade da família. Ele conta que liga para a mãe uma vez por semana, geralmente no domingo que é o dia de folga e diz que não pretende mais trabalhar como cortador de cana. “Eu tenho a expectativa de vida de estudar mais. Tenho o segundo grau completo. Terminei em 2004 e tenho a esperança de fazer cursos na área de computação que eu sempre tive vontade. Vou tentar ver o mercado de trabalho e fazer outros cursos profissionalizantes”.

“É na reversão das relações de saber e poder que se encontra o principal fator da passagem do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo”

ENTREVISTA COM CARLO VERCELLONE

Carlo Vercellone, economista italiano, residente na França, concedeu, por e-mail, a entrevista exclusiva, que segue, à revista IHU On-Line. Nela, ele afirma que “o traço essencial da transformação atual do trabalho não consiste unicamente na dimensão imaterial do trabalho ou, mais precisamente, de seu produto. Ele se encontra também na reconquista, da parte do trabalho vivo, da dimensão cognitiva do trabalho, uma dimensão que o desenvolvimento histórico do capitalismo, sem cessar, tentou aniquilar”. Mestre de conferências na Universidade de Paris I Pantheon-Sorbonne, Vercellone, é membro da Unidade de Pesquisas Matisse-Isys (<http://matisse.univ-paris1.fr>). Especialista da história econômica da Itália, é o organizador da obra coletiva Sommes-nous sortis du capitalisme industriel? (Paris: La Dispute, 2003). Vercellone é membro do Comitê de Redação da revista Multitudes e também autor de Accumulation primitive du capital (1861-1980), industrialisation et rapport salarial: une application au cas italien (Paris: L'Harmattan, 1999). Vercellone concedeu outra entrevista na 161ª edição da IHU On-Line, de 24 de outubro de 2005, sob o título Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho.

IHU On-Line - Na última entrevista concedida à nossa revista, o senhor afirma que o “trabalho imaterial” ajuda na compreensão da transição do “capitalismo industrial” ao “capitalismo cognitivo”; no entanto, o senhor considera esta categoria insuficiente para explicar o caráter da mudança que se opera na realidade do trabalho. Poderia falar um pouco mais sobre isso?

Carlo Vercellone - A noção de trabalho imaterial, como a de trabalho informal, são, de fato, a meu ver, insuficientes para caracterizar a mutação atual do trabalho e podem dar lugar a interpretações redutoras da tese do capitalismo cognitivo. Explico. A categoria “trabalho imaterial” permite, sem dúvida, identificar

certas mudanças maiores intervindas na organização atual da produção e ligadas à montagem dos serviços e à maneira pela qual a informação conduz a um distanciamento do trabalho em relação ao seu objeto.

No entanto, o acento posto unicamente sobre a desmaterialização da produção corre o risco de ocultar outros elementos cruciais da mutação atual da relação capital/trabalho. Em particular, o sentido desta mutação está longe de se reduzir somente à montagem do setor terciário e ao uso crescente de novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC), como o sugere certo número de teorias em termos de sociedade pós-industrial ou de revolução informacional.

Contrariamente a estas teorias, a meu ver, o traço essencial da transformação atual do trabalho não consiste unicamente na dimensão imaterial do trabalho ou, mais precisamente, de seu produto. Ele se encontra também, para utilizar a linguagem de Marx, na reconquista, da parte do trabalho vivo, da dimensão cognitiva do trabalho, uma dimensão que o desenvolvimento histórico do capitalismo sem cessar tentou aniquilar. Ora, é nesta reversão das relações de saber e de poder que caracterizam a organização fordista da produção que se encontra o principal fator da passagem do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo. Por este conceito eu designo um sistema de acumulação no qual o poder produtivo do trabalho intelectual e científico se torna dominante e o cacife central da valorização do capital conduz diretamente ao controle e à transformação do conhecimento numa mercadoria fictícia. Temos aí uma mutação da relação capital/trabalho de sentido inverso, mas comparável por sua importância àquela que Gramsci¹, durante os anos 1930, antecipara em *Américanisme et fordisme*.

Trabalho cognitivo

È por isso que o conceito de trabalho cognitivo me parece mais rico e preciso que o de trabalho imaterial. Ele permite uma análise mais rigorosa e completa do novo capitalismo e isso por três razões estreitamente interligadas.

A primeira é que o trabalho, como atividade cognitiva, se manifesta em toda atividade produtiva, material ou imaterial (estas duas dimensões eram, aliás, freqüentemente inextricáveis). O conceito de trabalho

¹ Antonio Gramsci (1891-1937): escritor e político italiano. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus Cadernos do cárcere, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela "hegemonia" do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. (Nota da *IHU On-Line*)

cognitivo permite dar melhor conta de uma mutação que atravessa o conjunto das atividades e dos setores produtivos.

A segunda razão é que o conceito de trabalho cognitivo permite estabelecer uma clara distinção entre conhecimento e informação, desembaraçando-se de todo fetichismo referente ao papel das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC). É preciso insistir a este respeito num ponto crucial contra toda tentação de uma leitura de determinismo tecnológico. Os NTIC permitiram, sem dúvida, uma baixa formidável dos custos de transmissão da informação e favoreceram o desenvolvimento duma economia de redes. No entanto, a informação, sem a mobilização das faculdades intelectuais dos trabalhadores que interpretam e elaboram esses fluxos de informação para produzir e criar novos conhecimentos, permanece como recurso improdutivo, como o capital sem o trabalho.

A terceira razão é que o conceito de trabalho cognitivo permite compreender melhor a origem, o sentido e os desafios da formação do capitalismo cognitivo. Seu ponto de partida encontra-se num processo de difusão do saber engendrado pelo desenvolvimento da escolarização de massa e a alta do nível médio de formação. O conhecimento é sempre mais coletivamente compartilhado e esta evolução fez mudar a relação tradicional de subordinação do saber vivo incorporado na força de trabalho para um saber morto incorporado no capital fixo.

Transformação da organização social

Duas tendências mostram a amplitude desta transformação da organização social do trabalho nos países desenvolvidos.

A primeira remete à dinâmica pela qual a parte do capital nomeada intangível (educação e formação, saúde), incorporada essencialmente nos homens, ultrapassou a do capital material no estoque do capital e

se tornou o fator principal do crescimento. Esta mudança significa que as condições da formação e da reprodução da força de trabalho são agora diretamente produtivas e que a principal fonte da “riqueza das nações” repousa cada vez mais numa cooperação produtiva situada em direção à organização das empresas. Disso também resulta - e estes elementos nos remetem à questão sobre a remuneração garantida - que não seja mais possível, por exemplo, considerar o estatuto da força de trabalho dita em formação com os antigos binóculos do modelo fordista, fazendo do estudante um inativo exercendo uma atividade improdutiva indigna de ser remunerada.

Enfim, temos aí outro elemento sistematicamente omitido pelos economistas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Isso significa que os setores mobilizadores do novo capitalismo do conhecimento correspondem sempre mais aos serviços coletivos assegurados historicamente pelo Welfare State. Trata-se de atividades nas quais a dimensão intelectual e afetiva do trabalho é dominante e que poderia ser o suporte dum modo de desenvolvimento alternativo fundado sobre as produções do homem pelo e para o homem (saúde, educação) e sobre o papel central de serviços universais fornecidos segundo uma lógica não mercadológica.

Uma divisão cognitiva do trabalho

A segunda tendência diz respeito à passagem, para grande número de atividades produtivas, de uma divisão tayloriana para uma divisão cognitiva do trabalho. Neste quadro, a eficácia não repousa mais sobre a redução do tempo operacional necessário para cada tarefa, mas se funda sobre os saberes e a polivalência de uma força de trabalho capaz de maximizar a capacidade de aprendizagem, de inovação e de adaptação a uma dinâmica de mudança contínua.

IHU On-Line - Na entrevista precedente, o senhor afirma que o novo modelo produtivo se fundaria sobre a “prescrição da subjetividade”. Como se caracteriza esta “prescrição da subjetividade” no novo modelo de organização social do trabalho e o que a diferencia do “trabalho fordista”?

Carlo Vercellone - Para responder a esta questão, é preciso compreender como o aumento da dimensão cognitiva e imaterial do trabalho conduziu a uma verdadeira desestabilização dos fundamentos sobre os quais, no capitalismo industrial, repousava a relação salarial.

No paradigma energético do capitalismo industrial, o salário era a contrapartida da compra, da parte do capital, de uma fração de tempo humano bem determinado posto à disposição da empresa. O empregador, no quadro deste tempo de trabalho, devia a seguir ocupar-se em encontrar as modalidades mais eficazes do uso desse tempo pago, a fim de destacar, para dizê-lo com Marx, do valor de uso da força de trabalho a maior quantidade possível de mais valia. E que, evidentemente, não ocorria por si, pois capital e trabalho têm, por essência, interesses contraditórios. Assim, como o reconhecia Taylor¹, os trabalhadores profissionais tinham interesse em minimizar a intensidade de seu trabalho, pondo em seu lugar o que ele chamava de ociosidade sistemática. Os princípios da organização científica do trabalho, graças à expropriação dos saberes laborais e à prescrição estrita do tempo e das modalidades operacionais, foram em seu tempo uma

¹ Frederick Winslow Taylor (1856-1915): engenheiro norte-americano, considerado o pai da administração científica por propor a utilização de métodos científicos cartesianos na administração de empresas. Seu foco era a eficiência e eficácia operacional na administração industrial. Sua orientação cartesiana extrema é ao mesmo tempo sua força e fraqueza. Seu controle inflexível, mecanicista, elevou enormemente o desempenho das indústrias em que atuou, todavia, igualmente gerou demissões, insatisfação e estresse para seus subordinados e sindicalistas. (Nota da *IHU On-Line*)

resposta dada a esta questão decisiva. Numa usina fordista, o tempo efetivo de trabalho, a produtividade das diferentes tarefas, bem como o volume da produção eram, na prática, planejados e conhecidos previamente pelos engenheiros dos escritórios de planejamento.

O valor é a criatividade

Mas tudo muda quando o trabalho, tornando-se cada vez mais imaterial e cognitivo, já não pode ser reduzido a um simples dispêndio de energia efetuado num tempo dado. De fato, no capitalismo cognitivo, a principal fonte do valor reside, agora, na criatividade, na polivalência e na força de invenção dos assalariados e não no capital fixo e no trabalho de execução rotineira.

O velho dilema referente ao controle do trabalho reaparece sob novas formas. O capital não só tornou-se novamente dependente dos saberes dos assalariados, mas ele deve obter uma mobilização e uma implicação ativa do conjunto dos conhecimentos e dos tempos de vida dos assalariados.

Desta situação inédita resultam duas conseqüências, que são também a fonte de novas contradições e de novos conflitos. De uma parte, o capital é constrangido a reconhecer aos assalariados uma autonomia crescente na organização do trabalho, mesmo se esta autonomia se limita à escolha do modo de atingir objetivos hétero-determinados. De outra parte, o trabalho cognitivo se apresenta como a combinação complexa de uma atividade intelectual de reflexão, de comunicação, de partilha e de elaboração dos saberes que se efetua tanto para fora, como no próprio quadro do trabalho imediato, direto, de produção no âmbito da empresa. Por isso, a eficácia do trabalho cognitivo necessita, do ponto de vista do capital, que os trabalhadores aceitem pôr à disposição suas dificuldades subjetivas por um tempo que, com muita freqüência, ultrapassa o oficialmente previsto pelo contrato de trabalho e que repercute nocivamente sobre sua vida privada.

Neste quadro, compreendem-se as razões pelas quais o controle sobre o trabalho já não pode mais seguir, na maioria dos casos, as modalidades diretas da prescrição taylorista das tarefas. Ele deve ceder lugar a mecanismos indiretos centrados no que eu chamo de prescrição da subjetividade e interiorização dos objetivos da empresa.

Esses mecanismos de controle indireto, orientados para a implicação da subjetividade, podem assumir diferentes formas. A obrigação do resultado, a pressão do cliente, a negociação por projetos, bem como a sujeição pura e simples ligada à precariedade, constituem as principais formas exploradas pelo capital para responder a este problema inédito. A precarização crescente da relação salarial que caracteriza hoje em dia os países desenvolvidos de fato nada tem de uma fatalidade econômica objetiva. Trata-se também e, sobretudo, de um instrumento pelo qual o capital, ante uma autonomia crescente do trabalho cognitivo ao nível da organização da produção, tenta impor e beneficiar-se gratuitamente desta implicação/subordinação total, e isso sem reconhecer e sem pagar o salário que corresponda a esse tempo de trabalho não integrado e não mensurável pelo contrato oficial de trabalho.

IHU On-Line - O senhor é um dos defensores de uma “remuneração social garantida”. Em que bases teóricas o senhor se apóia para defender esta proposição?

Carlo Vercellone - Como acabo de mostrar, a nova condição salarial no capitalismo cognitivo nada tem de idílico. A proposta da remuneração ou renda social garantida (RSG) se propõe justamente opor-se ao desenvolvimento dessas novas formas de exploração, colocando certas bases para um modelo de desenvolvimento alternativo. Assim sendo, a proposta de um RSG suficiente e independente do emprego se apóia sobre dois principais fundamentos teóricos. O primeiro fundamento consiste em pensar, no sentido de K.

Polanyi¹, o RSG como um instrumento de re-socialização da economia e de atenuação da coação monetária que é a relação salarial, ou seja, pensar condições sócio-institucionais que façam de modo que a força de trabalho se apresente como mercadoria fictícia. Dessa visão resultam dois corolários essenciais que caracterizam a formulação da proposta de RSG:

* o montante do RSG deveria ser idealmente estabelecido a um nível suficientemente elevado, para permitir pelo menos a cada um recusar a degradação das condições de emprego e de remuneração que, na França, por exemplo, fazem atualmente do salário mínimo em tempo parcial a norma referencial que regula o montante dos mínimos sociais, como o RMI (Renda Mínima de Inserção);

* em sua própria definição, o direito ao RSG pressupõe a manutenção e implica a expansão do sistema atual de garantias ligadas às instituições do Welfare² (pensões, indenização de greve, saúde).

O segundo fundamento consiste em pensar o RSG não como uma retribuição assistencial (como o RMI), mas como uma remuneração primária, isto é, como um salário social fundado sobre o reconhecimento de uma contribuição produtiva, atualmente não-remunerada. Esta concepção do RSG, enquanto remuneração primária, se apóia num reexame e numa extensão da noção de trabalho produtivo, e isso de um duplo ponto de vista:

* O primeiro se baseia no conceito de trabalho produtivo, concebido segundo a tradição dominante no

¹ Karl Polanyi (1886-1964): economista austríaco. Sua obra principal é *A Grande Transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 (edição relançada em maio de 2000), escrita nos Estados Unidos de 1940 a 1943. Sobre o economista a *IHU On-Line* 147, de 27 de junho de 2005, dedicou o tema de capa *A grande transformação. As origens da nossa época*. (Nota da *IHU On-Line*)

² **Welfare State**: Expressão em inglês que significa “estado de bem-estar” e abrange as noções de Estado de bem-estar social e de políticas públicas, ou seja, o conjunto de benefícios sócio-econômicos que um governo proporciona aos seus súditos. (Nota do *IHU On-Line*)

seio da economia política, como o trabalho que gera um lucro e/ou participa na criação de valor. Trata-se aí da constante segundo a qual nós assistimos hoje em dia a uma extensão importante dos tempos de trabalho, fora da jornada oficial do trabalho, que estão diretamente ou indiretamente implicados na formação do valor captado pelas empresas. O RSG, como salário social, corresponderia, neste ponto de vista, à remuneração desta dimensão cada vez mais coletiva de uma atividade criadora de valor que se estende sobre o conjunto dos tempos sociais, dando lugar a uma enorme massa de trabalho não-reconhecido e não-retribuído.

* O segundo ponto de vista remete ao conceito de trabalho produtivo pensado como trabalho produtor de valor de uso, fonte de uma riqueza que escapa à lógica mercadológica e do trabalho assalariado subordinado. Trata-se, em síntese, de afirmar que o trabalho pode ser improdutivo de capital, sendo produtivo de riquezas e podendo encontrar sua contrapartida numa remuneração.

Para concluir, é preciso notar simultaneamente a relação de antagonismo e de complementaridade que essas duas formas contraditórias de trabalho produtivo entretêm no desenvolvimento do capitalismo cognitivo. A expansão do trabalho livre (trabalho benévolo, logicamente livre etc.) vai, de fato, de par com sua subordinação ao trabalho social produtor de valor, em razão precisamente das tendências que impelem para um esboroamento da separação entre trabalho e não trabalho, esfera da produção e esfera da reprodução.

A questão posta pelo RSG é não apenas aquela do reconhecimento desta segunda dimensão do trabalho produtivo, mas também e, sobretudo, aquela de sua emancipação da esfera da produção de valor e de lucro. Nesta visão, para retomar uma expressão de A. Gorz³,

³ **André Gorz**: filósofo austríaco radicado na França desde 1948. Escreveu 16 livros, dos quais vários traduzidos para o português, entre eles *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense Universitária,

1982, *Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003 e *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*, São Paulo: Annablume, 2004. A *IHU On-Line* realizou entrevista com Gorz, publicada parcialmente na 129ª edição da revista *IHU On-Line*, de 02-01-2005, e na íntegra no número 31 dos *Cadernos IHU Idéias*, com o título *A crise e o êxodo da sociedade salarial*. Sobre André Gorz também pode ser lido o texto *Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz*, de André Langer, pesquisador do Cepat. O texto está publicado nos *Cadernos IHU* n.º 5, de 2004. (Nota da *IHU On-Line*)

“somente a incondicionalidade da remuneração poderá preservar a incondicionalidade das atividades que não têm todo o seu sentido, a não ser que elas sejam cumpridas por elas mesmas”, favorecendo, desta maneira, a transição para um modo de desenvolvimento não produtivista e socialmente sustentável, fundado sobre a primazia de formas de cooperação não mercadológicas.

“Já saímos da sociedade salarial”

ENTREVISTA COM GIUSEPPE COCCO

Para o professor Giuseppe Cocco, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, já saímos, sim, da sociedade salarial. Mas, explica ele, “essa saída é processada e emoldurada pelas instituições e a ideologia oriundas da relação salarial. Isso não tem nada a ver com o fim do trabalho, nem com o fim do emprego”. Cocco possui graduação em Ciências Políticas pela Université de Paris VIII, graduação em Ciência Política pela Università degli Studi di Padova, mestrado em Ciências Tecnológicas e Sociedade pelo Conservatoire National des Arts et Metiers, e mestrado e doutorado em História Social pela Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne). É também editor das revistas Global Brasil, Lugar comum e Multitudes (Paris).

Cocco é autor de diversos livros entre os quais citamos Biopoder e luta em uma América Latina globalizada (Rio de Janeiro: Record, 2005), em parceria com Antonio Negri, e Trabalho e Cidadania - Produção e direitos na era da globalização (São Paulo: Editora Cortez, 2000). É co-organizador de Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação (Rio de Janeiro: DPA Editora, 2003). O professor já concedeu entrevista a IHU On-Line do dia 4-9-2006 e ministrou uma palestra no evento do IHU Alternativas para Outra Economia de 2006.

Eis a íntegra da entrevista que o professor concedeu, por e-mail, para a IHU On-Line:



IHU On-Line - O novo modo capitalista de organizar a produção deu origem ao que hoje se denomina 'trabalho imaterial'. Como o senhor descreveria esse conceito?

Giuseppe Cocco - Para definir o conceito, podemos começar reformulando um pouco a questão. Na passagem do regime de acumulação fordista (baseado no paradigma da grande indústria) ao pós-fordismo (baseado no conhecimento), assistimos a uma profunda transformação do trabalho. Justamente, podemos definir essa transformação como deslocamento da centralidade do trabalho material para o que o próprio Marx definia como “trabalho imaterial”. Nesse novo regime de acumulação (globalizado e organizado em redes integradas de produção e circulação), o conceito de trabalho imaterial constituiu um caminho consistente diante da multiplicação das análises que apostavam na emergência de um modelo neo-industrial: o toyotismo¹ (Piore² e Sabel³, Coriat⁴, entre muitos outros). Hoje em dia ninguém coloca a trajetória japonesa como paradigma do pós-fordismo. Mas, e isso é muito mais importante, a abordagem em termos de trabalho imaterial permitiu ir além do impasse determinado pelas teorias do “adeus ao proletariado” (Gorz), do “fim do

¹ **Toyotismo**: modo de produção capitalista que se desenvolveu a partir da globalização do capitalismo na década de 1950. Surgiu na fábrica da Toyota no Japão após a II Guerra Mundial, e foi elaborado por Taiichi Ohno mas só a partir da crise capitalista da década de 1970 é que foi caracterizado como filosofia orgânica da produção industrial (modelo japonês), adquirindo uma projeção global. (Nota da *IHU On-Line*)

² **Michael Piore**: estudioso do trabalho, autor de *The second industrial divide*. New York: Basic Books, 1984, escrito com Charles Sabel. (Nota da *IHU On-Line*)

³ **Charles Sabel**: estudioso do trabalho, autor de *The second industrial divide*. New York: Basic Books, 1984, escrito com Michel Piore. (Nota da *IHU On-Line*)

⁴ **Benjamin Coriat**: estudioso do trabalho, autor de *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: UFRJ/Renan, 1994. (Nota da *IHU On-Line*)

trabalho” (J. Rifkin⁵), do “deslocamento do trabalho para o consumo” (Canclini⁶, mas bem antes dele A.O. Hirschman). Dizer que o trabalho se tornou imaterial significa afirmar que, no pós-fordismo, são as dimensões intersubjetivas do trabalho que determinam aquelas objetivas (da relação sujeito/objeto) típicas do processo de trabalho industrial. Isso não significa dizer que o trabalho material desapareceu, ainda menos identificar o trabalho imaterial com as meras funções “intelectuais”. Pelo contrário, trata-se de dar conta do fato que, como o próprio Marx antecipava, “o produto deixa de ser criado pelo trabalhador individual imediato para ser o resultado mais de uma combinação de atividade social que da simples atividade do produtor”. A transformação da matéria pelo trabalhador individual (inclusive quando ele continua no chão de fábrica) depende das dinâmicas imateriais: comunicativas, lingüísticas, afetivas, ou seja, as atividades da mente e da mão de um trabalhador de carne e osso!

IHU On-Line - O senhor atribui o conceito de 'trabalho imaterial' aos autores Maurizio Lazzarato⁷ e

⁵ **Jeremy Rifkin**: guru da chamada nova energia. É autor de vários livros que grande repercussão internacional como, entre outros, *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2005, *A economia do Hidrogênio*. São Paulo: Makron Books, 2003 e *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 2004. (Nota da *IHU On-Line*)

⁶ **Nestor Canclini**: sociólogo argentino, autor de, entre outros *A produção simbólica: teoria e metodologia em sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Nota da *IHU On-Line*)

⁷ **Maurizio Lazzarato**: é sociólogo independente e filósofo italiano que vive e trabalha em Paris onde realiza pesquisas sobre a temática do trabalho imaterial, a ontologia do trabalho, o capitalismo cognitivo e os movimentos pós-socialistas. Escreve também sobre cinema, vídeo e as novas tecnologias de produção de imagem. Junto com o Grupo Knowbotic Research, elaborou o projeto IO_dencies/travail immatériel para a Bienal de Veneza. Além disso, participa de ações e reflexões sobre os “intermitentes do espetáculo” no âmbito da CIP-idf (Coordination des intermittents et précaires d’Île-de-France), onde coordena uma importante “pesquisa-ação” sobre o estatuto dos

Antonio Negri¹. Qual é a contribuição específica desses autores para pensar a nova realidade do trabalho?

Giuseppe Cocco - Com efeito, foram Toni e Maurizio que, em um artigo publicado na revista francesa *Futur Anterieur* (em 1991), começaram a usar o conceito marxiano de “trabalho imaterial” para dar conta da nova realidade do capitalismo pós-fordista. De maneira complementar e no mesmo momento, Paolo Virno², em artigo da revista italiana *Luogo Comune*, atualizava um

trabalhadores e profissionais do espetáculo e do mundo das artes, além de outros trabalhadores precários. É um dos fundadores da revista *Multitudes*. Confira entrevista com ele nas Notícias Diárias do dia 6-12-2006. (Nota da *IHU On-Line*)

¹ **Antonio Negri** (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 1954 entrou no PSIUP de Pádua (partido que posteriormente se integraria ao Partido Socialista), que possuía a maioria do movimento operário, em virtude da grande concentração industrial da região. Em 2000 publica o livro-manifesto *Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, com Michael Hardt. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, ele vive entre Paris e Veneza, escreve para revistas e jornais do mundo inteiro e publicou recentemente *Multidão. Guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005, com Michael Hardt. Sobre essa obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da *IHU On-Line*, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior da dupla, *Império*. Ele foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU, em abril de 2003. Em 2003 estive na América do Sul (Brasil e Argentina) em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. (Nota da *IHU On-Line*)

² **Paolo Virno**: Filósofo e semiólogo italiano de orientação marxista. Atualmente, leciona na Universidad de Cosenza. Em 1977 apresentou sua tese de doutorado sobre o conceito de trabalho e a teoria da conciencia de Theodor Adorno. Entre seus livros estão: *Gramática de la multitud. Para un análisis de las formas de vida contemporáneas*, Madrid: Traficantes de Sueños, 2003; *A Grammar of the Multitude: For an Analysis of Contemporary Forms of Life*, Nueva York: Semiotext, 2004 e *Cuando el verbo se hace carne. Lenguaje y naturaleza humanas*, Madrid: Traficantes de Sueños, 2005. O filósofo tem entrevista publicada nas *Notícias Diárias* de 8-11-2006. (Nota da *IHU On-Line*)

outro conceito marxiano, o de *General Intellect*³. O conceito de “trabalho imaterial” dá conta das dimensões subjetivas de um trabalho que se alimenta e alimenta uma dinâmica de conhecimento que não mais é controlada pelo capital e fixada em suas maquinarias, mas afere a rede social dos cérebros: o *General Intellect*. Agora, pois que estamos falando um pouco de “genealogia” do conceito, cabe frisar que essas reflexões se desenvolveram em marco bem específico: a prisão! Negri e Virno passaram bastante tempo na mesma prisão (entre 1979 e 1983) e, com certeza, refletiram longamente sobre a derrota do ciclo de movimento aberto pelo Maio de 68. Por um lado, a derrota política tinha se traduzido na vivência e na dor da prisão. Por outro, a dor da prisão tornou-se o ponto de partida para uma reflexão inovadora sobre as razões teóricas e sociais da derrota. O quebra-cabeça da derrota se apresentava nas formas da fragmentação do movimento entre os setores tradicionais do operariado de fábrica e os sujeitos mais inovadores: os jovens oriundos das universidades massificadas que ingressavam no trabalho de forma paradoxal, sem mais integrar o estatuto do “trabalho assalariado” fordista. Emblematicamente, os primeiros contingentes do trabalho precário metropolitano eram compostos pelos segmentos mais qualificados de trabalhadores. Em um dos livros que escreveu na prisão (*Il lavoro di Giobbe* - a tradução está sendo publicada pela Record com o título *Jó a força do escravo*), Negri formulava o enigma nesses termos: “O trabalho mais produtivo e mais sofisticado parece assim repetir a experiência da escravidão”. A dor bíblica de Jó, em sua revolta contra o absurdo da transcendência, inervava o esforço negriano de transformar a dor da prisão em um novo e mais avançado patamar de reflexão sobre a crise do trabalho assalariado determinada pelo desaparecimento de qualquer unidade de medida da

³ Sobre esse tema conferir a entrevista que Paolo Virno nos concedeu na edição número 161, de 24-10-2005. (Nota da *IHU On-Line*)

organização disciplinar do chão de fábrica. O esforço era de, por trás da dor insuportável, ou seja, de uma dominação capitalista que parecia desmedida, continuar a ver o homem livre, a livre atividade.

IHU On-Line - O senhor verifica no Brasil uma resistência à categoria 'trabalho imaterial'. Por quê?

Giuseppe Cocco - Com certeza, há um certo número de sociólogos que ocupam posições importantes no campo da teoria crítica que, paradoxalmente, apreendem o novo de maneira conservadora. Às vezes, trata-se de leituras sociológicas que se contentam em repetir liturgicamente - quase como se fosse o dogma de uma fé inquebrantável - que o trabalho continua sendo “industrial”, aquele mesmo descrito por Marx no Livro 1 de *O Capital*.

Não é um fenômeno somente brasileiro. Muito pelo contrário, trata-se do reflexo (aliás, secundário) da maior característica desse deslocamento: a saída da sociedade salarial se realiza no marco institucional e conceitual da sociedade salarial. No caso brasileiro há, porém, um determinante específico: mais ou menos todo o mundo - na esquerda brasileira - tinha, como perspectiva de reforma, a “integração” social pelo “pleno emprego”, ao passo que esse devia ser alcançado por meio de políticas “estatais” de regulação do mercado (de cunho fundamentalmente keynesiano). Por incrível que possa parecer, para esses “teóricos”, a clivagem fundamental é aquela que separa emprego e desemprego e, em seguida, os direitos conquistados dentro da relação de emprego. Se deve haver emancipação, é dentro desse percurso linear. Uma linearidade, claro, matizada pelas cambalhotas do pensamento dialético e binário. Aí a armadilha se fecha, fechando o horizonte do trabalho dentro de sua inevitável relação com o capital. Assim, para boa parte da sociologia crítica, a exaltação retórica do movimento operário (da “classe dos que vivem do trabalho”) é incapaz de pensar a autonomia do trabalho

e fica presa no “determinismo” do capital. A “classe” da qual eles falam é na realidade uma categoria socioeconômica, ou seja, o que Marx chamava “força de trabalho”, trabalho subordinado. Nem apreenderam os aportes da historiografia do movimento operário inglês. Quando E.P. Thompson¹ escrevia - ainda em 1963 - que a classe operária se “constitui” e não “emerge”, ele afirmava que a classe é um evento: ela existe porque luta (e não o contrário) e isso significa que classe luta - em primeiro lugar - contra sua condição objetiva e subordinada de força de trabalho. A crise do trabalho assalariado é, pois, uma determinação das lutas e dessa afirmação teórica e metodológica que precisamos avançar.

O discurso sobre a exclusão

Um outro elemento de inadequação da sociologia crítica (o que, aliás, implicou em uma análise completamente inadequada do neoliberalismo) é o discurso sobre a exclusão. Repete-se que o neoliberalismo aumenta a exclusão e, na realidade, pensa-se à exclusão do emprego. Ora, o que acontece é exatamente o contrário. Se nós temos a sensação superficial de que a exclusão aumenta, isso é porque - na realidade - ela não existe mais. Em que sentido? No sentido em que o capitalismo contemporâneo inclui - controla - todo o mundo sem integrá-lo na relação salarial. É a vida enquanto tal que é posta para trabalhar. Quando no capitalismo industrial a exclusão (Marx a chamava de “proletarização”) era uma função da inclusão (subordinação) dentro da relação salarial, no capitalismo cognitivo inclui-se - coloca-se a trabalhar - os excluídos enquanto tais: por exemplo, colocando um telefone celular no bolso de todo o mundo. E quando o

¹ E.P. Thompson (1924-1993): foi um historiador britânico da concepção teórica marxista e é considerado por muitos como o melhor historiador inglês do século XX. É autor da trilogia *A Formação da Classe Operária Inglesa*. (Nota da IHU On-Line)

emprego mantém algum estatuto, esse é objeto sistemático de precarização. O que chamamos de “exclusão” na realidade é o controle social exercido por essa nova forma de capitalismo da mesma maneira que o que chamamos de “financeirização” é na realidade um indicador da crise do valor. Com outras palavras, tudo se torna político, a própria organização da produção é biopolítica (o contrário da “irrelevância da política” da qual fala Francisco de Oliveira¹). No capitalismo industrial, o momento político da exclusão (a expropriação dos camponeses e dos artesões bem como a libertação dos servos) era função do momento “técnico” e “econômico” da transação que levava à mobilização assalariada do trabalho. Hoje em dia, no capitalismo pós-industrial (cognitivo) o momento político da exclusão (por exemplo, o *copyright*) é função imediata também de um controle das formas de vida postas a trabalhar que continua sendo político: poder sobre a vida, biopoder!

IHU On-Line - Marx hoje é insuficiente para "dar conta" da nova realidade do mundo do trabalho?

Giuseppe Cocco - Com certeza, é insuficiente. Seria absurdo, do ponto de vista do próprio método marxiano, dizer o contrário. Quando Marx desenvolvia sua crítica à economia política, ele tinha como referência não a

¹ Francisco de Oliveira: sociólogo brasileiro. A *IHU On-Line* entrevistou-o na 123ª edição, de 16-11-2004 sobre o impacto das eleições de outubro no cenário político nacional. Esse foi o tema de um artigo de Chico de Oliveira, intitulado “Quem derrotou Marta? O governo Lula”, que publicamos na edição n.º 122 da *IHU On-Line*, de 8-11-2004. É professor aposentado da USP e fundador do PT, com o qual rompeu em 2003 e autor do famoso livro *O ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. Sobre a obra, os leitores podem conferir uma entrevista na *IHU On-Line* n.º 77, de 29-0-9-2003, e outra concedida à edição n.º 80, de 20-10-2003, por ocasião de sua vinda à Unisinos, no dia 01-10-2003, em que participou do Ciclo de Estudos sobre o Brasil, abordando o tema Perspectivas do Brasil com o novo governo. Ele ainda tem entrevista publicada na série *Cadernos IHU em formação* - ano 2 - n. 9 - 2006 - *Política Econômica. É Possível mudá-la?* (Nota da *IHU On-Line*)

situação mediana da Europa (nem falamos do mundo), mas a tendência material apontada pelo ponto mais avançado: a Inglaterra! Precisamos - para sermos marxistas, ou seja, materialistas - ir além de Marx! Em particular, precisamos apreender por onde passa o antagonismo, uma vez que a teoria da exploração (a teoria da mais valia), que Marx formulou, não funciona mais. Em outros termos, temos que responder à questão de saber como funciona a exploração quando suas regras e medidas (o tempo de trabalho e sua articulação entre necessário e excedente) se tornam desmedidas e envolvem a vida como um todo: não mais a apropriação do tempo de trabalho excedente, mas a apropriação das formas de vida, dos excedentes de ser! Não mais a ontologia do trabalho, mas a ontologia *tout court*.

IHU On-Line - Muitos pesquisadores da sociologia do trabalho pesquisam hoje o tema da subjetividade operária. Em sua opinião, qual o porquê do interesse nesse tema? De fato, há indícios que se possa falar de uma nova subjetividade operária?

Giuseppe Cocco - Claro que tudo que dissemos sobre o trabalho imaterial tem como base empírica as pesquisas sobre subjetivação do trabalho. Os métodos gerenciais pós-fordistas demandam uma forma de implicação paradoxal dos trabalhadores. O “patrão” precisa mobilizar até a alma do trabalhador: sua capacidade comunicativa, seus afetos, suas redes sociais. As pesquisas de Philippe Zarifian² são extremamente

² Philippe Zarifian: sociólogo francês, pesquisador e professor da Universidade Marne-la-Vallée (França), doutor em Economia pela Universidade Paris I. Sua área de pesquisa é a sociologia do trabalho. Escreveu inúmeros livros, entre os quais *A quoi sert le travail?* (Para que serve o trabalho). Paris: La Dispute, 2003, *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001 e *O modelo da competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas*. SENAC, 2003. Na edição 167 da *IHU On-Line*, de 05-12-2005, *Gestão empresarial. Desafios e perspectivas de uma nova aprendizagem*, concedeu a entrevista *A gestão do conhecimento fornece bases para compreender fenômenos técnico ou sociais*. (Nota da *IHU On-Line*)

interessantes nesse sentido, do mesmo jeito que o vasto trabalho de reconstituição da retórica do capitalismo pós-fordista realizado por Boltanski e Chiapello (*Le nouvel esprit du capitalisme*, 1999), em particular quando eles apontam para o fato de que o “novo espírito” do capitalismo se nutre de sua capacidade de “integrar a crítica”. Ora, essa subjetividade do trabalho é completamente paradoxal. Por um lado, ela se apresenta como instabilidade permanente das formas de vida postas a trabalhar, ou seja, com crise dos valores e crescente incerteza das expectativas: poder desmedido. Pelo outro, a práxis produtiva se confundindo com as formas de vida, o trabalho pode tornar-se produtivo sem passar pela relação salarial e afirmar-se como atividade social e livre: desmedida da resistência. É na organização e manutenção dessa clivagem que o controle (o biopoder) se organiza. Seu mecanismo fundamental é a multiplicação das regulamentações do trabalho, dos trabalhadores, das obras (vistos de trabalho contra os migrantes internacionais, leis trabalhistas corporativas, proteção da propriedade intelectual) para reduzir a multiplicidade em fragmentos que competem entre si (a sociologia apologética da pós-modernidade - F. Ewald - diria: que constituem um risco “um para o outro”!).

IHU On-Line - Como o senhor se posiciona em relação ao debate gorziano do “fim do emprego”? De fato caminhamos para a superação da sociedade salarial?

Giuseppe Cocco - Gorz é com certeza um autor interessante e inovador. Mas, precisamos tomar um certo cuidado: em *Miséria do presente e riqueza do possível* ele qualificava as abordagens em termos de trabalho imaterial de “delirantes”. Um ano ou dois depois, ele lançou um livro inteiro (*O imaterial*), cuja bibliografia é dos autores anteriormente acusados de serem delirantes (Negri¹, Virno, Lazzarato, Moulier Boutang², Marazzi,

¹ Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica,

etc.). De toda maneira, como já coloquei, já saímos da sociedade salarial. Mas essa saída é processada e emoldurada pelas instituições e a ideologia oriundas da relação salarial. Isso não tem nada a ver com o “fim do trabalho”, nem com o “fim do emprego”. Por um lado, porque o trabalho - ao invés de encolher - se expande à sociedade como um todo, investindo a vida em seu conjunto. Por outro, porque o controle da vida posta para trabalhar (o biopoder) passa, em parte, pelo “emprego” (só que esse é um emprego precário, intermitente, terceirizado, “autônomo” etc.) e quando o trabalho acontece fora da relação de emprego (por exemplo, na circulação, nas redes, no consumo), ele continua sendo regido pelas instituições da sociedade salarial (desde o seguro desemprego até as leis sobre o *copyright*).

como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 1954 entrou no PSIUP de Pádua (partido que posteriormente se integraria ao Partido Socialista), que possuía a maioria do movimento operário, em virtude da grande concentração industrial da região. Em 2000 publica o livro-manifesto *Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, com Michael Hardt. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, ele vive entre Paris e Veneza, escreve para revistas e jornais do mundo inteiro e publicou recentemente *Multidão. Guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005, com Michael Hardt. Sobre essa obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da *IHU On-Line*, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior da dupla, *Império*. Ele foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU, em abril de 2003. Em 2003 esteve na América do Sul (Brasil e Argentina) em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. (Nota da *IHU On-Line*)

² Yann Moulier-Boutang- Economista, filósofo e escritor. É professor de economia na Universidade de Bretagne du Sud, em Vannes. Também é professor de gestão e administração no Institute of Political Science, em Paris e de análise econômica na Universidade de Caen, na Normandia. Participa de pesquisas sobre as transformações no sistema capitalista no Laboratory Matisse. Confira, nesta edição, uma entrevista com ele. (Nota da *IHU On-Line*)

IHU On-Line - Na perspectiva da crise da sociedade salarial, Gorz propõe um "mínimo vital". O senhor fala em uma "renda universal". Qual é a diferença?

Giuseppe Cocco - Muito além do Gorz, há uma vastíssima literatura internacional sobre o mínimo vital (*basic income*), que é - aliás - divulgada no Brasil pelo Senador Suplicy. O debate - e eventualmente as políticas - que essa proposta traz são relevantes e constituem um grande passo para frente: o fato de atrelar cidadania e distribuição de renda! Ao mesmo tempo, ela tem muito pouco a ver com nossa abordagem e a proposta de uma renda universal. Digamos até que ela se coloca numa perspectiva teórico-política oposta. Para os defensores do *basic income* trata-se de garantir a todo o mundo uma renda na medida em que na sociedade contemporânea cada vez mais gente encontrará um emprego. A proposta em termos de renda universal assume - ao contrário - a necessidade de reconhecer as dimensões produtivas da vida enquanto tal, ou seja, de reconhecer o "devir mulher" do trabalho - como dizia Deleuze¹: a produção

¹ Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Deleuze, assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade

da vida é o paradigma da produção em geral. É porque o trabalho não pára de se difundir socialmente que precisamos encontrar uma outra modalidade de remunerá-lo. A diferença de perspectiva é fundamental. Não se trata de "compensar" o encolhimento do emprego, mas de remunerar a "vida activa" para, ao mesmo tempo, radicalizar o encolhimento do "emprego" e constituir a cidadania como base da mobilização produtiva, uma cidadania que diz respeito à noção de um comum a partir do qual as singularidades podem cooperar entre elas se mantendo tais. Para finalizar, as críticas ao Bolsa Família enquanto política assistencialista são absurdas, organizadas com base no paradigma do passado: por isso elas misturam paradoxalmente os diferentes campos político, juntando conservadores e esquerdistas, a Fiesp e o MST.

de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou idéias como as de devir, acontecimentos, singularidades, enfim conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outros. (Nota da *IHU On-Line*)

“O que mudou foi a divisão do trabalho”

ENTREVISTA COM URSULA HUWS

*Enquanto muitos pensadores do mundo do trabalho atual discutem a tendência do trabalho imaterial e cognitivo, a pesquisadora inglesa Ursula Huws dispara: “o conceito de uma ‘sociedade do conhecimento’ parece quase inteiramente uma construção ideológica que serve como cortina de fumaça para esconder a realidade de que nunca houve na história do trabalho mais trabalho ‘material’ do que há precisamente agora”. A afirmação foi feita em entrevista concedida por e-mail para a IHU On-Line. Huws é professora de Estudos do Trabalho Internacional no Working Lives Research Institute na Universidade Metropolitana de Londres. Escreveu os livros *Teletwork: Towards the Elusive Office*. John Wiley, Chichester and New York, 1990 e *The making of a cybertariat: Virtual work in a real world* (New York: Monthly Review Press & London: Merlin Books, 2003) - ambos sem tradução para o português. Huws já foi entrevistada pela IHU On-Line na 177ª edição, de 24 de abril de 2006, com o título *A nova divisão global do trabalho*.*



IHU On-Line - Os seus estudos apontam para uma reorganização da alocação do trabalho mundial. Quais são as principais características da nova divisão internacional do trabalho?

Ursula Huws - A nova divisão internacional do trabalho trouxe uma decisiva mudança no poder dos trabalhadores para com os empregadores, dando aos empregadores a opção de transferir trabalho entre regiões e nações. Embora o trabalho não seja transferido, a ameaça de que ele possa ser pode ser utilizada para disciplinar os trabalhadores nos locais de trabalho. Isso possibilitou o desenvolvimento de uma nova reprodução de multinacionais que estão se expandindo numa taxa fenomenal, mas não tanto pelo método tradicional de recrutar trabalhadores diretamente do mercado de trabalho, como pela transferência de pessoal. Quando o trabalho é deslocado de uma companhia existente ou da organização de um setor público para uma das novas

companhias globais de origem externa (tais como Accenture, EDS, Siemens Business Services, Manpower, Serco etc.), os termos do contrato de transferência (outsourcing¹) envolvem, com frequência, uma transferência dos empregados que prestaram previamente este trabalho à nova companhia global. Estes trabalhadores se defrontam, então, com mudanças nos seus termos e condições de trabalho e, com muita frequência, com uma necessidade de adaptação à cultura de uma corporação global na qual eles terão que trabalhar, não precisamente para seu velho empregador,

¹ **Outsourcing:** Do inglês, "out" significa "fora" e "source" ou "sourcing" significa fonte, designa a ação que existe por parte de uma organização em obter mão-de-obra de fora da empresa, ou seja, mão-de-obra terceirizada. Está fortemente ligado a idéia de sub-contratação de serviços. Em outras palavras, "Outsourcing" é a transferência das atividades conhecidas como atividades meio, e nunca as atividades fins (produto final), para uma empresa terceirizada. (Nota da *IHU On-Line*)

mas também para outros clientes que podem estar localizados em algum outro lugar do mundo, e no qual as únicas possibilidades de avanço podem envolver a mobilização para outras regiões.

Uma nova “classe média”

Já estamos vendo sinais de uma convergência nos salários como resultado desses desenvolvimentos. Isso criou uma forte pressão para baixo nos níveis de remuneração dos trabalhadores nas economias mais desenvolvidas da Europa e da América do Norte, porém trouxe algum “nivelamento para cima” para a minoria dos trabalhadores que trabalham para essas corporações globais em algumas regiões em desenvolvimento (por exemplo, em partes da Índia). Isso está conduzindo ao desenvolvimento de uma nova “classe média” em alguns países, mas há pouca evidência de que isso esteja conduzindo a uma melhoria geral em salários e condições através de toda a economia. Pelo contrário, parece estar criando novas formas de polarização entre os mesmos, com uma taxa de crescimento entre esta nova “classe média” e aqueles que trabalham no setor informal, especialmente em áreas rurais.

Eu uso o termo “classe média” com reservas, porque, embora esta seja em geral a percepção dos próprios trabalhadores e represente objetivamente uma melhora maior em sua posição prévia, não me parece que ofereça para a maioria deles alguma real segurança a longo prazo, como membros de uma burguesia permanente. Há, no entanto, também uma rápida emergência de amplas corporações globais na Índia, na China e em outras nações em desenvolvimento, cujo bem-estar está crescentemente indistinguível daquele de corporações similares localizadas nos Estados Unidos ou na Europa.

IHU On-Line - Descrevendo as significativas mudanças na organização social do trabalho a partir da revolução tecnológica, a senhora fala num novo tipo de

proletariado, o cybertariat (cybertariado). Poderia explicar o que caracteriza esse novo trabalhador?

Ursula Huws - Eu uso o termo “cybertariado” para descrever trabalhadores que estão empregados em tarefas que envolvem o processamento de informação em negócios que têm o potencial de serem realocados, ou já o foram. Em alguns casos, foram negócios que foram encarados formalmente como tarefas “boas” para trabalhadores altamente educados (por exemplo, trabalhadores de tecnologia da informação no setor público), mas que deterioraram rapidamente quando se tornaram sujeitos desses processos de globalização. Estes trabalhadores estão se tornando tipicamente mais e mais intercambiáveis, quando perícias e processos se tornam mais estandardizados. Isso corrói sua posição de barganha e torna seu trabalho mais precário.

IHU On-Line - Como organizar o cybertariado numa realidade cada vez maior de fragmentação e divisão espacial do trabalho?

Ursula Huws - As mesmas forças que resultam na estandardização de tarefas e na universalização de perícias poderia, em princípio, tornar-se uma forma de unir esses grupos de trabalhadores que eram formalmente muito disparatados em termos de suas identidades ocupacionais e fidelidades classistas. De forma crescente eles compartilham dos mesmos processos laborais, trabalham para os mesmos empregadores e têm relações funcionais idênticas com o capital. A grande questão é se isso vai conduzir a uma comum identidade subjetiva de classe. Vemos alguns sinais encorajadores de que os sindicatos estão começando a desenvolver estratégias de organização através de cadeias de valor global. Um exemplo disso é a possibilidade, agora discutida, de fusões entre o maior sindicato britânico em manufatura (o Transport and General Workers Union, a fundir-se com Amicus) com contrapartidas nos Estados Unidos (o Steelworkers Union)

e, possivelmente, também na Alemanha (Verdi).

IHU On-Line - A senhora fala que entramos na era de uma economia baseada no conhecimento. Na sociedade do trabalho, significa afirmar que entramos na “Era do trabalho imaterial”? O que caracteriza o “trabalho imaterial”?

Ursula Huws - O conceito de uma “sociedade do conhecimento” parece para mim quase inteiramente uma construção ideológica que serve como cortina de fumaça para esconder a realidade de que nunca houve na história do trabalho mais trabalho “material” do que há precisamente agora. O consumo mundial de matérias-primas e a produção mundial de artefatos físicos nunca foram maiores e podemos ver, para onde quer que olhemos, as conseqüências disso na destruição do meio ambiente. O que mudou foi a divisão do trabalho. Há duas tendências contraditórias no âmbito do capitalismo: uma é a de gerar constantemente novos produtos, o que se torna cada vez mais complexo com o desenvolvimento da tecnologia; a outra é a de constantemente simplificar o processo de produção com o objetivo de reduzir o custo do trabalho. Quando estas duas tendências interagem uma com a outra, o que vemos é uma redução dos processos em ritmos cada vez menores, envolvendo uma cadeia cada vez mais elaborada de trabalho. Estas “cadeias de valor” são crescentemente extensas, tanto contratualmente (produzindo cadeias de subcontratantes [empreiteiros]), como espacialmente (produzindo uma expansão de produção e distribuição ao redor do mundo). Esta divisão do trabalho não se aplica só a processos manuais, mas também a mentais. Os assim chamados “trabalhadores cognitivos” são aqueles que processam unidades de informação da mesma forma como “os trabalhadores manuais” são aqueles que processam unidades de matéria física. Todos esses trabalhadores, sejam “mentais” ou “manuais”, estão intrinsecamente

vinculados um ao outro pela lógica do capital, através de suas posições complementares nesta divisão do trabalho.

No entanto, há certos aspectos do trabalho “mental” que servem para camuflar esta realidade ante os próprios trabalhadores. Eles tendem a ser mais finamente educados e encaram a si mesmos como possuidores de uma classe mais elevada. Em alguns casos (por exemplo, daqueles que anteriormente trabalharam no setor público), seu trabalho só recentemente ingressou no mercado e eles ainda se identificam fortemente com aquilo que fazem e essa “racionalidade cuidadosa”, ou busca por “satisfação profissional”, gera uma tendência para a auto-exploração, por exemplo, trabalhando por longas horas. Tais tendências são particularmente evidentes entre “trabalhadores criativos”, e aqueles que ainda se encaram como intelectuais independentes, muitos dos quais são auto-empregados e são colhidos numa aguda contradição entre a necessidade, de um lado, de obter um modo de vida e, do outro, no sentido de expressar sua habilidade.

IHU On-Line - No novo modo produtivo ocorre o que a senhora chama de “destruição da identidade ocupacional”. O que quer dizer exatamente com isso e qual é sua conseqüência para os trabalhadores e trabalhadoras?

Ursula Huws - Tradicionalmente, as identidades ocupacionais formavam os blocos formadores das identidades de classes. Os trabalhadores são definidos por outros e se definem a si próprios em relação a um setor específico de habilidades e competências que contribuem para estabelecer a identidade ocupacional. Muitos trabalhadores poderiam definir o que eles fazem, tanto em relação a peças particulares de maquinário quanto a funções particulares, em termos bastante precisos - “Minha tarefa é fazer isso, isso e isso”. De maneira mais incisiva isso também foi definido

negativamente - “NÃO é fazer isso, aquilo ou aquela outra coisa”. A maioria dos discursos ideológicos circundando o conceito da “economia cognitiva” tende a minar as bases dessas identidades fixadas. Supõe-se que os trabalhadores são engajados num “aprendizado por toda a vida” a fim de estarem preparados para “tarefas múltiplas” ou para serem “flexíveis”. Em outros termos, supõe-se que eles estão preparados para aprender novas habilidades, assumir novas tarefas e substituir-se reciprocamente quando são solicitados a agirem assim pelo empregador. Além disso, em diversas situações, espera-se que eles cubram os custos de algum treinamento de seus próprios bolsos, ou se espera que o Estado o faça. Para que eles investiram num treinamento oneroso, argumentam diversos empregadores, se, uma vez treinados, os trabalhadores vão embora e trabalham para uma empresa rival? A universalização dos crescentes padrões de habilidades [competências], como observei antes, é fator-chave na criação de um exército global de reserva de trabalhadores da informação - uma contribuição direta para a criação de um “cybertariado”. Isso também mina as bases tradicionais de organização para diversos sindicatos.

IHU On-Line - Em relação ao lugar da mulher na nova realidade mundial do trabalho, o que a senhora poderia destacar?

Ursula Huws - As implicações de gênero desses desenvolvimentos são imensas e é difícil destacar somente alguns pontos. Aqui quero limitar-me a olhar para a posição das mulheres nas novas empresas globais que estão emergindo no trabalho da informação. Muitas das tarefas que são correntemente sujeitas à inserção no mercado, como a administração de serviços públicos, são

atividades que desde os anos 1960 foram, em muitos países, o tipo de trabalho em que as mulheres fizeram os maiores avanços. Ele não emprega somente os tipos de habilidades que as mulheres são em geral mais capazes de desenvolver no sistema educacional (habilidades de linguagem, clericais, administrativas etc.). É também a área onde elas mais tenderam a criar sindicatos e a negociar razoavelmente bons acordos para iguais oportunidades (ganhando, por exemplo, bons acordos de licença maternidade, direitos iguais para trabalhadores em tempo parcial, facilidades para cuidar de filhos etc.). Agora, essas tarefas estão sendo eliminadas e alguns desses ganhos estão sendo corroídos. Por exemplo, as novas empresas globais tendem a ter uma rígida “cultura de longas horas” e fazem altas exigências laborais nesses empregos para trabalharem nos fins de semana, para serem removidos, para ganharem promoções etc. Muitas dessas empresas apresentam uma “face corporativa”, que superficialmente parece ser pró-mulheres. Há, freqüentemente, mulheres em posições administrativas claramente inferiores, como supervisoras de telefonia [call-centers]. No entanto, para assumir tais funções, elas devem, com freqüência, pagar altos preços. Para aquelas que ingressaram no serviço público porque desejaram fazer algum bem no mundo, há um forte choque emocional envolvido na transferência de um ambiente, onde o objetivo ostensivo da tarefa é garantir um serviço público, para outro, onde o objetivo é maximizar os lucros dos acionistas. Por uma variedade de razões, são preferencialmente mulheres que trabalham em tais funções. Mas também há, por exemplo, mulheres que preferem estar na linha de recepção desses novos desenvolvimentos - como consumidoras e usuárias de serviços.

“Os cortadores de cana me deram uma lição de vida”

UM DEPOIMENTO DE SILVÉRIO FERREIRA DOS SANTOS, AGENTE PASTORAL

Silvério Ferreira dos Santos, 29 anos, é licenciado em Letras Português- Inglês e pós-graduado em Ciências da Religião. Atualmente, trabalha na Casa do Migrante, em São Paulo, mas acaba de chegar da cidade de Uruana, interior de Goiás, sua terra natal, que fica no centro do Estado, onde trabalhou como agente da pastoral do migrante, atuando diretamente com cortadores das usinas de cana-de-açúcar. Silvério conta que, há cerca de cinco anos, a região se tornou uma grande produtora de cana-de-açúcar. Em função disso, foram aparecendo alguns problemas na cidade, de ordem social, econômica e de saúde. Silvério ficou interessado em trabalhar como agente pastoral na área do corte de cana. “No início foi difícil encontrar pessoas para criar uma pastoral voltada para os cortadores de cana, porque essa é uma população discriminada”, conta ele. Os cortadores são nordestinos que vão para Goiás, e a população local tem preconceito em relação a esse pessoal. A idéia inicial era fazer uma acolhida para os migrantes que chegavam a Goiás, nas cidades onde há lavouras de cana. Mas, aos poucos, foram surgindo problemas que ampliaram as funções da pastoral. Os problemas era em relação a alojamento, comida, salário, horário de trabalho e contratação. “Os cortadores não tinham informação sobre seus direitos. Se sentiam coagidos, pois são contratados pelo chamado “gato”, uma pessoa que vai para o Nordeste, contrata-os e passa-os para a usina. É algo bem informal. Carteira assinada, nem pensar”, descreve Silvério. Ele abre o jogo e afirma que as usinas fazem pressão e suborno aos movimentos, principalmente à Pastoral do Migrante. “Eles não gostavam que a gente dava apoio aos cortadores. Quanto menos esclarecido esse pessoal, melhor é para a usina. Eles diziam para nós: ‘Olha, quando vocês detectarem algum problema com os cortadores de cana, ao invés de

acionar a Justiça, venham conversar com a gente. Se vocês precisarem de álcool para o carro de vocês, nós temos aqui’, aquela coisa de suborno”, conta. Até o irmão de Silvério, que era empregado da usina, foi demitido. “Depois de muita ameaça, foi rescindido o contrato com ele, só porque eu atuava na pastoral e auxiliava os cortadores de cana”.

Aprendizado para toda a vida

Silvério conviveu de perto com essas pessoas. Ele sabe que esses trabalhadores saem de sua terra natal com uma boa proposta de vida e vêm para Goiás, esperando ganhar muito dinheiro. Quando chegam, se deparam com outra realidade. “Normalmente os ‘gatos’ das usinas prometem pra eles uma estrutura e quando chegam, ficam desiludidos”. Silvério diz que a maioria dos cortadores volta para os estados de origem no fim da safra. Mas muitos também ficam. “Na cidade de Uruana mesmo, eu acompanhei várias famílias, em torno de 15, que não quiseram voltar para o Nordeste. Mas mudaram de atividade, não trabalhando na cana, produzindo outras culturas, como a melancia”.

A questão de solidariedade entre os cortadores é o que mais marcou Silvério no convívio com esses guerreiros. “Eles sofrem juntos, são muito humildes e unidos. São uma lição de vida para mim”.

Uma história cruel

Das tantas experiências de Silvério entre os cortadores de cana, uma o marcou especialmente. Foi no último dia 5 de fevereiro, quando recebeu uma ligação informando que havia um alojamento com 42 homens, que estavam há mais de cinco dias sem comida, em condições precárias. “Estavam passando fome juntos. O que

tinham, eles dividiram entre si. Fui até lá providenciar comida. E depois fui saber um pouco da história deles. A usina que os contratou era de uma cidade vizinha a Uruana, mas os colocou em um alojamento em Uruana, para ficar distante da usina. Depois dos exames médicos, a usina os dispensou, não quis mais contratar esses 42 homens e os deixou em uma casa velha, onde chovia dentro, sem comida, sem as mínimas condições de sobrevivência. E mandou que eles procurassem seus direitos no Ministério do Trabalho, em Brasília”. Silvério conta que esses homens, sem informações, estavam tentando juntar, entre eles, uma quantia em dinheiro para que um representante do grupo fosse a Brasília. “Eu disse a eles que bem perto deles havia o Ministério Público. Eles estavam a 200 metros do Fórum, não precisavam ir tão longe. Marquei uma audiência com a promotora, que acionou o Ministério do Trabalho, que, por sua vez, acionou a Polícia Federal, e a usina teve que assinar a carteira deles desde o dia em que eles saíram de Pernambuco, além de pagar todos os direitos trabalhistas, dar um alojamento decente e pagar todas as despesas”, explica o agente pastoral.

“Há uma transformação no mundo do trabalho, que veio para ficar”

ENTREVISTA COM MARCIO POCHMANN

O economista Marcio Pochmann não acredita que estamos ingressando no capitalismo cognitivo, mas saindo do capitalismo industrial para o capitalismo pós-industrial. E destaca o fato de que hoje há uma concentração dos postos de trabalho no chamado setor terciário, de serviços.

Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp. É doutor em Economia pela mesma instituição. Publicou os livros Políticas do trabalho e de garantia de renda - O capitalismo em mudança (São Paulo: Editora São Paulo); E-trabalho (São Paulo: Publisher Brasil, 2002); Desenvolvimento, trabalho e solidariedade (São Paulo: Cortez, 2002).

Dele a IHU On-Line publicou entrevistas na 98ª edição, de 26 de abril de 2004, na 138ª edição, de 25 de abril de 2005, e na 177ª edição, de 24 de abril de 2006, além um artigo na 134ª edição, de 28 de março de 2004.

A entrevista que segue foi concedida com exclusividade para a IHU On-Line, por telefone, na última semana:

IHU On-Line - O mundo do trabalho passa por significativas mudanças. Por um lado, está em curso um novo padrão tecnológico que altera o modo produtivo e, por outro, um novo padrão organizacional que rearranja a forma de organizar o trabalho no chão-de-fábrica. Dentro dessa mutação o que o senhor destacaria como mais significativo?

Marcio Pochmann - O mais significativo é reconhecer que há uma transformação no mundo do trabalho, que veio para ficar. Está em curso uma reestruturação capitalista que, de certa forma, fortaleceu o poder das empresas e, por conseqüência, trouxe uma desvalorização do trabalho. Dentro dessa relação



desequilibrada entre o capital e o trabalho, o Estado tem menos capacidade de regulação. Portanto, é fundamental uma reforma do trabalho com o objetivo de restabelecer e valorizar os trabalhadores, para que o poder de barganha nessa negociação do capital e trabalho tenha algum sentido que não seja tão somente a precarização.

IHU On-Line - Alguns autores afirmam que estamos assistindo a transição do ‘capitalismo industrial’ para o ‘capitalismo cognitivo’ em função da revolução informacional. O senhor concorda?

Marcio Pochmann - De fato nós temos uma transição. A dúvida é se é justamente para o capitalismo cognitivo. Eu acredito que, do ponto de vista da evolução da ocupação, há uma concentração dos postos de trabalho no chamado setor terciário, reconhecendo que, da forma tradicional, o trabalho pode ser dividido nas atividades vinculadas à agropecuária, à indústria e aos serviços e comércio. Na passagem da sociedade agrária para a sociedade urbana e industrial reduziu-se drasticamente a presença do trabalho agrícola e fortaleceu-se o trabalho urbano, especialmente o industrial. Agora, estamos caminhando para uma extensão dos postos de trabalho vinculados ao setor de serviços, o setor terciário, que já responde por oito em cada dez ocupações. As atividades do setor terciário não são tão somente cognitivas. Há muitas atividades em que preponderam ocupações muito simples. Independente de o trabalhador ter mais escolaridade, a produtividade é baixa e, na maior parte das vezes, a remuneração é muito contida. No meu modo de ver, há uma transição do capitalismo, mas não necessariamente é um capitalismo de base cognitiva.

IHU On-Line - Então podemos dizer que estamos saindo da era industrial?

Marcio Pochmann - Eu acredito que sim. Estamos saindo do trabalho organizado em manufatura. A indústria oferece cada vez menos ocupação. No entanto, parte importante dos serviços depende da indústria. São os chamados serviços de produção. Serviços que só existem porque se tem uma estrutura produtiva industrial que os demanda. Do ponto de vista do serviço, temos quatro categorias: serviços de produção, que abarcam toda a parte de logística, engenharia, marketing; serviços de distribuição, que são aqueles de distribuição por meio da intermediação bancária, financeira, comercial; serviços pessoais, como lazer, embelezamento e atividades de entretenimento; e, por fim, os serviços sociais: educação, saúde, esporte e

turismo. É evidente que há um avanço no chamado trabalho imaterial, na medida em que ele corresponde aos serviços, que é uma maneira diferente do trabalho materializado na produção agrícola e industrial. Mas não necessariamente trata-se de serviços que têm a cognição como a maior centralidade. Há, de certa forma, uma divisão internacional do trabalho que pode ser identificada entre trabalho de execução, que é o trabalho mais simplificado, taylorizado, o trabalho totalmente absorvido pela lógica da acumulação capitalista, sem nenhuma criatividade, e, do outro lado, o trabalho vinculado à concepção, à parte mais criativa da atividade. Portanto, a valorização do capital depende dessa criatividade nas seções de marketing e aplicação financeira, por exemplo. A decisão individual pode ser favorável ou prejudicial aos ganhos. Os trabalhadores que exercem essa atividade mais criativa seriam os chamados analistas simbólicos.

IHU On-Line - A revolução tecnológica ou informacional tem colocado em debate a categoria do “trabalho imaterial”. Como o senhor definiria essa categoria?

Marcio Pochmann - Certamente será necessária ainda uma maior investigação e reflexão sobre esse conceito. O trabalho pode ser identificado pela materialidade da transformação da natureza. Do barro transformado se faz uma cerâmica. Há uma identidade entre o exercício do trabalho e o produto desse trabalho, que é viabilizado em aplicativos reconhecidos pelo esforço humano. O trabalho imaterial também faz uma transformação. No entanto, ele não tem a identificação perfeita do que representou a adição e a execução dessas tarefas. Um entregador de pizza é responsável pelo deslocamento de um produto, que é a pizza, a qual ele não produziu. Ele foi um agente intermediário no deslocamento. A identidade do exercício do seu trabalho não é percebida tão claramente quanto alguém que constrói casas,

automóveis.

IHU On-Line - Com o advento da revolução tecnológica, o senhor tem afirmado que estamos diante de uma nova possibilidade técnica de organização do trabalho, com jornadas diárias de quatro horas por três dias por semana, com ingresso no mercado de trabalho somente a partir dos 25 anos de idade. Poderia fundamentar melhor essa idéia?

Marcio Pochmann - Pode, à primeira vista, parecer que estamos falando de uma utopia. Mas podemos comparar com períodos anteriores, há 150 anos, quando se defendeu oito horas de trabalho diárias, o que também foi considerado uma utopia, porque era um ambiente em que as pessoas trabalhavam 16, 17 horas por dia. Há 150 anos tivemos uma mudança na base técnica e organizacional, que permitiu uma reorganização do trabalho e ganhos de produtividade significativos. Esses ganhos foram inicialmente apropriados muito mais pelos proprietários. Mas o estranhamento dos trabalhadores frente aos ganhos de produtividade e à baixa remuneração e a forte identificação com o trabalho produziu uma passagem do que era possível tecnicamente a algo concreto e real, que é o padrão de emprego com maior remuneração, com menor jornada de trabalho, e muito mais proteção e garantias ao trabalhador no exercício de suas atividades. O que está em jogo nesse momento é essa passagem do capitalismo industrial para o capitalismo pós-industrial, que vem acompanhado de grande produtividade significativa, e esses ganhos de produtividade são estabelecidos a partir de uma profunda resignificação do trabalho, não mais o trabalho exercido no local tradicional, mas o trabalhador passa a estar plugado, vinculado ao trabalho 24 horas por dia: ele sonha com o trabalho, acorda com a preocupação de não ter trabalho e isso está gerando uma série de novas doenças profissionais, como a depressão, a morte súbita, o mal

estar que decorre do exercício do trabalho num ambiente de alta produtividade. Esse reconhecimento permite fazer afirmações como essa, de que nesse ambiente de produção e organização, é extremamente recomendável que se trabalhe muito menos, porque dessa forma haverá menos doenças, menos repercussões negativas no exercício do trabalho. Seria possível repartir a produtividade, permitindo que as pessoas ingressem mais tardiamente no mercado de trabalho, uma vez que há um aumento na expectativa média de vida, uma longevidade que se aproxima dos cem anos de idade. Então não há razões para as pessoas começarem tão cedo, como era a referência do século XX, quando se começava com 16 anos de idade.

IHU On-Line - Muitos não trabalham e outros trabalham muito. O senhor fala em “sobretabalho” no Brasil. Poderia explicar como se manifesta esse fenômeno?

Marcio Pochmann - O fato de haver a possibilidade de trabalhar menos não nos garante que de fato vamos trabalhar menos. Inclusive o que estamos observando no período mais recente é uma ampliação da jornada. No caso específico brasileiro, nós temos uma péssima distribuição do tempo de trabalho, da jornada de trabalho, que é aquela que resulta do nível de produção. Cada atividade produtiva demanda um conjunto de horas de trabalho. No caso brasileiro, essa massa de tempo de trabalho está sendo mal distribuída porque há um conjunto de trabalhadores que estão com uma elevada jornada.

IHU On-Line - Sobre o mercado de trabalho brasileiro, se fosse para defini-lo em três grandes características, quais seriam elas?

Marcio Pochmann - O mercado de trabalho atual, no caso brasileiro, vive um movimento de desestruturação, porque entre 1930 e 1980 o Brasil estruturou seu

mercado de trabalho em função do ciclo da industrialização, do crescimento econômico de 6 a 7% ao ano durante 50 anos. Essa estruturação significou o fortalecimento dos trabalhadores urbanos e da classe média, e a produção do desemprego e da informalidade. Dos anos 1980 para cá, o Brasil vem vivendo um quadro de semi-estagnação da sua economia, e o resultado disso, no mercado de trabalho, é a perda de participação do emprego assalariado, aumento do trabalho precário e aumento do próprio desemprego. Então, a primeira característica é um mercado de trabalho desestruturado.

A segunda característica é o resultado da reforma trabalhista que foi feita no Brasil via mercado. Nós hoje convivemos com uma intensa flexibilização no mercado de trabalho. Para cada três trabalhadores ocupados, apenas um têm proteção legal, trabalhista, no seu contrato de trabalho. Houve uma pulverização de contratações. Eram cinco tipos de contratos de trabalho e hoje temos mais de 15 tipos de contrato. Essa pulverização ocorre num ambiente de ausência de representantes de trabalhadores.

E a terceira característica tem a ver com a construção no País do padrão de emprego asiático, que é um emprego de baixa remuneração, com alta rotatividade - basicamente 40% dos trabalhadores no Brasil têm rompido seu contrato de trabalho a cada ano, em geral trabalhadores com salário mais alto são trocados por trabalhadores com salários menores - e alta jornada de trabalho.

IHU On-Line - Na opinião do sociólogo Leôncio Martins Rodrigues, o sindicato é uma instituição em declínio. Qual é a sua percepção sobre os sindicatos?

Marcio Pochmann - A visão de agentes multilaterais, como o Banco Mundial, é a de que o sindicato está em fase de extinção. Eles propõem inclusive a constituição

de ONG's preocupadas com temáticas vinculadas à pessoas que trabalham e não trabalham. Estamos também vivendo uma transição do ponto de vista da organização sindical, comparável ao que ocorreu no final do século XIX, início do século XX, quando transitamos do sindicato de ofício para os sindicatos industriais, mais gerais. Esses sindicatos hoje têm um certo declínio justamente pelas transformações em curso no mercado de trabalho. Por outro lado, também defendemos que estão em marcha novas formas de organização. Eu não identifico que há um fim do sindicalismo. Há uma transição. Não sabemos muito bem qual é o novo tipo de organização sindical que está em curso, mas inegavelmente há elementos que nos permitem acreditar que o fortalecimento dos sindicatos ocorrerá em alguma medida, em maior ou menos tempo, dependendo da capacidade de organização dos próprios trabalhadores.

IHU On-Line - Quais as principais conseqüências da superterceirização?

Marcio Pochmann - A superterceirização decorre do entendimento de que estamos hoje diante de uma fase singular no Brasil de terceirização dos contratos de trabalho. Na década de 1980, iniciamos no Brasil a terceirização fazendo parte, fundamentalmente, das atividades meio, ou seja, cada empresa identifica sua atividade fim, a que representa o coração da empresa, e as demais atividades foram terceirizadas. Em geral, eram atividades vinculadas a serviços de limpeza, transporte, segurança e manutenção. Mas as atividades fins foram mantidas por meio da contratação de trabalhadores diretamente por parte das empresas. A partir da segunda metade dos anos 1990, estamos percebendo que a terceirização avançou para as chamadas atividades fins das empresas. Pegamos uma empresa de televisão e reconhecemos que ela terceirizou, inicialmente, as atividades meio, como limpeza, segurança, transporte, e agora ela terceiriza também as chamadas atividades fins,

como jornalistas, repórteres, operadores de câmera. Isso diz respeito à superterceirização, que submete os trabalhadores a novas formas de contratação que, em grande medida, são contratos individualizados, como forma de pessoas jurídicas, como se fossem empresas, como se fosse um negócio, um comércio, e não mais relação de trabalho.

IHU On-Line - O senhor afirma que o próprio mercado criou uma “reforma trabalhista”. O senhor a considera negativa? Como avalia essa “reforma”?

Marcio Pochmann - Infelizmente, os 22 anos de democracia que se iniciaram a partir de 1985 não

permitiram fazer no Brasil uma reforma trabalhista democrática. Apesar das tentativas, seja pela Constituição de 1988, seja pelo Fórum Nacional do Trabalho no governo Itamar Franco, ou mesmo no governo Lula, pelo Fórum do Trabalho, o resultado final desse esforço é que não ocorreu nenhuma reforma trabalhista. Por outro lado, identificamos que houve uma profunda modificação das relações de trabalho no Brasil durante esse período democrático. Se não houve transformação legal, houve transformação real. E isso diz respeito à forma como as empresas e o próprio mercado instituíram esse novo padrão de emprego mais flexível, quase não regulamentado.

O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira

ENTREVISTA COM OTAVIO VALETIM BALSADI

Na opinião do engenheiro agrônomo Otávio Valentim Balsadi, um dos pontos centrais no mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira é “a grande discrepância na qualidade do emprego entre os empregados permanentes e os temporários”. Por essa razão, Balsadi acredita que “uma atenção especial deveria ser dada para melhorar as condições de trabalho dos empregados temporários agrícolas, de modo a se reduzir as desigualdades nas relações trabalhistas”. As idéias foram desenvolvidas na entrevista que segue, realizada por e-mail pela IHU On-Line.

Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Balsadi é graduado em Engenharia Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) e especialista em Análise e Formulação de Políticas Agrícolas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Nessa mesma instituição, cursou mestrado em Desenvolvimento Econômico e doutorado em Economia Aplicada. Sua dissertação de mestrado transformou-se no livro Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 1990 (São Paulo: Annablume, 2002). Sua tese de doutorado chama-se O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período 1992-2004 e suas diferenciações regionais.

Balsadi escreveu inúmeros capítulos de livros e artigos técnicos, sendo também um dos autores de Abastecimento alimentar e ação pública municipal: o caso de Piracicaba (Piracicaba: Prefeitura Municipal de Piracicaba/Esalq-USP, 1992); Força de trabalho na agricultura paulista. (São Paulo: Fundação Seade, 1996) e Dinâmicas regionais e questão agrária no Estado de São Paulo (2. ed. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional de São Paulo, 2006).

IHU On-Line - Quais os maiores desafios em relação à desigualdade nas relações trabalhistas?

Otávio Balsadi - Quando se olha mais especificamente o mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira, que é o tema que tenho mais familiaridade, parece-me que um dos pontos centrais é a grande discrepância na qualidade do emprego entre os empregados permanentes e os temporários. Essa discrepância pode ser vista por indicadores ligados, por

exemplo, ao grau de formalidade e ao rendimento recebido pelos empregados. Em 2005, 51,2% e 46,1%, respectivamente, dos empregados permanentes com residência urbana e rural tinham registro em carteira, contra apenas 14,7% dos temporários urbanos e 4,6% dos temporários rurais. Vejamos agora os indicadores de rendimento: para os empregados temporários, as participações dos que recebiam mais de um salário

mínimo mensal também ficaram bem abaixo das médias observadas para os permanentes. Em 2005, 25,1% e 35,5%, respectivamente, dos empregados temporários com residência rural e urbana recebiam mais de um salário mínimo mensalmente, contra 53,0% e 59,9%, respectivamente, dos permanentes rurais e urbanos. Ainda em relação aos rendimentos, em números de Brasil, os temporários rurais recebiam 72,3%, 55,8% e 45,4% do que recebiam, respectivamente, os temporários urbanos, os permanentes rurais e os permanentes urbanos. Os rendimentos, em valores reais de dezembro de 2005, registrados para estas categorias foram, respectivamente: R\$ 214,34; R\$ 296,55; R\$ 384,28; R\$ 472,37. Por isso, acredito que uma atenção especial deveria ser dada para melhorar as condições de trabalho dos empregados temporários agrícolas, de modo a se reduzir as desigualdades nas relações trabalhistas.

IHU On-Line - O senhor afirma que os trabalhadores temporários na cana são as maiores vítimas da desigualdade nas relações trabalhistas, sendo que metade deles não possui carteira assinada. Essa realidade é reflexo de que fatores? Como chegamos a isso?

Otavio Balsadi - Na realidade, na minha tese de doutoramento, intitulada “O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período 1992-2004 e suas diferenciações regionais” e defendida recentemente no Instituto de Economia da Unicamp, chamo a atenção para o elevado nível de precarização das condições de trabalho dos trabalhadores temporários agrícolas em geral. Não somente na cana, mas também nas culturas de arroz, café, mandioca, milho e soja. Inclusive, é interessante notar que, pelos indicadores que utilizei para medir a qualidade do emprego, os quais estão ligados ao grau de formalidade do emprego, ao nível educacional dos empregados, ao rendimento e aos principais auxílios recebidos, a situação dos empregados

temporários ocupados na cana-de-açúcar era bem mais favorável do que a verificada para os temporários ocupados nas culturas do arroz, do milho e da mandioca, por exemplo. Um exemplo: em 2005, 47,1% dos empregados temporários rurais e 73,9% dos temporários urbanos ocupados na cultura da cana tinham carteira de trabalho assinada. São valores que estão muito acima da média nacional e das culturas citadas. Um dos motivos para isso é que há um importante histórico de luta e organização dos trabalhadores da cana, que melhorou bastante as condições de trabalho. A cana sempre chama muito a atenção pelos casos de exploração do trabalho, de graves acidentes de trabalho e até mesmo de mortes que ocorreram em canaviais, mas não podemos esquecer que as demais atividades agrícolas também oferecem condições muito precárias para os seus trabalhadores temporários.

Esta situação mais desfavorável dos empregados temporários não é nova e é fruto de vários fatores, dentre os quais podemos citar: a importância dos empregados temporários na agricultura brasileira ainda é muito grande, mesmo em termos numéricos; a organização sindical desta categoria é muito fraca no Brasil (com exceção dos trabalhadores da cana em São Paulo, que criaram a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), são poucos os exemplos de organização sindical dos empregados temporários); a dificuldade de boa parte dos contratantes cumprir a legislação trabalhista; e a baixa rentabilidade das atividades agrícolas domésticas, que têm enormes dificuldades em formalizar e remunerar bem a força de trabalho. Ou seja, há um conjunto de causas que precisariam ser mais bem estudadas para se tentar reverter a situação precária dos empregados temporários agrícolas.

IHU On-Line - Como podemos definir a situação do trabalhador rural, do cortador de cana, que é

migrante, está longe de casa e é transformado em instrumento a serviço do capital?

Otavio Balsadi - Com a forte expansão da cana em áreas tradicionais de cultivo e também em áreas novas, devido à onda da agroenergia, e com o início da colheita da safra em algumas regiões, é muito comum serem vistas, nos jornais e na televisão, as reportagens abordando as condições precárias de moradia, de higiene, de saúde e as denúncias, dos órgãos públicos encarregados pela fiscalização, de abusos e exploração dos trabalhadores temporários ocupados no corte da cana, boa parte deles migrantes de regiões muito pobres. Como o cenário futuro é de forte expansão da demanda nacional e internacional pelo etanol, acredito que as exigências, principalmente dos importadores, por certificações que levem em conta a responsabilidade social das empresas, levarão a uma significativa alteração deste quadro. As empresas que não mecanizarem a colheita, com o fim das queimadas, e continuarem utilizando mão-de-obra temporária no corte da cana certamente terão que rever o padrão de qualidade de emprego e de condições de vida de seus trabalhadores, sob pena de perderem espaço no mercado.

IHU On-Line - Como funciona o mercado de trabalho assalariado na agricultura? Ele tem futuro ou a tendência é “largar a enxada”? Quais seriam as conseqüências disso? Como se regulamenta o trabalho rural nos dias de hoje?

Otavio Balsadi - O mercado de trabalho assalariado na agricultura é composto pelos empregados, que, pela definição do IBGE, são pessoas que trabalham para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.). Em

função das relações de trabalho, eles podem ser permanentes ou temporários. Apesar de haver uma tendência histórica de redução dos postos de trabalho agrícolas, no período 2001-2005 foram criados cerca de 450, 500 mil novos empregos, boa parte deles com carteira assinada. Desde 2001, os empregados são a principal categoria de ocupados na agricultura brasileira (participação entre 28% e 30% do total, ou cerca de 5,0 milhões de trabalhadores). Tudo isso em função do período bastante favorável para a agricultura brasileira, particularmente para as *commodities* internacionais.

Ou seja, os dados mais recentes indicam não só um crescimento do emprego agrícola como também uma recomposição do mercado de trabalho formal, evidenciando que o desenvolvimento da agricultura e as políticas públicas possam ter um papel pró-ativo na geração de empregos de qualidade. De acordo com os dados do IBGE, penso que a categoria de membros não remunerados da família é que terá muita dificuldade de inverter o movimento de redução das pessoas ocupadas: entre 1992 e 2005, cerca de 1,3 milhão deixaram a agricultura. Portanto, não são os empregados os mais atingidos pela queda do número de ocupados na agricultura brasileira.

Para finalizar a resposta, acho que ainda é preciso melhorar muito a atuação dos órgãos responsáveis pela formação e qualificação da mão-de-obra para a agricultura brasileira, pois as mudanças tecnológicas, as inovações institucionais e as alterações no processo produtivo que estão em curso têm exigido um novo perfil de trabalhador. Quanto à regulamentação do mercado de trabalho agrícola, não sou especialista no tema, que, aliás, é muito complexo e polêmico, mas há iniciativas para se tentar melhorar a situação: os consórcios de produtores rurais para contratação formal e conjunta da mão-de-obra; a permissão de contratos por tempo determinado e a tempo parcial; além das reformas sindical e trabalhista, que estão sendo elaboradas e

discutidas pelo governo, pelo congresso nacional, pelos trabalhadores e empresários.

***IHU On-Line* - Como você entende que será o futuro do trabalho? A forma de trabalho como a conhecemos está em extinção? Que alternativas podemos vislumbrar em sua substituição?**

Otavio Balsadi - Falar de futuro sempre envolve cenários alternativos e subjetividades. Quanto ao futuro do trabalho, penso que devemos levar em consideração que não há um mundo do trabalho em geral, senão vários mercados de trabalho distintos. Há situações muito distintas entre países e mesmo no interior de cada país. Por isso, penso que devemos ter certa cautela nos exercícios de futurologia. A mecanização, as novas tecnologias de produção, certamente vão provocar fortes mudanças no trabalho, mas não vejo o emprego agrícola

em fase de extinção, pelo menos no Brasil e em vários países em desenvolvimento. No futuro, poderemos ter menos pessoas ocupadas diretamente na agricultura, mas que poderão empregar-se nas mais diversas atividades não- agrícolas, tanto no meio rural quanto no urbano, ligadas ao comércio, à indústria e aos serviços. Acredito que, por mais transformações que estejam à vista, ainda há necessidade de se colocar o tema do emprego no centro das atenções, como um ponto fundamental na manutenção de um tecido social mais justo e equilibrado. No caso específico da agricultura, há enormes potencialidades com o desenvolvimento de novas atividades em áreas que atualmente estão fora do circuito produtivo (inclusão social e produtiva), o que certamente poderia trazer para o mercado de trabalho assalariado um contingente nada desprezível de trabalhadores.

“Os cortadores de cana são pessoas estropiadas”

ENTREVISTA COM MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA

Enquanto discutimos a transformação e evolução do mundo do trabalho, grandes empresas evoluem e investem em tecnologia, como é o caso da Gol, que investiu cerca de US\$ 20 mil na empresa. Ao mesmo tempo, o diretor da organização, tinha 259 trabalhadores em condições precárias e eram obrigados a trabalhar sete dias por semana, sem folga, na fazenda em que ele era sócio, na Bahia. Este é o quadro “normal” neste país, segundo a professora Maria Aparecida de Moraes Silva. Em entrevista concedida por e-mail para a IHU On-Line, ela afirma que “o moderno se concilia com o lado perverso do arcaico, numa mistura diabólica, que garante ainda mais o poder e a riqueza dos poderosos”.

Maria Aparecida de Moraes Silva é professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP, socióloga e pesquisadora do CNPq. Mestre e doutora em Sociologia do Desenvolvimento na Université de Paris I (França), há 30 anos, desenvolve pesquisas sobre as temáticas relacionadas ao trabalho e trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto, considerada uma das mais ricas do País. Suas pesquisas versam sobre a dura realidade dos migrantes nordestinos e mineiros do Vale do Jequitinhonha/MG, das mulheres, dos assentados e trabalhadores rurais nos canaviais e cafezais dessa região. É autora de, entre outros, Errantes do Fim do século. São Paulo: Edunesp, 1999. Na edição 188 da IHU On-Line, de 10-07-2006, concedeu a entrevista A superexploração no trabalho rural.

IHU On-Line - A senhora disse em outra entrevista à **IHU On-Line** que os pais cortadores de cana afirmam que desejam que os seus filhos não sejam trabalhadores rurais, que não sigam o mesmo destino. Mas essas crianças, hoje, têm outras opções de trabalho para o futuro ou estão destinadas a seguir a rotina de seus pais?

Maria Aparecida de Moraes Silva - As opções estão cada vez mais escassas, pois não há outras oportunidades de emprego para a grande maioria destes jovens. Por outro lado, os salários baixos, além do trabalho desqualificado, não são alternativa para eles.

IHU On-Line - O promotor público do trabalho, responsável pelo megainquérito para apurar negligências no setor de corte de cana de açúcar, Mário Antonio Gomes, disse ao jornal *O Estado de São Paulo* que o modelo de remuneração por produção é a base de todos os problemas no setor. Nesse modelo, o trabalhador ganha uma remuneração básica de R\$ 400, valor que não é suficiente para atender as suas necessidades. Para ele alcançar uma remuneração melhor, que fica entre R\$ 900 e R\$ 1000, ele precisa cortar volumes de 10 a 20 toneladas de cana por dia. Para a senhora, qual seria o modelo de trabalho ideal ou um possível modelo alternativo para garantir

alguma qualidade de vida para os bóias-frias?

Maria Aparecida de Moraes Silva - Concordo que o trabalho por produção deva ser abolido, pois é uma maneira de acentuar a superexploração. Em se tratando de um trabalho extremamente penoso, a solução seria a diminuição da jornada de trabalho, aliada à alimentação adequada e ao aumento de salários. Em Cuba, os cortadores de cana, os "macheteros", recebem atenção especial do sistema de saúde do estado, além de receberem os salários mais altos do país.

IHU On-Line - O aumento da terceirização no Brasil só vai prejudicar os trabalhadores temporários da cana, já que eles são as maiores vítimas da desigualdade nas relações trabalhistas, por não possuírem carteira assinada?

Maria Aparecida de Moraes Silva - Na verdade, boa parte deles possui carteira assinada por tempo determinado. A questão fundamental não é esta. A carteira assinada não significa que o trabalhador não sofrerá os efeitos desta superexploração. A questão gira em torno da imposição dos níveis de produtividade (hoje em torno de 12 a 15 toneladas cortadas por dia). Caso o trabalhador não atinja esta média, ele correrá o risco de ser despedido, mesmo com a carteira assinada.

IHU On-Line - A União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Única) estima que 260 mil trabalhadores irão cortar cana este ano. Segundo a Unica, 45% desses trabalhadores são migrantes do Norte de Minas Gerais e do Nordeste. A supersafra de cana poderá causar um "massacre" de trabalhadores nesse ano?

Maria Aparecida de Moraes Silva - Este trabalho, por ser extremamente penoso e perigoso, pois, além das mortes por excesso de esforço, o número de acidentados é muito elevado, causa um desgaste galopante da força de trabalho. Conheci um jovem do Maranhão que, após quatro safras, já não pôde mais trabalhar em função das

dores nos pés, causadas por uma deformação óssea, em virtude do uso dos "sapatões". Os problemas de coluna, além dos respiratórios, causados pela inalação da fuligem da cana, são responsáveis por doenças que afetam os trabalhadores.

IHU On-Line - O cortador de cana-de-açúcar, José Pereira Martins, 51 anos, disse que "canavieiro é o pior serviço que existe". A senhora já deve ter visto muitas coisas horríveis e tristes nas suas idas aos canaviais. Poderia nos contar algum caso que tenha presenciado e que retrate um pouco dessa afirmação do bóia-fria José Pereira Martins?

Maria Aparecida de Moraes Silva - Nestes 30 anos de experiência de pesquisa, vi e vivenciei muitos sofrimentos de homens e mulheres. Recentemente gravei várias imagens com homens e mulheres de várias cidades da região de Ribeirão Preto, que haviam trabalhado mais de 15 anos no corte de cana. Eram pessoas estropiadas. O caso mais dolorido era referente a um homem, que sofria com o encurtamento das cordas vocálicas, provocadas pelo trabalho. Não conseguia falar, não dormia, mal caminhava, em função das dores. No tocante aos migrantes, os sofrimentos afetam as famílias que ficam nos lugares de origem. Presenciei, há alguns dias, a saída de ônibus com trabalhadores de Timbiras (MA), para esta região. O momento da partida é seguido de cenas de choro, desespero e um indecifrável sentimento de impotência diante do destino, por parte de crianças e mulheres. Segundo alguns relatos, além da separação em torno de oito meses, período da safra, havia o medo da morte, de acidentes...

IHU On-Line - Por serem em geral nordestinos ou oriundos do norte de Minas Gerais, as pessoas acabam sofrendo preconceito ao migrarem para outras regiões, como São Paulo, e por isso a maioria só consegue trabalho informal como bóias-frias? Ou existem outras

questões além do preconceito que levam essas pessoas a não conseguirem outro tipo de atividade?

Maria Aparecida de Moraes Silva - A questão é posta de outra forma. Os migrantes são preferidos porque, em função de estarem muito longe de suas famílias, suportam mais as imposições do que os trabalhadores locais. Se reclamarem, correm o risco de serem despedidos. Isso implicaria em sérios riscos para sua sobrevivência material e de suas famílias. Ademais, quando termina a safra, eles regressam para seus locais de origem, desobrigando, assim, as empresas de assumirem a reprodução dessa força de trabalho na entressafra.

IHU On-Line - Como a senhora avalia a questão de grandes empresas estarem evoluindo e investindo em tecnologia, como é o caso da Gol, que investiu cerca de US\$ 20 mil na empresa, enquanto, ao mesmo tempo, o diretor da organização, Constantino de Oliveira, tinha 259 trabalhadores em condições precárias e eram obrigados a trabalhar sete dias por semana, sem folga, na fazenda em que ele era sócio, na Bahia?

Maria Aparecida de Moraes Silva - Este é o quadro "normal" neste país. O moderno se concilia com o lado perverso do arcaico, numa mistura diabólica, que garante ainda mais o poder e a riqueza dos poderosos.

IHU On-Line - A partir deste ano, será colhida a cana geneticamente modificada, que é mais leve. Além de pesar menos, ela elimina bastante água o que renderá mais lucros aos donos de usinas. Com esse novo tipo de cana, o trabalhador terá que cortar o triplo para produzir 10 toneladas. Será que é o fim dos cortadores de cana? Eles vão agüentar a essa pressão?

Maria Aparecida de Moraes Silva - Marx⁴⁷, em seus escritos, mostrou muito bem que a ciência no capitalismo está a serviço deste sistema. As pesquisas científicas referentes a este setor, jamais levam em conta o trabalhador. O que elas visam é a elevação dos lucros para as empresas. Este é o caso das pesquisas sobre novas variedades de cana. É bom lembrar aqui a frase de um outro pensador: para quê e a quem serve a ciência? (Rousseau⁴⁸).

⁴⁷ **Karl Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no **Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**, promovido pelo IHU. A palestra *A Utopia de um novo paradigma para a economia* foi proferida pela Prof.^a Dr.^a Leda Maria Paulani, em 23 de junho de 2005. O **Caderno IHU Idéias**, edição número 41, teve como tema *A (anti)filosofia de Karl Marx*, com artigo de autoria da mesma professora. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴⁸ **Jean Jacques Rousseau** (1712-1778): Filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e um compositor musical autodidata nascido em Genebra. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As idéias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. (Nota da **IHU On-Line**).

Entrevistas da semana

“Há muita informação genética codificada nas raças tradicionais”

ENTREVISTA COM IAN HACKING

“Linguagem, racionalidade e discurso da ciência”. Com esse título, o casal de filósofos canadenses Ian Hacking e Judith Baker ofereceu um seminário de 19 a 23-03-2007 no curso de Pós-Graduação em Filosofia da Unisinos, sob a coordenação dos professores doutores Adriano Naves de Brito e Anna Carolina Krebs Pereira Regner. Em entrevista concedida à IHU On-Line em Porto Alegre, viabilizada pela Prof^a. Anna Carolina, Hacking falou sobre inúmeros aspectos que tratou em suas conferências: pessoas como alvos móveis de classificação; Raça, genética e identidade bio-social; Nietzsche: “Assombrosamente, mais depende do como as coisas sejam chamadas do que do como as coisas sejam”. De acordo com Hacking, “há muita informação genética codificada nas raças tradicionais ou [na] origem geográfica. Não é só negro, branco e amarelo. Você pode distinguir com probabilidade genética significativa, olhando para a origem genética, se o legado genético, ou a maior parte dele numa pessoa, vem da Itália ou da Noruega. Se a pessoa é européia, vão poder te dizer se ela é “nórdica” ou “mediterrânea”, a não ser que tenha havido muitos casamentos mistos. Precisamos nos dar conta de que isto simplesmente é um fato e dissociá-lo de toda e qualquer implicação de racismo”. Confira, a seguir, os principais trechos da conversa com Hacking.

Filósofo da ciência, Hacking graduou-se na Universidade de Columbia e na Universidade de Cambridge, onde estudou no Trinity College. Doutorou-se em Cambridge e lecionou por vários anos na Universidade de Stanford, e mais tarde na Universidade de Toronto. Em 2001 foi apontado para a cátedra de Filosofia e História dos Conceitos Científicos do Collège de France. De sua vasta produção acadêmica, destacamos: Representing and intervening. (Cambridge: Cambridge University press, 1997); Por que a linguagem interessa à filosofia? (São Paulo: UNESP, 1999); The social construction of what? (Cambridge: Harvard University Press, 1999); e Historical ontology (Cambridge: Harvard University Press, 2002). É mundialmente reconhecido como um dos mais importantes e originais filósofos contemporâneos. Sua vinda à Unisinos repercutiu amplamente no meio filosófico como um dos eventos mais importantes de 2007.

IHU On-Line - O senhor afirma que nós mudamos assim que conhecemos mais sobre nós mesmos. Como o conhecimento pode nos dar condições de nos tornarmos um novo tipo de pessoa? Em que sentido as pessoas são “alvos móveis”?

Ian Hacking - Antes de mais nada, eu não disse que pessoas são alvos móveis. Eu disse que classes ou tipos de pessoas são alvos móveis. Falo de um tipo específico de ciência que vai da sociologia, passando pela psiquiatria, até a medicina clínica. Quando um sociólogo ou psiquiatra clínico ou fonoaudiólogo quer saber mais, por exemplo, sobre o autismo, é claro que talvez queiram saber mais sobre esta criança específica, ou aquele adulto. Mas, no fundo, o que querem saber é o que causa o autismo, como posso tratar o autismo. Então o alvo móvel não é a criança nem o adulto, mas todo o tipo da pessoa, como costumo dizer: a criança autista ou o adulto autista pensado como um tipo de pessoa. A postura costumeira é a de pensar que existe aquela "coisa" chamada autismo, que é uma deficiência nos indivíduos, e queremos descobrir mais sobre ela. É claro que ali existe algo, mas o que ela é, evolui ao longo do tempo, à medida que a redefinimos, que a conhecemos melhor e na medida que pessoas autistas se conformam a certos estereótipos sobre como deveriam ser. Pode-se compreender isto melhor no caso de assim chamados autistas "de alto funcionamento", os quais desenvolveram um modo de vida, em parte à luz do que se supõe saber a seu respeito, mas em parte também resistindo a isto. E os médicos mudam então sua opinião sobre o que são autistas. Portanto, não são os indivíduos que são alvos móveis, o que naturalmente podem ser em outro sentido, mas sim o tipo de pessoa, algo que não é tão fixo como, por exemplo, um tipo de metal o é na mineralogia: se você se interessa por níquel, você saberá quando estará lidando com níquel, mas se estiver interessada em autismo, ele poderá não continuar sempre igual.

Tomemos um exemplo da vida real: eu me interesso pelo mineral jade⁴⁹, mas a gema para jóias na verdade é um mineral bem distinto. Na China, costumavam trabalhar com um tipo de jade, até que em 1784 descobriu-se um novo tipo de jade na Birmânia, agora chamado de jadeíta⁵⁰, que então se tornou o mais valioso. Bem, estou falando de um mineral bem definido, na verdade de dois minerais. O nome "jade" surgiu quando os espanhóis vieram para a América do Sul e viram os nativos usando o jade como remédio, usado no lado das costas, e o chamaram de "*iade*" em espanhol, que se tornou *jade* em inglês e algo parecido em português. Portanto, estou falando de uma substância química muito bem definida. Sabemos muito mais a seu respeito: a análise química da jadeíta verde brilhante chinesa foi feita em 1846. Podemos enunciar todos os fatos a seu respeito - mas continua sendo a mesma substância.

O historiador da medicina, ao lidar com autismo, se deparará com muitos problemas reais: não conseguimos identificar autismo no passado com clareza, porque as pessoas não eram reconhecidas como autistas. Alguns especialistas em autismo querem identificar no passado certos indivíduos como autistas. Com efeito, em novembro de 2008 haverá um congresso muito grande da Sociedade Real e da Academia Britânica em Londres, onde discutirão casos históricos de autismo e talento. Eu irei a essa conferência, mas discordo totalmente de suas premissas, porque não acredito que se possa projetar

⁴⁹ **Jade**: pedra ornamental muito dura e compacta, variando, na cor, de esbranquiçada a verde-escura. , Designa a associação de dois minerais, a forma em nefrite da actinolite e um mineral chamado jadeite. É geralmente empregada em objetos de adorno, em estatuetas, etc. (Nota da *IHU On-Line*)

⁵⁰ **Jadeíta**: mineral do grupo das piroxenas, inossilicatos de cadeia simples encontrados em múltiplas rochas ígneas e metamórficas, em muitas das quais constituem o grupo mineral dominante. (Nota da *IHU On-Line*)

autismo para o passado da maneira como posso projetar aquelas duas substâncias jade e jadeíta para o passado.

IHU On-Line - Quer dizer que apenas com as características é impossível identificar esse problema no passado?

Ian Hacking - Não é impossível, mas é muito difícil, porque autismo não é "apenas" um distúrbio neurológico, mas é um modo específico de se comportar numa comunidade e numa sociedade. Autista "de alto funcionamento" - suponhamos que seja (não sabemos se é) um tipo de má programação genética que produza estruturas neurológicas diferentes no cérebro. Pode ser que alguém em 1840 tenha tido esse tipo de defeito genético, talvez até consigamos identificá-lo. Então, mesmo assim, tal pessoa não terá sido autista da mesma forma como uma pessoa é autista hoje. Esta é uma das razões pelas quais digo que o *tipo* de pessoa, o autista, é um alvo móvel. Mas não que indivíduos sejam alvos móveis. Claro, todos somos [alvos móveis], mas isto é outra coisa. Eu uso [essa formulação] como uma metáfora bem específica.

IHU On-Line - Recuperando outro de seus tópicos de suas conferências aqui na Unisinos, em que medida podemos ser conhecidos por nossos genes ou pelas companhias que escolhemos?

Ian Hacking - Eu não sei. É uma questão que o futuro dirá. Estive conversando com o professor Salzano⁵¹ na

⁵¹ **Francisco Mauro Salzano**: historiador natural, especialista em genética e em biologia molecular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde leciona. Doutor em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutor pela Universidade de Michigan, Estados Unidos. Autor de quase 180 artigos técnicos e nove capítulos de livros, escreveu, entre outros, *Evolução do Mundo e do Homem: Liberdade ou Organização?* Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995, *The Evolution and Genetics of Latin American Populations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002 e *DNA, e eu com isso?* São Paulo: Oficina de Textos, 2005. (Nota da *IHU On-Line*)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele é um dos especialistas brasileiros em estrutura genética, particularmente dos povos ameríndios no Brasil. Não temos a menor idéia de como essa gente quererá identificar-se no futuro: se pelo entorno social ou se pela origem genética, e até que ponto haverá uma interação, se vamos nos realinhar. As pessoas estão começando a formar grupos de pessoas com as mesmas características genéticas. Isto é mais típico atualmente entre pessoas que apresentam fatores de risco para certa doença: elas querem juntar-se, elas se reúnem quintas à noite, e, aos poucos, vão formando grupos sociais e mantêm companhia genética. Isto está acontecendo atualmente, mas não sei o que vai acontecer no futuro. Estou falando de um movimento, algo realmente novo na história da raça humana. Acabo de dizer à Professora Ana Carolina Regner - isto eu não contei nem para minha esposa - que decidi enviar minha saliva para várias empresas de genética diferentes para que determinem minha história racial, não porque isto me importe, de forma alguma, mas apenas como experimento, para ver se todos dão a mesma resposta. Atualmente, há três empresas principais *online* em inglês, uma inglesa e duas americanas, de alto gabarito, que por uma soma considerável, cerca de R\$ 750, te darão um *print-out* genético - na verdade não é muito, daqui a um ano baixará para cerca de R\$250, e as empresas baratas o farão por R\$100. Então posso me dirigir a quinze empresas diferentes. Não custa tanto assim, e vou receber todos esses resultados e descobrir até que ponto concordam entre si. Isto não poderia ser feito cinco anos atrás. Muita gente, por diferentes razões, está muito interessada em descobrir algo sobre suas raízes.

IHU On-Line - O senhor poderia falar um pouco sobre como os novos eventos médicos mudaram as antigas concepções de raça? Quanto eles afetam os grupos sociais que formaremos ou reconheceremos?

Ian Hacking - Preciso dizer novamente que não posso prever o futuro. Querendo ou não, ao falar de raça ou de grupos geográficos, costumava-se afirmar com a maior certeza, até recentemente, durante 30 anos, que duas pessoas de uma mesma raça tradicionalmente não têm geneticamente nem mais nem menos em comum que duas pessoas de raças completamente diferentes. É o que se costumava dizer, em função de um artigo muito influente, de um geneticista e biólogo molecular muito importante, Richard Lewontin⁵². Ele afirmou que se você tomar meus genes e os genes de outro canadense com ancestrais escoceses e do norte da Grã-Bretanha (no Canadá há muitos deles), e comparar meus genes com os de alguém que vive no noroeste da China, meus genes não serão mais similares aos do anglo-canadense do que aos do habitante do noroeste da China. Isto não é verdade! Com efeito, foi somente nos últimos três anos que as pessoas encararam a realidade de que isto realmente não é verdade. Em certos casos específicos, por razões práticas, algo que na palestra na Unisinos abordei, no caso de um antígeno humano para leucemia, as pessoas estão tendo os assim chamados registros raciais de medula óssea por aproximadamente 20 anos agora. Então, estamos começando a perceber que os tradicionais agrupamentos geográficos ou de ancestralidade também portam consigo muita informação genética. Por um tempo dizíamos que esse negócio de raça não existia, idéia apoiada pelos cientistas. Agora estes estão dizendo que existe, efetivamente, uma grande quantidade de marcadores genéticos para a origem geográfica. Isto obviamente tem que mudar a forma como temos pensado sobre raças. Racistas - refiro-

⁵² Richard Lewontin: biólogo e geneticista norte-americano, importante por sua contribuição para o desenvolvimento de uma base matemática para a genética populacional e teoria evolutiva. É pioneiro na noção do uso de técnicas da biologia molecular. Autor de, entre outros, *The Triple Helix: Gene, Organism, and Environment*. Cambridge: Harvard University Press (2000). (Nota da *IHU On-Line*)

me a autênticos racistas loucos, que falam da nação ariana e esse tipo de coisa; é muito fácil encontrá-los na internet - costumam dizer que isto prova que eles estavam certos desde o princípio, de que Hitler estava correto desde o começo. Isto é besteira. Essas identificações geográficas não têm implicação alguma para qualquer diferenciação em termos de habilidades, qualidades ou qualquer outra coisa. Ao mesmo tempo, na minha opinião, a estratégia correta é ser bem explícito e claro, e dizer que há muita informação genética codificada nas raças tradicionais ou [na] origem geográfica. Não é só negro, branco e amarelo. Você pode distinguir com probabilidade genética significativa, olhando para a origem genética, se o legado genético, ou a maior parte dele numa pessoa, vem da Itália ou da Noruega. Se a pessoa é européia, vão poder te dizer se ela é "nórdica" ou "mediterrânea", a não ser que tenha havido muitos casamentos mistos. Precisamos nos dar conta de que isto simplesmente é um fato e dissociá-lo de toda e qualquer implicação de racismo.

***IHU On-Line* - Quais podem ser as maiores dificuldades éticas que esses novos eventos médicos podem nos trazer?**

Ian Hacking - De certo modo, a nova medicina sempre cria novos problemas éticos. Um problema ético é simplesmente que estão obtendo uma noção clara das novas consequências da genética para nossas noções antigas de raça, parando com as insinuações de pensamento racista nisso tudo. Há três anos, nos Estados Unidos, houve testes com um medicamento especificamente - como diziam - baseado em raça, ligado ao tratamento de insuficiência cardíaca congestiva, problema este muito mais freqüente entre afro-americanos do que em americanos com ancestrais europeus. Havia um medicamento projetado para ser particularmente bom para afro-americanos com insuficiência cardíaca congestiva, que mostrou ser

especialmente bom para eles, a ponto de o FDA (Food and Drug Administration) norte-americano o liberar como medicação específica para um grupo racial - algo que ocorreu pela primeira vez. Isto provocou um clamor geral e muito forte, houve todo tipo de reunião a respeito. Haverá um congresso para esclarecer todo esse tipo de coisa, inclusive as questões éticas pertinentes ao assunto - penso que será em junho deste ano. Algumas pessoas dizem que realmente não deveríamos ter medicamentos baseados em raça porque isto estimula raça e racismo. Já outras dizem que isso ajuda as pessoas! Portanto essas questões estão ligadas a aspectos éticos e morais. Outras têm uma atitude mais sutil. Elas dizem que é quase certo que isto não é algo que está específica e profundamente na estrutura química e biológica dos afro-americanos, e sim, muito pelo contrário, está ligado ao estilo de vida e à pobreza; na verdade, a pesquisa seria sobre pessoas de determinada classe social, em vez de sobre pessoas de determinada classe de cor. Talvez tenham toda a razão, e este é um dos grandes problemas da sociedade americana: não há dinheiro para se investigar desigualdades sociais. Isto eu descobri muito cedo, quando meu interesse estava voltado para a questão do abuso de crianças, por volta de 1970, mais ou menos, ou um pouco mais tarde, quando a política e as leis norte-americanas sobre abuso de crianças passaram por uma mudança radical. Temos um registro por escrito sobre essas discussões, quando elas se deram. Um dos principais políticos envolvidos nessa mudança das leis foi o vice-presidente dos Estados Unidos, Walter Mondale⁵³. Temos isto registrado: quando quiseram introduzir aspectos como "muitas vezes os pobres abusam e batem em seus filhos porque vivem em condições horríveis, por isso toda a sua vida familiar desmorona" - aí ele disse, categoricamente, que abuso de crianças não é um

⁵³ **Walter Mondale**: político norte-americano, 42º vice-presidente dos Estados Unidos (1977-1981) no mandato de Jimmy Carter. (Nota da *IHU On-Line*)

problema social! Abuso de crianças não é um problema ligado à pobreza! Não admitam nenhuma pesquisa sobre esta questão, senão as pessoas ficarão confusas! - Isto é um disparate! Asneira total! É difícil introduzir investigação social ou de classe nos Estados Unidos. Você pode fazer pesquisa sobre raça, mas não sobre as consequências da pobreza. Então uma das questões éticas que surgem é que talvez toda essa assim chamada medicina baseada em raça seja uma consequência da negativa americana em encarar de frente a desigualdade social. Eu vejo isto como uma questão ética. É uma questão muito prática, e como todas as questões da vida real ela é muito complexa, diferenciada, política etc. etc.

***IHU On-Line* - O senhor poderia mencionar alguns aspectos sobre sua última conferência aqui na Unisinos? Quais são suas principais críticas ao aforismo nietzscheano "Há algo que me causa a maior dificuldade e continua a causá-la sem descanso: assombrosamente, mais depende do como as coisas sejam chamadas do que de como as coisas sejam". Seria ele uma espécie de nominalismo?**

Ian Hacking - Bem, ele diz que os nomes que se dá às coisas são imensamente mais importantes do que aquilo que elas são. Isto com certeza enfatiza nomes. Nominalismo abrange muitas coisas. É um termo filosófico usado desde 1492, não na Antigüidade, é um termo da escolástica. Com certeza, é nominalismo em algum sentido simples. Não penso que seja literalmente verdade que aquilo que as coisas são chamadas seja inefavelmente mais importante do que aquilo que elas sejam em si. Existe essa idéia de que denominar uma coisa determina o que ela seja. Penso que isto vale mais em relação a seres humanos do que em relação a minerais ou pedras preciosas como o jade. Pode ser importante no mercado, no qual o nome de uma pedra pode representar alguma coisa, mas ao fim e ao cabo o

que ela é em si é mais importante. Entretanto, não penso que isto valha para muitas das nossas classificações de pessoas. Estou profundamente impressionado com o aforismo de Nietzsche⁵⁴, mais especificamente pela seção 58 de *A gaia ciência*⁵⁵. É realmente um problema, e que sempre volta à tona no pensamento humano. Nessa conferência de 22 de março, introduzi alguns textos de um antigo pensador taoísta na China, de 2300 anos atrás. Ele parece dizer quase a mesma coisa. As pessoas parecem perplexas, freqüentemente confusas com a relação entre nomes e coisas - por pelo menos 2300 anos, neste caso.

⁵⁴ Friedrich Nietzsche (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim Falou Zaratustra*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; *O Anticristo*. Lisboa: Guimarães, 1916; *A Genealogia da Moral*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2004. Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da *IHU On-Line*, de 13-12-2004. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela *IHU On-Line* edição 175, de 10 de abril de 2006, com o jesuíta cubano Emilio Brito, docente na Universidade de Louvain-La-Neuve, intitulada *Nietzsche e Paulo*. A edição 15 do *Cadernos IHU Em Formação* é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*. (Nota da *IHU On-Line*)

⁵⁵ *Gaia Ciência (Die fröhliche Wissenschaft)*: título da última obra da fase positiva da filosofia de Friedrich Nietzsche, publicado em 1882. A expressão “Gaia Ciência” é uma alusão ao nascimento da poesia européia moderna que ocorreu na Provença no século XII. Deriva do Provençal, a língua usada pelos trovadores da literatura medieval, em que *gai saber* ou *gaya scienza* corresponde à habilidade técnica e ao espírito livre requeridos para a escrita da poesia. Dividida em 5 capítulos, a obra tem 383 aforismos e é onde aparecem, pela primeira vez, suas teorias sobre o eterno retorno e a morte de Deus. (Nota da *IHU On-Line*)

Racionalidade sem razões

ENTREVISTA COM JUDITH BAKER

Sob o título Racionalidade sem razões, a filósofa canadense Judith Baker proferiu uma conferência em 20-03-2007, parte integrante do seminário Linguagem, racionalidade e discurso da ciência, orientado em parceria com seu marido, Ian Hacking, no curso de Pós-Graduação em Filosofia da Unisinos. Em entrevista à IHU On-Line, em Porto Alegre, Baker, que leciona nas universidades de Toronto e York, no Canadá, discutiu algumas idéias que abordou em sua conferência. Baker é especialista em filosofia moral e do direito. Publicou as obras The conception of value by Paul Grice (Oxford: Clarendon Press, 1991) e Group rights (Toronto: University of Toronto Press, 1994). Confira.

IHU On-Line - A senhora poderia dar mais detalhes a respeito do conceito „transições de pensamento“ de P. H. Grice⁵⁶? Qual é a importância desse conceito?

Judith Baker - Esse trabalho nunca publicado foi parte das discussões que Grice e eu tivemos semanalmente ao longo de doze anos. Muitas das nossas discussões tiveram como foco a racionalidade e a conexão entre razões e a racionalidade. E quando procurávamos casos de pessoas agindo por razões, casos onde pensávamos que as pessoas agiam racionalmente, procuramos os tipos de argumentos que elas apresentavam para outras pessoas ou para si mesmas. Verificamos as formas como as pessoas deliberavam antes de agir. Verificamos o que elas diziam a si mesmas, ou o que pensavam. E constatamos que existem pouquíssimos argumentos que as pessoas apresentam para si mesmas ou para outras pessoas.

IHU On-Line - A título de justificação?

Judith Baker - Não, deixe isso de lado por enquanto. É sim justificação, às vezes, mas quando você tenta pensar

⁵⁶ Herbert Paul Grice (1913-1988): filósofo da ciência norte-americano. (Nota da *IHU On-Line*)

sobre o que fazer em determinada ocasião - se vai jantar após o seminário, ou se vai comprar algo novo para sua casa, ou se vai continuar a caminhada nas montanhas ou vai voltar para casa - em situações bem comuns da vida, quando você pensa no que vai fazer, o que pensa consigo mesma, como funciona. O que constatamos é que há pouquíssimas ocasiões em que o que você diz a si própria, pensa consigo própria, parece um argumento. É verdade que muitas vezes, mesmo se não diz nada a si mesma, nem se pensa, podemos reconstruir um argumento a partir de algo que você disse e do que você pensou no passado.

Constatamos que: 1) há muito poucos argumentos como pensamentos que levem à ação; 2) tentar reconstruir o que a gente pensou ou disse em forma de argumento distorce o pensamento real. Mesmo assim, haverá algum arrazoado, algo como pensamento antes de agir. Quando Grice e eu dávamos seminários, e quando ele dava seminários por conta própria, era muito freqüente as pessoas nos seminários saírem para jantar em seguida. Mas nem sempre. Então um dos exemplos na minha palestra na verdade é tomado do momento após o seminário, quando eu poderia dizer a Paul para irmos a Omise, pois eu estava querendo jantar hoje à noite, após

o seminário, e Omise é bom. Bem, isto é um pouco de pensamento, que me induzia a ir a Omise e eu o sugeria a outras pessoas. Mas seria uma distorção - isto eu preciso argumentar - representar isto em forma de argumento, com premissas que suportam uma conclusão, no sentido de que, se as premissas forem verdadeiras e o raciocínio for sólido, a conclusão será verdadeira, ou de que podemos modificá-lo no caso de argumentos práticos.

“Transição de pensamento”

Grice cunhou uma expressão para a forma de pensar que leva à ação, mas que não está em forma de argumento prático, e não deveria ser reconstruído dessa forma. Ele a chamou de "transição de pensamento". Eu discuti essa questão e meus colegas perguntaram se existem transições de pensamento que não levem à ação, mas levem a um juízo, a uma proposição descritiva. Ou que levem à crença, em vez de ação. Pensando sobre isto - não é algo que Grice e eu fizemos [em conjunto], mas eu o fiz. Penso que a resposta é sim. E o exemplo que apresentei (há muitos exemplos) é que, ao me mudar de um apartamento para outro, olho para minha enorme poltrona e digo que isto é tão mais pesado que

uma cadeira normal; serão necessários dois homens para levantá-la. Eu afirmo que seriam necessários dois homens para levantá-la - isto é resultado do meu pensamento "É tão mais pesado que uma cadeira normal". No entanto, seria errado representar meu pensamento como um argumento. Este é um assunto muito técnico, preciso expor o argumento e usar a lógica para dizer por que não representar meu pensamento como um argumento. Ou no âmbito muito abstrato: uma laboratorista a olhar uma lâmina pelo microscópio poderá pensar e dizer: "Estas células parecem anormais; penso que a leucemia do indivíduo não está mais em remissão". Isto é raciocínio, ou pensamento, que eu chamaria, citando Grice, de transição de pensamento. Mas seria um erro colocá-lo em forma de argumento. A pesquisadora, a laboratorista não tem uma premissa do tipo: "Eu sou uma especialista". Ao invés, ela se fia em sua experiência, em vez de justificar, argumentar, dar razões para concluir que o paciente não está mais em remissão. Então se deveria entender seu raciocínio como transição de pensamento, não como argumento prático. Mas não posso embasar essa afirmação ou prová-la para você sem entrar em muitos detalhes, eu só posso dar-lhe exemplos.

Análise de Conjuntura

A página do IHU - www.unisinos.br/ihu - publica diariamente, durante os sete dias da semana, as Notícias Diárias e a Entrevista do dia.

É um serviço disponibilizado para quem se interessa em acompanhar os principais fatos e acontecimentos políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e religiosos da contemporaneidade.

A partir desse serviço, o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT - com sede em Curitiba, parceiro estratégico do IHU, elabora uma análise da conjuntura, em fina sintonia com a missão e as linhas estratégicas do IHU, elaborados no Gênese, Missão e Rotas, disponível na página do Instituto.

A Análise de Conjuntura mais recente foi publicada em 18-04-2007 e diz respeito ao período de 9 a 17-04-2007. O material pode ser acessado no endereço www.unisinos.br/ihu

A próxima análise estará disponível no final da tarde de terça-feira e será comunicada na newsletter enviada aos cadastrados na quarta-feira.

Para se cadastrar na página do IHU clique no item IHU por e-mail

Destaques On-Line

DESTAQUES DAS NOTÍCIAS DIÁRIAS DO SÍTIO DO IHU

Essa editoria veicula notícias e entrevistas que foram destaques nas Notícias Diárias do sítio do IHU. Apresentamos um resumo dos destaques que podem ser conferidos, na íntegra, na data correspondente.

ENTREVISTAS EXCLUSIVAS FEITAS PELA IHU ON-LINE DISPONÍVEIS NAS NOTÍCIAS DIÁRIAS DO SÍTIO DO IHU (WWW.UNISINOS.BR/IHU)

O Movimento Tradicionalista Gaúcho em discussão. 'A missa crioula é uma ode ao mundo estancieiro'

Luis Carlos Tau Golin

Confira nas Notícias Diárias do dia 16-04-2007

Luis Carlos Tau Golin fala sobre o Manifesto contra o Tradicionalismo, um texto que reúne reflexões sobre o sentido do MTG na sociedade riograndense, que está circulando pela internet há cerca de 3 semanas e que pode ser lido na íntegra em nosso site, www.unisinos.br/ihu.

Grafite. Diferentes linguagens e os espaços urbanos.**Fabrizio Lopes da Silveira**Confira nas *Notícias Diárias* do dia 17-04-2007

As interferências das linguagens vivas no espaço urbano de Porto Alegre é o tema de um trabalho de pesquisa do professor de comunicação social, Fabrício Silveira, sobre o qual falou ao nosso site.

Aquecimento global. 'A solução é amenizar as mudanças de clima e os seus impactos a níveis em que a população possa se adaptar'.

José MarengoConfira nas *Notícias Diárias* do dia 18-04-2007

Em entrevista especial ao IHU, José Marengo analisa as causas do aquecimento global e o relatório do IPCC.

Bento XVI e o Mundo Gay: um balanço.**Luís Corrêa Lima**Confira nas *Notícias Diárias* do dia 17-04-2007

Luís Corrêa Lima analisa os dois anos de pontificado de Bento XVI e sua postura em relação aos direitos homossexuais.

A história política de Sereno Chaise.**Luciano Klöckner**Confira nas *Notícias Diárias* do dia 19-04-2007

O professor e jornalista Luciano Klöckner fala sobre seu livro "Diário Político de Sereno Chaise", no qual conta a história do ex-prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise e episódios como seu rompimento com Brizola e sua convivência com Perón, Chatô e Getúlio Vargas.

Cuidado e Cuidador nas lentes do cinema.**José Augusto Leandro**Confira nas *Notícias Diárias* do dia 19-04-2007

O historiador da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná, **José Augusto Leandro**, afirma que o cinema, sobretudo o ficcional, trata o tema da saúde por tabela.

O negro na obra de Machado de Assis.**Mailde Trípoli**Confira nas *Notícias Diárias* do dia 20-04-2007

A pesquisadora Mailde Trípoli fala sobre seu livro *Imagens, máscaras e mitos - o negro da obra de Machado de Assis*. Campinas: Editora Unicamp, 2007 e esclarece a falsa crença de que o autor negou a própria raça.

Índios na luta contra os fazendeiros de Roraima: uma disputa pela terra.**Jaci Guilherme Vieira**Confira nas *Notícias Diárias* do dia 21-04-2007

O historiador Jaci Guilherme Vieira fala sobre seu livro *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra*. Recife: Editora Universitária, 2007 e avalia a convivência dos índios com a Igreja e os fazendeiros do estado de Roraima.

ENTREVISTAS E ARTIGOS QUE FORAM REPRODUZIDOS NAS NOTÍCIAS DIÁRIAS DO SÍTIO DO IHU (WWW.UNISINOS.BR/IHU)

“Não há superpotência capaz de frear o que acontece na América Latina”.

Jean Paul Fitoussi

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 16-04-2007

Jean Paul Fitoussi concedeu entrevista ao jornal *Clarín*, em 15-04-2007, afirmando que a América Latina mudou radicalmente e que não há nenhuma superpotência que possa freá-la.

Uma justiça de classe

Plínio de Arruda Sampaio, Fabio Comparato e José Afonso da Silva

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 17-04-2007

Em entrevista à *Folha de São Paulo* em 17-04-2007, Plínio de Arruda Sampaio, Fabio Comparato e José Afonso da Silva recordam a morosidade da justiça em julgar o massacre de Eldorado do Carajás, criticando-a pela incapacidade de produzir uma sentença definitiva após 11 anos do ocorrido.

“A nossa é a Igreja universal”

Joannis Zizioulas

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 17-04-2007

Jannis Zizioulas, em entrevista ao jornal *La Repubblica* em 16-04-2007, disse que esse é o momento crucial para o diálogo católico-ortodoxo.

O estilo de Ratzinger

Joaquin Navarro-Valls

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 17-04-2007

Joaquin Navarro-Valls, publicou no jornal italiano *La Repubblica*, em 12-04-2007, um artigo no qual ele conta qual é o estilo do Papa Bento XVI. Navarro-Valls, o descreve como um homem discreto, ligado às suas origens alemãs, com um caráter sóbrio e esquivo típico dos povos nórdicos.

“Elites brasileiras não toleram dissidência”

Aldo Fornazieri

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 18-04-2007

O cientista político Aldo Fornazieri concedeu entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* em 18-04-2007, na qual ele se diz favorável à atuação do MST. Para ele, as ocupações das terras está na natureza do movimento que luta pela reforma agrária.

Matança nos Estados Unidos. Retrato da angústia cultural de um país

Darío Kosovsky

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 18-04-2007

Coordenador da *Área de Segurança do Instituto de Estudos Comparados em Ciências Penais e Sociais (Inecip)*, Darío Kosovsky, em entrevista ao jornal *Página/12* em 17-04-2007, diz que a falta de certezas sobre o futuro e a falta de identificação do que é a felicidade no presente, faz com que as matanças se reproduzam com regularidade nos Estados Unidos.

Por que eles matam

James Alan Fox

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 18-04-2007

James Alan Fox, professor de Justiça Criminal na Northeastern University em artigo para o *Los Angeles Times* em 18-04-2007 diz que a chacina ocorrida no EUA foi apenas um dos cerca de 20 massacres a tiros que ocorrem no país a cada ano. Para o professor, os massacres aumentam porque hoje o acesso a armas semi-automáticas é bem fácil.

“Não é ético pedir óvulos para pesquisa”

José Cibelli

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 19-04-2007

O especialista argentino em células tronco, José Cibelli, em entrevista ao jornal espanhol *El País*

em 14-04-2007, explicou seu papel no programa de terapia celular e medicina regenerativa da Junta de Andaluzia.

Carta aberta a Bento XVI

Confira nas *Notícias Diárias* do dia 22-04-2007

Anestesia

“Lula é o anestesista-geral dos conflitos brasileiros” - **Fernando de Barros e Silva**, jornalista - *Folha de S. Paulo*, 16-04-2007.

Invisível

“Se você tem alguma coisa que precisa ser investigada com responsabilidade, não fale. Tu vais ser o que sempre foste, um homem invisível” - **Yeda Crusius**, governadora do RS pelo PSDB ao novo secretário da segurança pública, José Francisco Mallmann - *Zero Hora*, 16-04-2007..

“A governadora Yeda Crusius pediu que o novo secretário de Segurança, José Francisco Mallmann, seja “invisível”. Grande coisa. Pelo menos um terço dos secretários de Governo já é invisível”- **Fernando Albrecht**, jornalista - *Jornal do Comércio*, 17-04-2007.

Barbárie

“Vivemos numa época de barbárie. Desintegra-se a civilização ocidental tal como ela vinha desde o século XV. Fukuyama tem razão, mas pelo revés: estamos no final da história, mas não por termos chegado ao topo, mas por termos chegado ao desmoronamento. Passa-se o que passou quando caiu o Império Romano, quando veio uma época de barbárie. Aqui estamos em plena barbárie” - **José Luis Sampedro**, escritor, escritor espanhol, 90 anos - *El País*, 19-04-2007.

Mais de trinta especialistas e autoridades muçulmanas, dentre eles professores, Imans, grandes Mustafás e altas autoridades, escreveram uma **Carta Aberta a Bento XVI** comentando seu discurso e as palavras proferidas em relação a sua religião em Regensburg em 12-09-2007.

Frases da Semana

Política de juros

“É o PAC de um lado e os juros do outro. Torcemos para que o PAC seja efetivado. Mas as taxas de juros continuarão um obstáculo” - **João Sayad**, economista, secretário da Cultura do governo José Serra - *Valor*, 18-04-2007.

“A política de juros do governo de **Luiz Inácio Lula da Silva** é desnecessária, teimosa e inexplicável” - **João Sayad**, economista, secretário da Cultura do governo José Serra - *Valor*, 18-04-2007.

“Manter essa política cambial custa cerca de US\$ 4 bilhões por ano, pois o BC capta a cerca 8% e aplica a cerca de 4%. Se os juros fossem mais baixos, mais próximos da média internacional, reduziríamos esse custo para US\$ 2 bilhões” - **João Sayad**, economista, secretário da Cultura do governo José Serra - *Valor*, 18-04-2007.

“A dívida está em níveis razoáveis. Está em trajetória de estabilidade ou decréscimo. Se ela não cai mais rápido é por causa do juro. O déficit público nominal brasileiro, da ordem de 3,5%, tem como fonte os juros. Se os juros fossem mais baixos, estaríamos em equilíbrio fiscal. É uma explicação invertida” - **João Sayad**, economista, secretário da Cultura do governo José Serra

- *Valor*, 18-04-2007.

CPIs? Inócuas

“Nós nos mobilizamos para não ter CPI porque nós todos estamos cansados de saber que as CPIs são absolutamente inócuas” - **Walfrido dos Mares Guia**, ministro das Relações Institucionais - *Valor*, 20-04-2007.

Banco Central

“O BC não pode estabelecer uma política desrespeitando a definição do governo. No Estado democrático, todos entes públicos têm de prestar contas e a CAE tem instrumentos para cobrar isso” - **Aloizio Mercadante**, senador pelo PT - *O Estado de S. Paulo*, 20-04-2007.

“Voto secreto no Parlamento não é bom e é pior ainda no BC. Pessoas públicas precisam responder por seus atos” - **Aloizio Mercadante**, senador pelo PT - *O Estado de S. Paulo*, 20-04-2007.

Patrimônio

“Nossa diversidade cultural é nosso maior patrimônio. Acho que devíamos aprender a dialogar mais com nossa regionalidade. Prestar atenção, por exemplo, na moda que é feita pelo povo e para o povo. Ainda temos muito preconceito, como se a moda não fosse algo popular. Mire-se no exemplo da Feira de Caruaru, um mercado que se renova, que se sustenta e que reaproveita matéria-prima que não é usada por outros produtores” - **Gilberto Gil**, ministro da Cultura - *O Estado de S. Paulo*, 20-04-2007.

“Fazer oposição não é xingar, não é gritar, não é ameaçar. Fazer oposição é estar contra nos momentos certos naquilo que a oposição não concorda” - **Tasso Jereissaiti**, presidente do PSDB, após encontro com Lula,

com quem discutiu o fim da reeleição - *Folha de S. Paulo*, 20-04-2007.

“Estão dizendo por aí que eu estou trabalhando para voltar em 2014. Mas eu nem sei se estarei vivo até lá” - **Luiz Inácio Lula da Silva**, presidente da República - *Folha de S. Paulo*, 20-04-2007.

“Um Boeing cai todo dia no Brasil, e há um silêncio passivo, complacente, conformado, como se fosse uma inelutável praga divina” - **José Vicente da Silva Filho**, coronel da reserva da PM de São Paulo, diretor-executivo do Instituto Pró-Polícia e ex-secretário Nacional de Segurança Pública em 2002 - *Folha de S. Paulo*, 20-04-2007.

“Para mim, o importante são os fatos. Nunca se assentou tanta gente como nestes quatro anos e se investiu tanto na reforma agrária. Isto para mim é realidade. O resto são opiniões” - **Guilherme Cassel**, ministro do Desenvolvimento Agrário - *Agência Carta Maior*, 20-04-2007.

Dercy aos 100

“Ganhei dinheiro com palavrão pra caramba” - **Dercy Gonçalves**, artista, completando 100 anos - *Folha de S. Paulo*, 22-04-2007.

“Não tenho medo de falar (palavrão), porque tenho certeza de que não é palavrão. Palavrão, meu filho, é condomínio, palavrão é fome, palavrão é a maldade que estão fazendo com um colírio custando 40 mil réis, palavrão é não ter cama nos hospitais” - **Dercy Gonçalves**, artista, completando 100 anos - *Folha de S. Paulo*, 22-04-2007.

“Eu não acredito em ninguém, nem em nada. Nem papa, nem bispo, nem santo, nem Deus. Existe, meu

filho, natureza. Essa força que não tem nome, tudo isso é Deus. Ao que deram nome de Deus, para mim é natureza” - **Dercy Gonçalves**, artista, completando 100 anos - *Folha de S. Paulo*, 22-04-2007.

“Eu não acredito em sexo. Pela natureza, nós somos feitos de uma matéria ordinária, muito vagabunda, que Ele ia jogar fora, mas decidi aproveitar para fazer a humanidade. É disso que é feita a humanidade. Se a humanidade é feita disso, nós não somos nada” - **Dercy Gonçalves**, artista, completando 100 anos - *Folha de S. Paulo*, 22-04-2007.

“A solidão te irrita, te deixa estressado, te dá mágoa. A solidão te mata. É a pior coisa que pode existir para a humanidade. É o abandono dos amigos, da família. Eu vou para a rua, porque na rua eu vejo um desastre e fico olhando, vejo um tiroteio e fico olhando...” - **Dercy Gonçalves**, artista, completando 100 anos - *Folha de S. Paulo*, 22-04-2007.

Lula e Bush X Chávez e Evo

“Com biocombustível de um lado, petróleo e gás de outro, o fato é que Lula está demonstrando no segundo mandato que tem mais assunto e mais afinidade com os EUA do que com a Venezuela vermelha e a Bolívia incerta. Está se distanciando. Trata-se de um movimento importante, com repercussões políticas e práticas já e de longo prazo” - **Eliane Cantanhêde**, jornalista - *Folha de S. Paulo*, 22-04-2007.

“O próximo desafio será a introdução de novas idéias na esquerda, na França e em outros lugares. A globalização até agora só aconteceu na economia. Precisamos de uma globalização da democracia. Para isso, é necessário pensar no uso de novas tecnologias na política, na distribuição de informação e no desenvolvimento de um novo conceito de democracia participativa. Precisamos reorganizar as instituições de governança global” - **Jacques Attali**, assessor do ex-presidente François Mitterrand - *O Estado de S. Paulo*, 22-04-2007.

Eventos

Agenda da semana

A PROGRAMAÇÃO COMPLETA DOS EVENTOS PODE SER CONFERIDA NO SÍTIO DO IHU - WWW.UNISINOS.BR/IHU

Dia 24-4-2007

Discussão do pensamento das décadas de 30 a 50 do século XX: Sérgio B. de Holanda e Gilberto Freyre

Prof.^a Dr.^a Eliane Cristina Deckmann Fleck - Unisinos

Interpretações do Brasil: dos clássicos às novas abordagens

Sala 1G119 - IHU - 19h30min às 22h15min

Dia 25-4-2007

As origens políticas da economia neoclássica: William Stanley Jevons, Carl Menger e Leon Walras

Prof. Dr. Sabino da Silva Pôrto Júnior - UFRGS

III Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia

Sala 1G119 - IHU - 19h30min às 22h

Dia 26-4-2007

Da sociedade industrial à sociedade informacional. A metamorfose da subjetividade operária.

César Sanson / CEPAT

IHU Idéias

Sala 1G119 - IHU - 17h30min às 19h

Dia 28-4-2007

Exibição do filme Desmundo, de Alain Fresnot (baseado em livro de Ana Miranda)

Prof.^a Dr.^a Márcia Eckert Miranda - Unisinos

História do Brasil e Cinema II: Índios e Negros - Leitura e imagens no cinema brasileiro

Sala 1G119 - IHU - 8h30min às 12h

A metamorfose da subjetividade operária

ENTREVISTA COM CESAR SANSON

Com a proximidade do dia 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalho, o Instituto Humanitas Unisinos - IHU promove o evento IHU Idéias da próxima quinta-feira, dia 26 de abril, tendo como tema Da sociedade industrial à sociedade informacional. A metamorfose da subjetividade operária. O responsável pela exposição é o pesquisador César Sanson, do CEPAT, de Curitiba.

César possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR) com especialização em Economia e Trabalho e mestrado na área da sociologia do trabalho pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, é pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT), com sede em Curitiba. Doutorando em Ciências Sociais na UFPR, focaliza suas pesquisas nos temas do trabalho: reestruturação produtiva, inovações organizacionais e subjetividade operária.

César já abordou o tema no Cadernos IHU Idéias número 60, intitulado "A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida", que está disponível no site do IHU (www.unisinos.br/ihu). Ele também apresentará o minicurso "A "nova" subjetividade operária nas relações de trabalho pós-fordistas" durante o Simpósio Internacional O Futuro da Autonomia. Uma sociedade de indivíduos? que acontecerá na Unisinos no próximo mês de maio.

O IHU Idéias é um evento gratuito que acontece todas as quintas-feiras na sala 1G119 do IHU, das 17h30min às 19h. A entrevista que segue foi concedida por e-mail:

IHU On-Line - Como se dá a passagem da sociedade industrial à sociedade informacional? O que caracteriza a sociedade informacional?

César Sanson - Ao longo da história da humanidade, alguns acontecimentos provocaram a mudança de rumo da sociedade. Um desses acontecimentos, de grande envergadura, foi a Revolução Industrial que, ao final do século XVIII, inaugurou um novo modo produtivo, reorganizou socialmente o trabalho e conferiu um novo dinamismo à sociedade deixando para trás a sociedade agrária. Na base da Revolução Industrial está a

introdução de novas tecnologias. Agora se assiste a uma revolução produtiva da mesma envergadura, produzida pela Revolução Industrial - trata-se da Revolução Tecnológica ou Informacional que traz consigo a novidade da introdução de novas máquinas-ferramentas, com mais recursos, incorporando tecnologia informacional.

Portanto, quando falamos em "passagem" da sociedade industrial para a sociedade informacional estamos falando, sobretudo, de paradigmas de produção. Mas é

importante destacar que outros fatores se somam na definição dessas sociedades. No caso da ascensão da sociedade industrial, ela se assenta na superação da cristandade, na emergência de determinado tipo de modernidade e no triunfo do liberalismo. Logo, mais do que um modo específico de produzir, essa sociedade diz respeito a um modo de viver, de pensar e relacionar-se com os outros - uma cosmovisão de mundo. A “passagem” de uma sociedade para outra, no caso, se explica pelo fato de que os fundamentos básicos que conformaram a sociedade industrial - a instituição do trabalho assalariado, o surgimento do movimento operário e a consolidação de categorias explicativas da sociedade como Estado, sindicato, classe social, família e os valores subjacentes a elas, entre outros fatores - encontram-se em crise.

Nessa perspectiva, o que caracteriza a sociedade informacional, por um lado, é o seu caráter inovador no tratamento que era dado à informação pela revolução industrial. As Novas Tecnologias da Informação (NTI) agem sobre a informação e não são apenas informações de que dispomos para agir sobre a tecnologia como acontecia com a Revolução Industrial - elas possibilitam o surgimento do trabalho imaterial. Associados à introdução de novas tecnologias, temos novos métodos de gestão do trabalho, mais sofisticados, inspirados no toyotismo que se sobrepõem ao fordismo - característico da sociedade industrial e reorganizam a ação do trabalhador no processo produtivo e entre si.

Por outro lado, a sociedade informacional se insere no que se denomina hoje de pós-modernidade que joga por terra e coloca em xeque as instituições forjadas no período anterior. Autonomia, individualidade, fragmentação, imediatez, fluidez, complexidade, são manifestações de uma nova sociedade em transformação. Vale dizer que essa “passagem” de uma sociedade para

outra não se completou. A sociedade industrial convive com a sociedade informacional. Essa última ainda não é hegemônica, mas é portadora de uma nova dinâmica que se instaura e aos poucos vai se impondo.

IHU On-Line - O que permeia a "metamorfose" que você atribui à subjetividade operária? O que marca essa mudança?

César Sanson - O que permeia a metamorfose da subjetividade é o fato de que a sociedade industrial também está em metamorfose. No caso específico do trabalho, a Revolução Industrial, imbricada à modernidade e a racionalidade, possibilitou a ascensão e a instauração de uma determinada subjetividade operária. Algumas características subjacentes a essa “subjetividade”, forjada durante aproximadamente dois séculos, poderiam ser sintetizadas a partir dos seguintes aspectos, destacados por Sennett⁵⁷: Primeiro, o trabalho é o elemento central que permeia o conjunto das instituições. As pessoas tentavam provar o seu valor pelo seu trabalho. Segundo, o não-trabalho configura uma caracterização identitária de constrangimento para quem não o tem. Terceiro, se estabelece uma relação de classe social. Os trabalhadores têm satisfação de sua posição social, se reconhecem como operários e estabelecem laços de solidariedade, o que permite o surgimento dos sindicatos. Quarto, é comum a identificação perene com um determinado tipo de ofício, de profissão. A profissão marca o trabalhador, que, uma vez exercendo determinada atividade, para sempre a exerce. Quinto, o trabalho não é intermitente: ele se faz de maneira continuada, segura, e geralmente em um mesmo local, na mesma fábrica. Sexto, em função do tempo - anos -

⁵⁷ Richard Sennet: sociólogo americano, autor de, entre outros, *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; *A corrosão do caráter*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001 e *Carne e pedra : o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. (Nota da IHU On-Line)

em que convivem juntos em uma mesma planta industrial, se constroem laços de fidelidade, companheirismo, amizade e lealdade entre os trabalhadores. A competitividade entre os operários, a disputa por espaço e ascensão profissional são reduzidas. Sétimo, a recompensa para uma ‘vida de trabalho’ é a aposentadoria.

Ora, é exatamente essa “condição operária” que conforma determinada subjetividade que está em metamorfose. Essas características enumeradas anteriormente já não dão conta de explicar a nova realidade do trabalho e como os trabalhadores se inserem nela. Percebe-se um desencaixe. O que marca a mudança para a emergência de uma outra subjetividade é exatamente o surgimento da Revolução Informacional associada a outras transformações de caráter mais geral na sociedade.

IHU On-Line - Como era a subjetividade operária da sociedade industrial e como se caracteriza o operário da sociedade informacional, cognitiva?

César Sanson - Marx, refletindo sobre a sociedade industrial, considerava, por um lado, que no trabalho a pessoa se auto-realiza, pois o seu agir produtivo permite que se afirme em relação aos outros e em relação ao mundo em que vive. Por outro lado, porém, constata ao mesmo tempo, que esse trabalho é fonte de alienação em função da perda de domínio e controle sobre o processo de trabalho. Analisando o modo produtivo capitalista do final século XVIII, e, sobretudo, do século XIX, Marx destaca que a produção de um objeto (uma mercadoria) é estranha a quem o produz. Marx se refere a esse processo de ruptura como fetichismo - a penetração da lógica capitalista no núcleo do ser, em todos os modos de pensar e em todas as relações com as outras pessoas.

O conceito de fetichismo é fundamental para a crítica que Marx realiza da sociedade industrial-capitalista. Afirma que existe uma inversão da relação entre as pessoas e as coisas, entre o sujeito e o objeto. Há uma objetivização do sujeito e uma subjetivização do objeto (o sujeito se torna uma coisa e os objetos ganham vida). As coisas - dinheiro, capital, máquinas - se convertem em sujeitos da sociedade. Portanto, a Revolução Industrial, segundo a análise marxista, manifesta no trabalho uma subjetividade assujeitada.

Ora, o assujeitamento é uma contradição e um paradoxo à emancipação prometida pela sociedade industrial fundada na modernidade. Como agora essa modernidade, que promete uma subjetividade livre, assujeita a subjetividade? A aparente contradição de que agora o trabalhador de sujeito livre - fundamento do liberalismo - passa a ser assujeitado encontra no próprio Marx uma outra interpretação. Apesar da alienação, do fetichismo, do estranhamento, essa mesma relação de produção produz uma subjetividade de não aceitação, de resistência.

A conclusão que se pode chegar, então, a respeito da subjetividade operária da sociedade industrial é que, se por um lado, não suplantou o assujeitamento, a subordinação e até mesmo o estranhamento no processo produtivo, por outro lado, nada permite afirmar que se trata de uma subjetividade alienada. Os trabalhadores, exatamente porque têm consciência de sua condição assalariada, percebem o capital como o seu contrário e dessa limitação procuram tirar proveito. Nessas condições construíram as suas resistências, os seus mecanismos de defesa e as suas organizações como um sujeito coletivo.

Nesse momento, o advento da Revolução Informacional permite que se fale na emergência de uma “nova” ou de

uma “outra” subjetividade operária em formação. Caracterizar essa outra subjetividade é uma tarefa difícil, mas alguns elementos podem ser destacados. Um primeiro aspecto, pensando a partir da realidade do trabalho, implica o fato de que, na sociedade informacional, o conhecimento passa a ser muito importante. Aplicado ao processo produtivo, o conhecimento não é simplesmente uma ferramenta a ser aplicada, mas um processo a ser desenvolvido. Não há passividade diante da máquina e sim integração, interação. Estamos diante do trabalho imaterial que, como diz Paolo Virno⁵⁸, mobiliza todas as faculdades que caracterizam a nossa espécie: linguagem, pensamento abstrato, disposição à aprendizagem, plasticidade, hábito de não ter hábitos sólidos. Nesse sentido o conhecimento se torna uma mercadoria na medida em que ele é decisivo na contratação da mão-de-obra. Contrata-se, sobretudo hoje, o conhecimento que o trabalhador possui. Essa é a “matéria-prima” da economia material.

Na sociedade industrial o conhecimento já está dado. A exteriorização define o ato de trabalhar. O trabalho está ‘fora’ de mim - o que demarca uma linearidade espacial de local e tempo; agora, o trabalho imaterial que tem em sua base o conhecimento subsume toda a pessoa integralmente porque exige interiorização. Torna-se constitutivo de todo o seu ser - eu vivo o trabalho e penso o trabalho o tempo todo e todo o tempo.

⁵⁸ Paolo Virno (1952): Filósofo e semiólogo italiano de orientação marxista. Atualmente, leciona na Universidad de Cosenza. Em 1977 apresentou sua tese de doutorado sobre o conceito de trabalho e a teoria da consciencia de Theodor Adorno. Entre seus livros estão: *Gramática de la multitud. Para un análisis de las formas de vida contemporáneas*, Madrid: Traficantes de Sueños, 2003; *A Grammar of the Multitude: For an Analysis of Contemporary Forms of Life*, Nueva York: Semiotext, 2004 e *Cuando el verbo se hace carne. Lenguaje y naturaleza humanas*, Madrid: Traficantes de Sueños, 2005. (Nota da IHU On-Line)

Arrisco afirmar que estamos diante de uma subjetividade da bricolagem, no sentido francês de *bricoler* - “faça você mesmo”. Quem tiver capacidade de se adaptar se sai melhor. Essa subjetividade no trabalho hoje se manifesta em várias situações: na importância das “externalidades”, ou seja, as habilidades e o conhecimento que eu trago de fora para dentro; na capacidade de criatividade e inventividade para interagir com o conhecimento que está na base produtiva das mercadorias e serviços; na relação de expertise com os modernos instrumentos de trabalho - as máquinas ferramentas informacionais; na capacidade de se expor por inteiro aos colegas de trabalho; na exigência das auto-avaliações grupais para se manter a sociabilidade requerida; na exigência de um trabalhador atípico que “vista a camisa” da empresa, que a incorpore em sua vida e a ela dedique o melhor de suas energias, físicas e intelectuais; na exigência da incessante formação profissional. Diria, então, que a “nova” subjetividade tem de saber lidar com essas novas exigências.

Sabemos que a nova lógica do modo produtivo é ganhar o trabalhador como um todo e aqui o elemento central é ganhar, sobretudo, a subjetividade do operário. Fazer com que ele pense como pensa a empresa, fazer com que ele aja como deseja a empresa, que se comporte de acordo com os valores cultivados pela Organização. A novidade é que não se trata mais de impor, mas fazer com que o próprio trabalhador assimile a lógica da Organização e seja o seu propagador, o seu retroalimentador. Que adote inclusive, os padrões da cultura organizacional fabril para a sua vida privada.

Por outro lado, há um cinismo no discurso do capital relacionado à “nova” subjetividade operária requerida. O capital fala em maior liberdade e autonomia no processo produtivo, exatamente porque há uma franja de controle no processo produtivo. Fala em trabalho em equipe, em

gestão participativa, em “time”. O cinismo consiste em que, se por um lado, se fala em trabalho em equipe, por outro exige altas performances individuais de produtividade. Olhando sobre a ótica de uma subjetividade sociabilizadora, os trabalhadores (indivíduo) e sujeito (classe) estão perdendo o que têm de melhor. A subjetividade erigida na sociedade industrial constituía-se de elementos de agregação, exatamente porque o capital não dissimulava a sua função de mandatário. Agora não, o capital procura enredar o trabalho num discurso pseudoparticipativo e a partir da promessa da agregação o que faz na realidade é desagregá-los.

IHU On-Line - Qual o lugar do trabalho na vida das pessoas dessa chamada “sociedade informacional”? O trabalho, como o conhecemos, muda seus conceitos?

César Sanson - O trabalho continua central, mas com todas as mudanças que ocorreram podemos afirmar, como diz Castel⁵⁹ e Gorz⁶⁰, que a situação atual é

⁵⁹ **Robert Castel**: intelectual francês, filósofo e sociólogo, diretor de Estudos na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Participou junto com Foucault e com Bourdieu da criação da carreira de Sociologia em Paris. Pensador central da sociologia francesa atual, interessou-se, inicialmente, pela psiquiatria. Publicou *A ordem psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; e *O psicanalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Hoje orienta seus estudos para a crise do Estado do bem-estar. Um clássico seu é o livro *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998. Dele publicamos uma entrevista na 115ª edição, de 13-09-2004. Castel proferirá a palestra “O futuro da autonomia e a construção de uma sociedade de indivíduos. Uma leitura sociológica” no Simpósio O Futuro da Autonomia promovido pela Unisinos em maio de 2007. (Nota da *IHU On-Line*)

⁶⁰ **André Gorz**: é austríaco, mas vive na França desde 1948. É autor de 16 livros dos quais vários traduzidos para o português, entre eles *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, *Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003; e *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*, São Paulo: Annablume, 2004. Realizamos uma entrevista com André Gorz, publicada parcialmente na 129ª edição da revista *IHU On-Line*, de janeiro de 2005, e na íntegra no número 31 dos *Cadernos IHU Idéias*, com o título *A crise e o êxodo da sociedade salarial*. Sobre André

marcada pela desestruturação da condição salarial e pela formação de diferentes ‘zonas de coesão social’. Temos os integrados - trabalhadores que estão incorporados ao novo modo produtivo; os vulneráveis - trabalhadores em situação de ‘risco’, lembrando aqui dos terceirizados, e os excluídos - os que estão fora da sociedade salarial. O que mudou em relação à sociedade industrial é a quebra da metanarrativa de vida que se fazia em torno do trabalho. Apesar de ser central no imaginário e para a construção identitária das pessoas, milhares passarão a vida toda procurando um encaixe social pelo trabalho e não encontrarão.

Outra mudança no caráter da centralidade do trabalho entre a sociedade industrial e a informacional é que o trabalhador da sociedade anterior tinha no trabalho um dos aspectos de equilíbrio da sua vida social, ou seja, o trabalho não “engolia” o trabalhador. A narrativa do trabalho ocupava um lugar na vida do operário sob a qual ele tinha determinado controle. Agora, diante das novas exigências poder-se-ia afirmar que o “trabalho” engoliu o trabalhador. O trabalho passou a “controlar” o trabalhador. Se antes ele era fonte de equilíbrio individual e social, tornou-se fonte de apreensão e de “risco”, como diz Ulrich Beck⁶¹. Estamos pensando aqui

Gorz também pode ser lido o texto Pelo êxodo da sociedade salarial. *A evolução do conceito de trabalho em André Gorz*, de André Langer, pesquisador do Cepat. O texto está publicado nos *Cadernos IHU* n.º 5, de 2004. (Nota da *IHU On-Line*)

⁶¹ **Ulrich Beck**: sociólogo alemão da Universidade de Munique. Autor de *A sociedade do risco*. Beck argumenta que a sociedade industrial criou muitos novos perigos de risco desconhecidos em épocas anteriores. Os riscos associados ao aquecimento global são um exemplo. O livro mais recente de Ulrich Beck é *Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation*. Paris: Aubier, 2003. Publicamos uma resenha do livro de Ulrich Beck, *Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation* (Poder e contra-poder na era da mundialização). Paris: Aubier, 2003, escrita por Christian Chavagneux, na *IHU On-Line* número 84, de 17 de novembro de 2003. (Nota da *IHU On-Line*)

nos trabalhadores vinculados, sobretudo, aos setores da economia do imaterial. O fato é que a vida de trabalho hoje se faz aos solavancos, de incertezas e angústias.

IHU On-Line - Como compreender uma sociedade que, ao mesmo tempo em que inicia essa transformação para um capitalismo cognitivo, ainda convive com a realidade de exploração existente, por exemplo, entre os cortadores de cana nos canaviais brasileiros? Qual a subjetividade operária desses trabalhadores em comparação com a subjetividade do trabalhador da sociedade informacional do século XXI?

César Sanson - O trabalhador do corte da cana, de um lado, e o trabalhador de uma indústria de ponta no setor automobilístico, de outro, manifestam a dualidade presente na sociedade do trabalho. Essa situação díspar adverte-nos para o fato de que a chamada sociedade informacional do trabalho ainda não é hegemônica. Poderíamos falar então em diferentes “sociedades de trabalho” que se mesclam como afirma Antunes⁶². Podemos ir ainda mais longe. Não é incomum no corte da cana encontrar-se, de um lado, um trabalhador em condições aviltantes e degradantes de trabalho e, ao lado dele, outro trabalhador que pilota as sofisticadas colheitadeiras com altíssima tecnologia de bordo. Juntam-se aqui, no mesmo espaço geográfico, o trabalho de características do século XIX e do século XXI.

É bastante provável que o cortador de cana tenha a consciência de que está na rabeira da cadeia produtiva, da aceitação do trabalho que sobrou e o piloto da

colheitadeira, a consciência que está na “dianteira”. Mas isso é uma hipótese. Sob a perspectiva da subjetividade, diria que o que os diferencia é o fato de trabalharem com instrumentos diferentes que os remetem para códigos e simbologias diversos na organização social do trabalho: um com o facão e o outro com o computador de bordo. Um situa-se nos primórdios da sociedade industrial, o outro já está na sociedade informacional, com todas as implicações do que isso significa, como já destacado anteriormente.

Essa situação os diferencia, mas outras certamente os aproximam como exigência de índices de produtividade e o stress a que estão submetidos no trabalho. Os aproxima ainda - por mais paradoxal que possa ser - que ambas as “tarefas” exigem habilidade e destreza. Ambos precisam ser exímios no que realizam. Por aqui há uma pista de uma subjetividade que pode os aproximar.

⁶² **Ricardo Antunes**: Graduado em Administração Pública, é mestre e doutor em Ciências Sociais, é professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. É autor de *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995 e *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6ª ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, entre outros. (Nota da *IHU On-Line*)

Desmundo, de Alain Fresnot

HISTÓRIA DO BRASIL E CINEMA II: ÍNDIOS E NEGROS - LEITURA E IMAGENS NO CINEMA BRASILEIRO

A Prof^a. Dr^a. Márcia Eckert Miranda conduz neste sábado, 28-04-2007, os comentários após a exibição do filme *Desmundo*, de Alain Fresnot. A atividade faz parte da programação do evento História do Brasil e Cinema II: Índios e Negros - leitura e imagens no cinema brasileiro. Confira a entrevista concedida pela pesquisadora, por e-mail, à IHU On-Line.

Miranda possui graduação em História e em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado em Economia pela mesma instituição e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora da Unisinos, historiógrafa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

IHU On-Line - Como o filme *Desmundo* enfoca a questão dos índios? Há uma estereotipação ou a história tenta aproximar-se da realidade indígena?

Márcia Miranda - O filme retrata o Brasil no primeiro século de colonização, quando a mão-de-obra utilizada nos engenhos era a indígena. Sem ocupar um papel de destaque na trama, os nativos perpassam o cotidiano dos personagens centrais na casa, na vila, nas relações cotidianas, evidenciando um aspecto do filme: o estranhamento com relação à realidade colonial. Esse estranhamento manifesto pela personagem principal decorre das especificidades da sociedade colonial, as quais estavam associadas à compulsão ao trabalho, à produção para o mercado europeu e ao latifúndio, características básicas da colonização da Época Moderna.

Como demonstrou o Prof. Fernando Novais, a integração do índio (seja pela compulsão ao trabalho, seja pela ação missionária), no primeiro século da colonização, já conferia aspectos muito específicos à

sociedade que se formava na colônia lusa.¹ A miscigenação, a adoção de hábitos de higiene, de alimentação, de técnicas de cultivo, dos instrumentos de trabalho, etc. foram canais de comunicação entre a cultura européia e as culturas nativas na colônia, processo que progressivamente diferenciava a sociedade da colônia em relação ao Reino. Daí, o estranhamento manifesto pela personagem quanto à colônia, sua população e ao seu modo de vida. Espaço que deveria recriar o Reino, mas que havia se transformado num “desmundo”.

Sem aprofundar a reflexão, o filme aborda a questão da compulsão dos indígenas ao trabalho e os interesses diversos que envolviam essa relação, interesses dos colonos, das autoridades régias e da Companhia de Jesus. Em dois momentos esses embates ficam explícitos. Logo no início da trama, os colonos e autoridades questionam

¹ NOVAIS, Fernando A. *Condições de privacidade na colônia*. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. (História da Vida Privada no Brasil; 1) p. 13-39. (Nota da autora)

os tupinambás sobre o número de prisioneiros nativos que poderiam ser “cedidos”, numa tentativa de impor uma lógica mercantil à guerra indígena. Estes, resistem, buscando manter suas tradições com relação ao tratamento de prisioneiros (antropofagia). O segundo embate envolve colonos e a Companhia de Jesus pelo controle dos indígenas é abordado no conflito entre um jesuíta e Francisco de Albuquerque, cena que evidencia a ordem que era engendrada no espaço colonial, onde os interesses mercantis sobrepujam-se a questões religiosas.

Apesar de não ocupar um papel destacado na trama, os indígenas o filme buscou retratar os indígenas de modo verossímil, fugindo a estereótipos. Prova disso, é o uso de línguas nativas (segundo um crítico, houve o uso de pelo menos três línguas distintas).¹ Outros aspectos, que também contribuem para retratar com maior fidedignidade a época e os indígenas, é o fato do texto explicitar a existência de diferentes nações indígenas e da ocorrência de divisões e conflitos entre essas com relação às relações aos europeus.

IHU On-Line - E quanto à mulher, como ela é retratada nessa produção?

Márcia Miranda - O filme retrata de forma muito clara o papel subordinado da mulher na sociedade do Século XVI. Oribela, a personagem principal, e que no livro é a narradora de sua história, é uma órfã da Rainha enviada ao Brasil para casar com um dos “fidalgos” da terra. A falta de mulheres brancas nos primeiros anos da colonização era um obstáculo para que os colonos mais aquinhoados garantissem uma descendência legítima e branca. A miscigenação, que era resultado da subjugação das mulheres indígenas e africanas aos desejos dos

senhores, povoava a colônia de um grande número de filhos ilegítimos; mas a preservação do nome de família e dos seus negócios dependia de filhos legítimos, preferencialmente, brancos. Daí a necessidade do envio de mulheres brancas, dispostas a desposar homens, os quais pelos critérios vigentes no Reino, não eram tão atraentes, pois degredados, fugitivos, filhos segundos de famílias nobres, aventureiros, cristãos-novos, etc.

A posição inferior de Oribela, uma órfã, para quem a oportunidade de desposar um proprietário de terras e escravos deveria encarada como oportunidade de ascensão social, apenas acentua a “inconveniência” de sua rebeldia. Ao recusar o primeiro pretendente que lhe designam e ao negar-se a se submeter ao marido, aspirando o retorno ao Reino, Oribela mostra-se inconformado com seu destino e com o papel reservado às mulheres: “viver conforme o querer dos homens”, como afirma a esposa do governador.

IHU On-Line - Em que aspectos a obra pode nos fazer refletir sobre a condição das mulheres e dos índios hoje?

Márcia Miranda - O filme retrata o mundo visto da ótica de uma mulher que está subordinada a um mundo masculino e cruel, onde a subordinação e violência perpassam todas as relações: entre maridos e mulheres, entre senhores e escravos, entre católicos e cristãos-novos. Especificamente com relação à condição da mulher e dos indígenas, o filme expõe a naturalidade como as diversas formas de opressão eram vistas pela sociedade da época, fato que contribuía para perpetuá-la. Uma sociedade fortemente hierarquizada, na qual oprimidos também, em relação a outros também opressores. Neste aspecto, o filme enseja uma reflexão sobre os diversos papéis que exercemos, sobre as formas de opressão a que somos submetidos e submetemos outros; pois na nossa sociedade, apesar da mobilidade social e das divisões mais fluidas, também há

¹ CAMARGO, Maria Sílvia. *A História Feminina da Colonização*.

Disponível em:

<http://criticos.com.br/new/artigos/critica_interna.asp?artigo=279>.

Acesso em 19/04/2007. (Nota da entrevistada)

hierarquias.

IHU On-Line - Recuperando o título do evento que propomos, História do Brasil e Cinema II: Índios e Negros - Leitura e imagens no cinema brasileiro, em termos gerais, como o cinema brasileiro representa a condição dos índios e negros? Quais produções destacaria nesse sentido?

Márcia Miranda - Produções nacionais mais recentes, como *Desmundo*, buscam uma representação mais verossímil e fidedigna da inserção do indígena e do negro na sociedade colonial, retratando não apenas a brutalidade, mas também os choques culturais e as contradições inerentes a essas relações. Acho que um dos melhores exemplos é o filme *Brava Gente Brasileira*.

Perfil Popular

Leonel Luis da Rosa

A nova editoria da revista IHU On-Line descreve o perfil popular de alguém que, mesmo não vivendo no mundo acadêmico, sempre tem o que ensinar. Contaremos aqui a história de vida e a visão de mundo de pessoas que lutam pela sobrevivência e pela dignidade e que, apesar das dificuldades, têm sonhos e anseios de uma vida melhor.



A edição dessa semana conta a história de vida de **Leonel Luis da Rosa**, 44, natural da cidade de Palmitinho, norte do estado do Rio Grande do Sul. Há 22 anos, ele e a esposa Leontina da Silva da Rosa residem no município de Sapiranga, localizado no Vale dos Sinos, a 137 quilômetros de Porto Alegre. Casado e pai de dois filhos, de 15 e 5 anos, Leonel está desempregado e, enquanto aguarda ser chamado em alguma empresa de calçado, sobrevive fazendo alguns biscates. As Notícias Diárias publicaram uma matéria sobre as demissões na região de Campo Bom no dia 1-3-2007, que pode ser conferida no sítio do IHU - www.unisinos.br/ihu.

Antes de migrar para a cidade das rosas, Leonel trabalhava na roça, onde ele e a família sobreviviam do plantio de feijão, soja e milho. Em junho de 1985, com 22 anos, ele casou e um ano depois saiu da cidade. “Eu vim embora por questões financeiras. Casei e não tinha nem onde morar e fui obrigado a vir embora”, conta.

Dificuldades da infância - Único filho homem da família, Leonel tem 10 irmãs e conta que teve uma infância bastante complicada. Ele estudou até a 4ª série e diz que para cursar o próximo ano enfrentou bastantes dificuldades, pois a escola era longe e na época a família, que vivia no interior, não tinha muitos recursos financeiros. “Pra fazer a 5ª série, meu pai me colocou estudar na cidade, mas não passei. Rodei. Eu trabalhava até às 11 horas, chegava em casa, tomava banho e ia pro estudo.” Nessa rotina, Leonel lembra que percorria seis quilômetros para ir à escola e seis para voltar. “Eu ia a pé, de pé no chão nas estradas de cascalho. Não tinha tênis, então eu ia com o chinelo na mão até perto do colégio e lá eu calçava e quando saía do colégio, pegava o chinelo de volta pra não gastar”, descreve. Perguntado sobre se ele não machucava seus pés, ele afirma: “não machucava, porque na colônia engrossava o pé e tinha que acostumar”.

Nesse ano em que estudou na cidade, ele conta que o único material escolar de que dispunha era um caderno de 12 folhas e um pedaço de lápis. “Em 80% dos dias em que eu ia estudar, eu levava um pedacinho de lápis no bolso. Quase todo dia eu pedia uma folha emprestada pros colegas ou pra professora. Eu copiava, só que um dia eu perdia a folha, outro dia molhava, outro dia rasgava. Então eu não tinha como. Chegou o fim do ano e eu tive que parar. Tinha muita vontade de estudar, mas não deu”, lamenta.

Leonel confessa que até hoje pensa em voltar a estudar, mas diz que os anos foram passando e ele sempre adiou o retorno à escola. “Já estou com 44 e não fiz nada ainda pra tentar estudar. Vontade eu sempre tive, mas o tempo foi passando.”

Angústias na terra desconhecida - Quando chegou a Sapiranga, Leonel e a esposa foram morar com uma tia no bairro Vila Irmã, onde por trinta dias dividiram um sofá para dormir. “A tia deu lugar pra nós construir uma varandinha do lado da casa dela. Eu e a mulher fomos pra dentro daquela varandinha sem nada, só nós dois. Dormia no chão, no assoalho puro”, lembra. Leonel conta que ganhou uma capa de colchão da tia e que pediu na fábrica onde trabalhava umas espumas e assim ele montou o primeiro colchão, até conseguir comprar um, com o primeiro salário. Ele disse que não trouxe pertences quando veio para o Vale dos Sinos, apenas a roupa do corpo. “Eu vim com a roupa do casamento. Tive que trabalhar quatro meses no Jussara¹ com a calça e a camisa do casamento. Terminei com a roupa do casamento trabalhando. Lavava de noite pra usar no outro dia”, recorda.

Na primeira empresa em que trabalhou, ficou três meses e pediu demissão. “Eu não conseguia comprar uma muda de roupa e disse: “Vou embora, o que é que eu

¹ Antiga fábrica de calçados que não existe mais. (Nota da *IHU On-Line*)

estou fazendo aqui?”. Mas incentivado pelos primos, ele decidiu permanecer na cidade e desde então já trabalhou em aproximadamente sete fábricas de calçados. Há dez meses, Leonel está desempregado, vivendo de trabalhos temporários. A última empresa em que trabalhou foi a Paquetá¹. “Antes de ir pra Paquetá, fiquei um tempo fora do calçado. Fui procurar outras coisas enquanto não engrenava.” Depois de trabalhar quatro anos e meio na empresa, ele diz que tem vontade de voltar. “Quero me aposentar na Paquetá. Já queria ter voltado, mas ainda não me chamaram. Enquanto não me chamam, vou fazendo uns biscates.”

Dia-a-dia - Enquanto procura emprego, Leonel diz que ajuda nas atividades da casa. “O dia que eu não tenho biscate pra fazer fora, eu levanto às 7h da manhã, faço um chimarrão, tomo um chimarrão. Mas só o dia que eu estou em casa! Se eu vou trabalhar, eu não tomo chimarrão. Depois procuro as roupas pra lavar. Lavo todas as roupas que tem. Depois vou pra pia, lavo as louças e já vou providenciar o almoço pras crianças. Faço o almoço pra eles. Se não temos nada pra fazer, eu e o guri deitamos ao meio dia. Tiramos um cochilo. Daí levanto, lavo a louça e geralmente vou ali na mãe, um pouquinho. Daí volto pra casa e já vou esperar a “nega véia” com o chimarrão. Meu dia-a-dia é assim.”

Emprego - Leonel se diz preocupado com a situação dos empregos na cidade. “Eu tenho medo de não conseguir voltar para fábrica de calçado. Eu penso que se eles não me chamam mais no calçado, aonde eu vou? O que eu vou fazer? Continuar de biscate? Como eu vou viver? Não tem como viver de biscate hoje em dia porque depois se tu precisa de uma aposentadoria, tu não tem.” Mesmo com medo do futuro, ele diz que se considera um

¹ Paquetá: rede de lojas de calçados de origem do Rio Grande do Sul, com mais de 1300 colaboradores e 80 lojas e franquias. (Nota da *IHU On-Line*)

homem muito feliz. “Quanto mais dificuldade mais feliz eu sou. Quanto menos dinheiro eu tenho, mais contente eu fico. Porque não adianta. Tu tem que ter fé em Deus. Hoje eu não tenho dinheiro, mas de repente amanhã eu tenho. A minha esperança é sempre no amanhã, no amanhã”.

Momentos difíceis - Leonel já passou por várias dificuldades, mas conta que a maior foi com o pai, quando este sofreu um acidente no trabalho e foi para o hospital de Passo Fundo. “A gente ficou 19 dias sem saber nada, nenhuma notícia. Aquele foi um momento terrível. A gente era pequeno, abraçava na mãe e chorava muito. Ninguém tinha noção de onde era Passo Fundo e nem se ele tava vivo ou morto. A gente achava que ele não voltava mais. Passamos 19 dias sem comida, praticamente vegetando em casa”, recorda.

Outra dificuldade foi quando o pai ficou doente novamente. Leonel diz que na época trabalhava como servente de pedreiro durante o dia e à noite cuidava do pai que estava internado em Porto Alegre. “Daí eu tive que largar tudo: minha mulher, minha filha, para atender ele. Eu ia todo dia pra Porto Alegre sem saber nada e às vezes com os centavos contados pra ir e pra voltar. Eu passava o dia sem comer, sem beber. Tomava água só no hospital. Parou a minha vida. Minha filha com seis anos, minha mulher desempregada, e eu acabei perdendo o serviço. Aí eu acabei afundando junto. Ele faleceu, e aí eu perdi o rumo mesmo.” A falta do pai ainda é bastante constante em sua vida. “Meu pai não era só meu pai. Era amigo mesmo. Entre nós dois era amizade. Não tinha segredo nem nada. Se eu tinha um real no bolso ele sabia, se eu não tinha ele sabia também. Abalou bastante. Foi acumulando.”

Família - Sobre a vida de casado, Leonel diz que é muito boa. “Em 21 anos de casado, nunca passou de uma emburradinha, né, mas isso é normal”, comenta. Ele

disse que a vida melhorou muito depois do nascimento dos filhos. “Tudo que eu faço hoje é em prol dos meus filhos. Jamais eu vou pensar em mim depois que eles nasceram. Eu nunca saio pensando que eu vou comprar uma bicicleta pra mim. Saio pra comprar uma roupa pra eles, um tênis, principalmente o feijão e o arroz trazer pra casa.”

Fé - Católico, Leonel diz que acha importante a família ter uma religião, mas atribui à esposa o incentivo aos filhos. “Ela é mais devota do que eu. Eu sou um pouco mais relaxado.” Para ele, a fé é um meio de não perder a esperança. “Hoje a situação é gritante, então é fundamental se apegar com Deus para ver se mundo não piora”, explica.

Casa nova - Antes de construir a casa nova, Leonel diz que morava num chalé, o qual desmanchou para construir outra casa. “Fui obrigado a desmanchar, não dava mais.” Enquanto finaliza a construção, ele diz: “eu tô acampado na garagem”, construída na esperança de um dia adquirir um automóvel. Para ele, a grande preocupação em terminar a casa nova é para dar um lugar melhor para os filhos morarem. “Agora eu dei uma segurada porque eu não tô empregado e não posso fazer prestação. Tenho que pensar nos meus “barrigudinhos”. Mas assim que eu começar a trabalhar, quero ver se dou uma pegada. Esse é o objetivo de um homem: pelo menos uma casa tentar dar. Eu tô tentando ainda. Tenho esperança de conseguir. Não digo aprontar 100%, mas se eu conseguir fazer um quarto para cada um deles, já está bom. Tô fazendo essa casa pra eles ter um quarto decente que nunca tiveram.”

Política - Leonel tem uma visão positiva do governo Lula. “O governo não tá sendo um governo ruim. Tá razoável. Pra mim isso é uma bola de neve. Cada ano vai aumentando”, conclui. Mas ao mesmo tempo ele acredita que falta interesse para ocorrer melhorias no país. “Acho que precisa de mais pulso firme, colocar umas leis mais severas, mais rígido.”

Sonhos - Quando questionado sobre o futuro, Leonel diz que ficaria feliz se dois dos seus sonhos se realizassem. O primeiro, é em relação à casa que está em construção. “Eu conseguindo terminar a minha casa, pra mim é um grande passo.” E o segundo é o sonho de todos os pais: “Eu queria ver meu filho e minha filha encaminhados na vida. Queria durar até lá”. E imagina uma profissão ideal para a filha de 15 anos: “Eu queria que ela fosse professora, porque é uma profissão que tu tá ensinando e aprendendo ao mesmo tempo”. Quando criança, Leonel diz que queria seguir a carreira de militar para ajudar o país. “Eu sempre tive, desde guri, vontade de engajar no exército. Todo dia que passa as propagandas da marinha eu digo pro meu guri: ali tá o lugar de um homem.” Ele atribui à falta de estudos, as dificuldades que enfrenta no cotidiano. “Se eu tivesse estudo eu teria conseguido coisas melhores. Mas não tenho estudo então tenho que me contentar com uma fábrica de calçado, como servente de pedreiro.” E desabafa: “O estudo me judiou bastante, porque eu sempre tive vontade de não ser só o que eu sou hoje. Infelizmente não deu, então eu vou me contentando com essa vidinha mesmo”.

Sandra Margarete de Flores

Oriunda de Rosário do Sul, Sandra Margarete, 39 anos, é uma funcionária apaixonada pelo seu trabalho. Adotou São Leopoldo e a Unisinos como seu lar. Casada, com dois filhos, adora passar o tempo livre com a família. Passou por muitos cargos em sua carreira, e na enfermagem encontrou seu lugar. Hoje, trabalha no ambulatório da Universidade de dia e cursa Serviço Social à noite. Sandra se preocupa com a violência no país, mas é otimista em relação ao futuro, quando planeja construir a casa própria. Conheça um pouco mais dessa funcionária da Unisinos na entrevista a seguir.

Origens - Nasci em Rosário do Sul. Sou a mais velha de três irmãs. Quando eu tinha poucos meses de vida, a família se mudou para São Leopoldo em função da transferência do trabalho do meu pai. Ficamos morando aqui até eu completar 13 anos, e daí mudamos para Sapucaia do Sul. Mudamos porque pagávamos aluguel e, na época, a Cohab estava recebendo moradores e então fomos.

Infância - Lembro-me muito das brincadeiras. Tínhamos vizinhos da nossa idade e passávamos muito tempo no pátio. Eram mais brincadeiras do que brinquedos, como esconde-esconde e pega-pega. Lembro muito de quando íamos passar as férias em Rosário do Sul, onde podíamos encontrar a família.

Estudos - Estudei na escola particular Lar da Menina, que ficava na BR-116 e hoje se encontra desativada. Eu adorava estudar nesta escola. Tenho muitas lembranças boas dessa época. Cursei o Ensino Médio, já em Sapucaia, em uma escola pública, a Rubem Dario.

Enfermagem - Terminei o Ensino Fundamental e fui incentivada pelo meu pai a fazer o curso de auxiliar de enfermagem oferecido pela Cruz Vermelha de São Leopoldo. Meu pai já trabalhava na área.

Trabalho - Logo que comecei o curso, consegui o emprego de caixa em um supermercado. Trabalhava pela manhã e estudava à tarde. Eu gostava muito desse trabalho. As máquinas registradoras eram bem diferentes das atuais. Tinha dificuldade para dar o troco do valor recebido do cliente. Tínhamos que fazer as contas nós mesmos, já que a registradora da época não fazia esse serviço. Apesar das dificuldades, eu adorava meu emprego, tinha colegas muito legais. Saí do emprego somente quando precisei fazer estágio do curso de auxiliar de enfermagem.

Estágio - O meu primeiro estágio foi no Hospital São Camilo, de Esteio. Tinha um dia muito corrido, pois além do estágio, trabalhava e estudava. Acabei saindo do meu emprego. Decepcionei-me com o trabalho no hospital. A rotina era muito agitada para mim, ficou difícil trabalhar e estudar. Os colegas de trabalho não davam muito apoio. Saí de lá direto para um centro médico que existia em Sapucaia, onde fiquei até fechar.

Perda - Tínhamos uma família unida, e a morte da minha mãe foi uma grande perda. Ela sofreu de infecção generalizada e morreu muito rapidamente. Ficamos perdidos. Saí do meu emprego e fiquei por um período

em casa cuidando de minhas irmãs.

Massoterapia - Passando o impacto do que tinha acontecido, voltei a trabalhar. Tinha uma amiga que me convidou para fazer o curso em uma clínica. Fiz o curso e comecei a trabalhar como massoterapeuta. Fiquei no ramo durante quatro anos. Gostava muito desse trabalho. Se tiver oportunidade volto a trabalhar nessa área.

Casamento - Conheci meu marido por meio da minha irmã. Na época em que minha mãe faleceu, ele começou a frequentar a minha casa mais seguidamente e nos aproximamos, apesar de nossas famílias se conhecerem desde a nossa infância. Dentro de dois anos nos casamos. Logo após, mudamos para São Leopoldo.

Oportunidade - Comecei na Unisinos através do meu pai, que já trabalhava na Universidade. Naquela época, a universidade era atendida por uma clínica terceirizada e estava contratando funcionários para uma própria. Vim, fiz todos os testes e fui selecionada.

Filhos - Em 1997, eu fiquei grávida de gêmeos. Foi uma surpresa. Não foi uma gravidez planejada, mas nós adoramos, ainda mais o fato de serem gêmeos.

Serviço Social - Logo que comecei a trabalhar na Unisinos, prestei vestibular para Serviço Social. Cursei até a metade da minha gravidez, quando também parei de trabalhar, pois durante a gravidez de gêmeos é recomendado o repouso para não ter um parto prematuro. Quando eles completaram três anos, eu voltei cursando poucas disciplinas. Hoje estou no sexto semestre.

Esporte - Eu gosto muito de assistir a futebol. É o esporte favorito de um dos meus filhos. Eu costumo levar

ele a escolinha de futebol e assisto quando eles jogam partidas.

Horas Livres - Passo muito tempo com meus filhos. Andamos de bicicleta, vamos ao cinema. O que mais gosto de fazer é passar o tempo com eles.

Livro - Eu li há pouco tempo o livro *Encontros com a verdade*, da Elisa Massell. Achei muito bom.

Filme - Assisti recentemente a *O jardineiro Fiel* e adorei. Já tinha ouvido falar, mas não havia tido tempo de assistir. Também gosto muito de filmes infantis. Não perco nenhum.

Planos - O meu plano é concluir a faculdade de Serviço Social.

Sonho - Meu sonho é ter a minha casa própria. Moro no mesmo terreno da minha sogra e nós sonhamos em construir a nossa casa.

Brasil - O que me preocupa em relação ao Brasil é a violência. Como eu tenho filhos, a violência é o que mais me assusta. Penso muito como vai ser o futuro dos meus filhos. Isso me angustia. O nosso país tem um potencial muito grande, mas não aproveitado. Temos uma má distribuição de renda e percebemos isso no nosso cotidiano. Além disso, as políticas públicas não funcionam.

Instituto Humanitas Unisinos - Eu conheço a revista semanal. Os assuntos são sempre atuais e interessantes, sempre levando à reflexão. Quando pego em mãos, a primeira página que leio é a última, do perfil. Depois leio o restante da revista. É um forma de conhecer as pessoas com quem trabalhamos.

Unisinos - Eu adoro trabalhar na Unisinos. Sinto-me em casa. Passamos por momento delicado, de transformações. Acho que essas mudanças foram necessárias, revendo a história da Universidade. Temos que estar aberto às mudanças. É um lugar maravilhoso para se trabalhar. Adoro chegar de manhã e ver o silêncio, a beleza do campus: é uma coisa fantástica.